

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Área de Concentração Estado e Sociedade

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**QUANDO A CIDADE CHEGA À PRAIA**  
**estudo de exclusão social urbana**

Autora: Inaê Elias Magnó da Silva

Orientador: Dr. Sadi Dal Rosso

Banca: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso (UnB) - orientador  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristhiane Girrard Ferreira Nunes (UnB)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Laura Maria Goulart Duarte (UnB)  
Prof. Dr. Benício Viero Schmidt (UnB) - suplente

Brasília, agosto de 1997

*Você sabe o que é uma violência? É aquilo que está acima das forças da gente e a gente não tem como se defender. É uma violência passar fome, é uma violência você já nascer desassistido. A condição humana dos pobres é uma grande violência (Bia, moradora nas proximidades da Vila do Queijo).*

# AGRADECIMENTOS

Talvez uma das mais difíceis tarefas da elaboração de uma dissertação seja o momento de apresentar os agradecimentos. Não porque seja difícil agradecer a quem nos ajuda, mas porque são tantos os que participam, de uma forma ou de outra, desta tarefa que é arriscado haver esquecimentos involuntários. De qualquer forma, quero registrar o meu MUITO OBRIGADO a todos que me deram apoio neste percurso, mesmo que seus nomes, por algum lapso de memória, não estejam aqui apresentados.

Agradeço em primeiro lugar, e como não poderia deixar de ser, a Luiz Augusto Colin, Marisa Colin, Andréa Colin e Gustavo Colin que durante dois anos e meio foram mais do que amigos que me acolheram com carinho e dedicação em sua casa e suas vidas; foram minha segunda família, pai, mãe e irmãos que me adotaram de coração e a quem só posso dedicar o meu mais sincero obrigado, sabendo desde o início que isto é muito pouco diante de tudo o que fizeram por mim.

Da mesma forma, quero agradecer à minha família - Tania, Rosemiro, Adriana e Maíra, respectivamente mãe, pai e irmãs - que, cada qual ao seu modo, ajudaram-me a transpor mais esta etapa de vida. E também ao Ronaldo, querido companheiro, razão pela qual tudo começou na cidade de Brasília.

Ao meu amigo, professor e orientador Agamenon Guimarães pelo incalculável auxílio que me deu no decorrer da pesquisa de campo e em muitos outros momentos, agradeço de todo coração.

Agradeço aos meus colegas de turma, mas principalmente às minhas colegas de sala (da catacumba) e grandes amigas Adriana Giuberti, Luciana Paz e Elisabeth Aiko, por todo o carinho com que me trataram quando cheguei à cidade e no decorrer dos anos de curso, o que foi imprescindível para a minha permanência e adaptação a Brasília.

Pelo mesmo carinho e pela mesma amizade quero agradecer também ao meu orientador, Prof. Sadi Dal Rosso, que como amigo e professor, mais do que ninguém me ajudou a concluir este trabalho.

O mesmo agradecimento vai a todos os meus professores por sua paciência e seus ensinamentos e, mais especialmente, às professoras Cristhiane Girrard e Laura Goularte pelas importantes sugestões apontadas durante o exame de qualificação.

Aos funcionários da secretaria, em especial à Nádia (que não se encontra mais no departamento), quero dizer obrigado pela dedicação desses anos.

Agradeço também à CAPES pelo apoio inestimável através da concessão de uma bolsa de estudos.

E, por fim, a minha sincera gratidão ao Movimento dos Sem-Teto de Sergipe que, na figura do seu presidente Jiseldo Santos, forneceu-me importantes documentos apresentados nos anexos deste trabalho; a todas as pessoas que não se negaram a colaborar com este estudo, respondendo pacientemente às dúvidas e aos questionamentos das entrevistas e dos bate-papos; e, especialmente, aos moradores da Vila do Queijo, homens, mulheres e crianças, para quem dedico este trabalho.

# RESUMO

Este é um estudo sobre o fenômeno denominado de exclusão social, tendo como pano de fundo a cidade e suas complexas teias de relações produtoras e reprodutoras de desigualdades e segregações. Ele versa sobre as estratégias cotidianas de enfrentamento das situações de exclusão nos planos material, sócio-cultural e político desenvolvidas pelos grupos humanos lotados sociologicamente na categoria de excluídos.

Empiricamente este estudo concentrou-se em uma área favelada de zona Sul na cidade de Aracaju - a Vila do Queijo - , buscando o conhecimento das formas como um determinado grupo reage às situações de exclusão nos planos acima apresentados, tendo como referência o espaço favelado através do qual este grupo se insere em um dos mais caros e ricos bairros da cidade.

Este estudo permitiu concluir, a partir do conhecimento do cotidiano dos moradores da Vila do Queijo, que a favela como microcosmos de convívio social apresenta uma relação paradoxal com a questão da exclusão, porque em virtude de seus múltiplos aspectos clandestinos atua tanto em sentido contrário quanto favorável às situações de exclusão. Ao mesmo tempo em que facilita a vida na cidade para indivíduos excluídos dos mercados formais de trabalho e moradia, ajuda a legitimar discursos e representações generalizantes que estigmatizam os seus habitantes e contribuem para que se ampliem as situações de exclusão às quais aqueles são cotidianamente submetidos.

O trabalho se apresenta como o grande mediador entre as pessoas que vivem na vila e os demais moradores do bairro. Quando as relações entre estes dois conjuntos de atores se apresentam amigáveis, elas se fundamentam no reconhecimento do trabalho informal como trabalho em oposição às prenoções de vadiagem e banditismo elaboradas em relação aos habitantes de espaços favelados genericamente; por outro lado, quando essas relações são marcadas por conflitos e discriminações sua fundamentação se encontra no seu não reconhecimento do trabalho e sim em uma associação estigmatizante entre favela, vadiagem e crime, de forma que, não sendo vistos como trabalhadores, os moradores da vila são imediatamente tomados como bandidos e, assim, como ameaça.

# ABSTRACT

This is a study about the phenomenon called Social Exclusion. The background is the city and its complex scheme of productive and reproducing relations of inequalities and segregations. This work talks about the daily strategies of facing the excluding situations in the material, social, cultural, and political levels developed by the human groups sociologically called excluded.

The empirical part of this study was concentrated in a slum area of the Aracaju city's South zone - the "Vila do Queijo". The aim was to search for the understanding of how an specific group reacts to the exclusion situations considering the aspects presented beforehand. The reference is the slum space through which they inserted themselves: one of the most expensive and rich neighborhoods of the city.

Through the knowledge of the "Vila do Queijo" inhabitant's daily life, this study allowed to conclude that the slum, as a microcosm of the social contact, presents a paradoxical relationship with Exclusion. Its hidden aspects works as much in contrary as in favourably to the exclusion situations. At the same time that it helps the city's life for the excluded ones in the formal markets of labor and dwelling, it helps to legitimate generalized discourses and representations that stigmatize its inhabitants and contributes to increase the exclusion situations by which they are daily subordinated.

The work presents itself as the great mediator between the people that live in the villa and the other inhabitants of the neighborhood. When the relationship between these two groups is friendly, it is based in the recognition of the informal work as a work in opposition of vagrancy and robbery's prenotions developed in relation to the inhabitants of the slum spaces generically. On the other side, when this relationship is distinguished by conflicts and discriminations, its base is not the recognition of the work, but a stigmatizing association between slum, vagrancy and crime. Not been seen as workers, the inhabitants of the villa are immediately considered robberies and, consequently, a threat.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 - REFLEXÕES ACERCA DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	9
A Respeito da Exclusão Social .....	9
Que Dialoguem Marginalidade e Exclusão.....	15
Capítulo 2 - MEMÓRIAS DA PRAIA DE ATALAIA.....	27
A Memória da Cidade.....	27
No Caminho do Mar Havia um Pomar... ..	30
O Antigo Balneário de Atalaia .....	34
O Presente em Questão.....	42
Capítulo 3 - RESISTÊNCIA À EXCLUSÃO: o cotidiano dos moradores da Vila do Queijo.....	49
A Exclusão Social na Cidade.....	49
Vizinhança Turbulenta: uma favela na zona Sul.....	54
Quem São e do que Vivem os Moradores da Vila do Queijo?.....	77
Reflexões Finais.....	90
Capítulo 4 - A POLÍTICA DA REAÇÃO PASSIVA.....	96
Políticas Públicas e Cidade Clandestina em Aracaju.....	99
A Vila da Resistência Passiva.....	109
Reflexões Conclusivas.....	116
A CAMINHO DA CIDADANIA: considerações finais.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	130
ANEXOS.....	137
Anexo 1 - Questionário Aplicado na Pesquisa de Campo.....	137
Anexo 2 - Documento Referente à Criação do Bairro de Atalaia.....	144
Anexo 3 - Relatório de Pesquisa da Prefeitura sobre a Vila do Queijo.....	146
Anexo 4 - Resenha do Processo Judicial.....	151
Anexo 5 - Cartas.....	152
Anexo 6 - Notícias de Jornal.....	156
Anexo 7 - Laudo Pericial da ADEMA.....	159
Anexo 8 - Fotografias.....	162

# INTRODUÇÃO

Desde que iniciei meus estudos na graduação de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe algumas questões prontamente começaram a chamar minha atenção, despertando-me o interesse por melhor conhecê-las. Estas, centradas inicialmente na temática do favelamento, perpassavam igualmente a questão da iniquidade social e tinham como hipóteses causais questões de cunho político. Naquela época interessava-me conhecer a relação entre as políticas públicas habitacionais voltadas para as populações de baixa renda e o direcionamento do processo de favelização rumo às áreas periféricas urbanas. No caso de Aracaju, era notável que as periferias Norte, em menos de uma década, haviam se transformado no maior foco concentrador daquelas populações na cidade.

Ainda centrada nesta preocupação iniciei as pesquisas exploratórias que dariam direção ao meu projeto de dissertação de mestrado. Em virtude de uma conversa tida em fevereiro de 1996 com o então diretor de urbanismo da Empresa Municipal de Obras e Urbanismo de Aracaju (EMURB), objetivando mapear as áreas faveladas na cidade de Aracaju, tomei conhecimento da chamada “Invasão da Atalaia” - Vila do Queijo - e, dos contatos iniciais travados com alguns dos moradores, redirecionei minhas preocupações.

Chamaram-me a atenção várias das características da vila. A primeira delas foi o fato de se tratar de uma ocupação clandestina localizada em meio a uma via pública. Afinal, tratam-se de pequenos barracos de madeira que ocupam todo um trecho de uma das ruas do bairro de Atalaia. Depois, ou ao mesmo tempo, não sei, interessou-me o fato de que aquela ocupação pudesse passar despercebida aos olhos das pessoas que frequentavam o bairro em virtude de sua localização na praia. Poucas eram as pessoas com as quais eu comentava sobre a situação que já haviam notado a existência da vila, mesmo sendo assíduas frequentadoras da praia e a despeito daquela ocupação representar uma nítida ruptura com a paisagem urbana do mais caro bairro da zona Sul da cidade.

Mais do que tudo, chamou-me a atenção a afirmação de uma moradora, parte negada no decorrer da pesquisa de campo, de que aquele era um antigo aldeamento de pescadores surgido há mais de quarenta anos quando o bairro sequer existia e que, em virtude do processo de urbanização que havia transformado a área em um rico bairro

residencial, eles - os moradores - estavam sendo obrigados a saírem do local, devendo ser transferidos para a área da antiga lixeira municipal. Em seus depoimentos iniciais, esta moradora frisou ainda o fato de serem considerados como favelados e, conseqüentemente, como bandidos pelos vizinhos “ricos” que queriam a qualquer custo tirá-los de lá.

Destes fatos decorreram-me questões de ordem geral, as quais ainda diziam respeito aos mecanismos utilizados pelo Estado para determinar as configurações urbanas de acordo com as demandas das classes dominantes, mas que iam um pouco além. Preocupavam-me também as decorrências segregacionistas do processo de urbanização da Praia de Atalaia; as relações sociais desenvolvidas entre indivíduos de classes tão distintas (os pobres da vila e os ricos do bairro), diante de uma situação nitidamente conflitante e potencialmente excludente; bem como a forma como uma representação social específica, no caso a de favela, podia conduzir as ações de certos indivíduos em favor da exclusão de outros do seu círculo de relacionamentos.

Com o desenrolar da pesquisa de campo que, dentre outras coisas desmistificou a idéia da vila ser a reminiscência de um antigo aldeamento de pescadores, este conjunto de questões passou a ser sintetizado na preocupação de conhecer com maiores proximidade e nitidez o cotidiano dos moradores de favelas em áreas urbanas nobres, tendo a Vila do Queijo como referência devido às características acima apontadas.

Pode-se dizer que este trabalho objetiva apresentar algumas das formas encontradas coletivamente para o enfrentamento do conjunto de adversidades materiais e sócio-culturais que compõem o quadro maior de exclusão social no qual determinados indivíduos se situam como coletividade. Trata-se, pois, de uma reflexão situada teoricamente na questão da exclusão social, a partir de seus aspectos materiais, sócio-culturais e políticos, tendo como pano de fundo as questões da habitação clandestina, mais precisamente as favelas, e da espacialidade urbana capitalista responsável pela produção de espaços simbolicamente valorizados e, por definição, tendencialmente homogeneizantes e excludentes.

No decorrer dos três meses destinados à pesquisa de campo foi possível, dentre outras coisas, confirmar a idéia apresentada por Kowarick (1993) de que os espaços favelados são realmente microcosmos que espelham a vida social externa a eles.

Diante de um complexo cotidiano marcado por trabalho, estudo, amizades, brigas, comunhões, separações, embriagues, lucidez, intimidações e reivindicações foi possível conhecer um pouco da vida dos pobres que habitam a zona Sul e saber que não só de isolamentos e discriminações se formam suas relações com o mundo que os cerca. Na realidade da Vila do Queijo, as situações de desprezo e violência, comuns à grande maioria das áreas faveladas, mesclam-se com outras, menos comuns, de solidariedade e amizade, confirmando que o cotidiano dos grupos sociais desfavorecidos é muito mais dialético e complexo do que por vezes se consegue supor.

Vários estudos demonstram que a favela surge para as populações pobres e potencialmente afastadas do mundo do trabalho formal como uma nítida estratégia de sobrevivência no mundo urbano, dentre outras coisas por facilitar materialmente sua precária inserção na cidade. Entretanto, este fato depara-se na realidade da vila, a exemplo de outras áreas faveladas, com o paradoxo de que, ao mesmo tempo em que a coletividade da favela auxilia a vida na cidade, ela contribui para aumentar a discriminação social em relação aos indivíduos que nela habitam.

Vistos como favelados, categoria que implica estigmatização e preconceito, os moradores da vila submetem seu cotidiano ao aval das pessoas que vivem à margem da sua realidade, sendo julgados coletivamente pelos atos individuais de um ou outro morador. Sua “condenação” ou “redenção” é mediada pela imagem que os de fora constróem de sua relação com o trabalho. Sendo trabalhadores, são honestos e merecem um lugar ao sol; não sendo, são vadios, marginais, um problema social ao qual o Estado tem que solucionar em nome dos direitos dos “cidadãos de bem”. Para a felicidade dos moradores da vila, a maioria dos atentos observadores da vizinhança os julga na primeira categoria, reconhecendo que as atividades cotidianas que desenvolvem na praia ou no restante do bairro são realmente trabalho honesto que merece reconhecimento e respeito apesar de não se tratar de emprego formal.

Mas, mesmo diante de uma certa aceitação social, eles sabem o quanto pesa morar em favela e ser chamado de favelado. Mais do que uma questão semântica, ser favelado representa um adendo no processo de exclusão que distancia cada vez mais os mundos sociais altamente diferenciados de ricos e pobres. A forma como vêem esta

questão nos meios de comunicação, sempre associando as favelas ao crime organizado; a maneira como são constantemente vigiados, julgados e, muitas vezes, condenados tanto pelas pessoas de fora quanto pela polícia, que atua em favor dos “cidadãos de primeira categoria”, acirrando o antagonismo entre pobres e ricos; e a maneira como se vêem tratados como lixo, sendo jogados ao lixo por um Estado ausente, moroso, altamente parcial e comprometido com os interesses das classes dominantes, sempre a responder prontamente às exigências e necessidades destas e a subordinar a elas as demandas dos mais pobres, são alguns dos elementos que cotidianamente indicam aos moradores da vila que a vida nas áreas faveladas é muito mais difícil do que se supõe quem observa apenas os seus aspectos materiais. Estes e outros fatos comprovam que ser favelado é muito mais do que ser pobre e morar em um espaço clandestino e degradado. Por isso os moradores da vila nunca a chamaram de favela.

Buscando conhecer o dia-a-dia destes moradores e nele perceber as múltiplas formas como coletivamente são criadas alternativas para o enfrentamento das adversidades cotidianas, realizou-se no período de dezembro de 1996 a março de 1997 a pesquisa de campo que forneceu dados para a realização do presente trabalho. Esta, dividiu-se para fins operacionais em três etapas trabalhadas simultaneamente da forma que se segue, as quais têm seus resultados aqui apresentados no decorrer dos quatro capítulos que compõem este estudo.

O primeiro capítulo - **Reflexões Acerca da Exclusão Social** - consiste em uma reflexão teórica sobre o conceito de exclusão social. Nele, busca-se apreender quais as contribuições deste construto para as questões da pobreza e da iniquidade social, outrora trabalhadas pela Escola da Marginalidade Social, sob a ótica da produção capitalista de mão-de-obra redundante e disfuncional, a qual torna-se marginal frente aos diversos domínios da vida social, em virtude de sua não-inserção na esfera hegemônica da economia capitalista. Este capítulo procura refletir, dentre outras coisas, sobre as semelhanças existentes entre os conceitos de marginalidade e exclusão e as particularidades analíticas deste, buscando perceber quais as novidades que este novo termo traz para as Ciências Sociais que justifiquem sua disseminação. Sua elaboração foi o fruto das pesquisas teóricas desenvolvidas antes, durante e depois da pesquisa de campo.

No capítulo seguinte - **Memórias da Praia de Atalaia** - é abordada a história do bairro de Atalaia, apresentando os resultados da primeira fase da pesquisa de campo. A ausência quase completa de fontes secundárias fez com que o recurso da história oral surgisse como o único meio de recompor o cenário de Atalaia em décadas passadas, permitindo que se pudesse visualizar suas principais transformações no decorrer dos tempos, bem como conhecer com maior profundidade as origens e consequências do processo de urbanização que, dentre outras coisas, contribuiu para o surgimento da vila em estudo.

A dificuldade de encontrar fontes escritas foi grande, mas não total. Em repetidas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, aos Arquivos Públicos Municipal e Estadual, à Biblioteca Pública Estadual, ao IBGE e até à TELERGIPE<sup>1</sup>, foi possível resgatar, em um trabalho quase arqueológico, fragmentos perdidos do passado de Atalaia que se encontravam nas entrelinhas de obras que tratavam de Aracaju ou de Sergipe de forma genérica. A natureza sintética e pouco reveladora deste material não permitiu que a história de Atalaia fosse prontamente contada, mas forneceu pistas que conduziram as entrevistas destinadas a este fim. Nesta etapa, apenas três entrevistas formais foram realizadas e gravadas, as outras informações foram obtidas através de bate-papos e registradas no caderno de campo. As pessoas entrevistadas foram uma das mais antigas moradoras do bairro, um antigo veranista de Atalaia e uma das mais antigas moradoras da vila, que vive em Atalaia há mais de quarenta anos. A variada origem destes informantes corresponde a diferentes formas de inserção no bairro, as quais permitem que se veja sua história por três ângulos diferentes e igualmente importantes.

O terceiro capítulo - **Resistência à Exclusão: o cotidiano dos moradores da Vila do Queijo** - concentra-se na apresentação do cotidiano dos moradores da vila e nas formas como estes constroem no dia-a-dia a resistência às situações de exclusão nos planos material e sócio-cultural. Nele, os dados colhidos na segunda etapa da pesquisa de campo - referente à coleta de dados específicos sobre a vila através da aplicação de um questionário à totalidade dos moradores<sup>2</sup> - e na terceira - centrada no conhecimento das relações sociais

---

<sup>1</sup>Empresa Estadual de Telefonia de Sergipe.

<sup>2</sup> Devido ao tamanho da Vila, optou-se por fazer uma abordagem censitária da mesma, de forma a obter a maior confiabilidade possível nos dados. Assim sendo, dos 25 barracos existentes foram abordados 19

intra e extra vila e das representações sobre aquela construídas pelos que vivem fora dela, o qual foi obtido através de entrevistas semi-abertas com alguns dos vizinhos da vila<sup>3</sup> - são apresentados de forma a compor um retrato, o mais fiel possível, da vida naquela localidade. Houveram também conversas informais nas quais alguns dados foram colhidos. Estas, dentre outras coisas, tiveram a função de criar uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisados, processo que se deu rapidamente para alguns, mas muito lentamente para outros<sup>4</sup>.

Para este capítulo, dentre outras questões, importam as relações sociais que se estabelecem interna e externamente à vila. Relações que são de trabalho, amizade, inimizade, lazer, estudo e tantas outras. A concepção de favela para quem mora na vila e para os que vivem fora desta faz a mediação entre os diálogos das duas partes. É precisamente para a favela que se voltam as preocupações deste capítulo. Interessa conhecer a vida dos moradores de uma favela de zona Sul em meio às distâncias sociais e às adversidades cotidianas e saber como resistem coletivamente a estas situações.

---

moradores, relativos aos 20 barracos ocupados. Um único morador deixou de ser entrevistado, porque por seu horário de trabalho - sai muito cedo e só chega em casa tarde da noite - e suas obrigações religiosas - é evangélico e frequenta a igreja durante todo o final de semana - não pode ser encontrado em nenhuma das visitas feitas à vila. Os outros cinco barracos não tiveram seus moradores abordados porque três estão fechados e postos à venda, sem nenhum morador e dois são os barracões aonde dormem os "vendiões" de queijo que, por sua característica itinerante no local, não podem ser considerados moradores da Vila do Queijo. O referido questionário encontra-se em anexo.

<sup>3</sup> Nesta etapa foram ouvidas seis pessoas, das quais duas residem imediatamente vizinhas à vila - trata-se de um casal -, duas residem na casa seguinte - é novamente um casal -, um possui um estabelecimento comercial em frente a uma das extremidades da vila e reside em frente à outra, e uma última que reside a algumas casas da rua Bráulio Costa. Devido ao conteúdo conflitivo de alguns depoimentos optou-se aqui por suprimir a publicação dos nomes destes entrevistados, a fim de que certas opiniões aqui apresentadas não contribuíssem para acirrar o clima pouco harmônico entre alguns moradores da vila e da vizinhança. Para esta etapa, desejou-se falar com outros moradores, mas não foi possível encontrá-los devido aos prolongados períodos que se ausentam de casa para o trabalho. Apenas um morador se negou a prestar informações sobre o caso, talvez aquele que fosse o mais importante de todos os informantes. Trata-se do outro morador imediatamente vizinho à vila, de quem emana o processo judicial pedindo a retirada da vila e todo um conjunto de conflitos com os moradores.

<sup>4</sup>Um bom exemplo da dificuldade que alguns moradores tiveram de aceitar a minha presença na vila e confiar-me certas informações, foi o caso de um morador que sempre se mostrou defensivo e, ao mesmo tempo, evasivo em relação às coisas que eu lhe perguntava, sempre questionando se eu não estaria a serviço da Prefeitura, colhendo dados para tirá-los de lá. Um dia, entretanto, quando eu cheguei à vila fui muito bem recebida por este morador que já foi logo me dizendo que havia consultado o presidente do Movimento dos Sem-Teto em Sergipe sobre a minha presença e que este o havia tranquilizado quanto à minha relação com a Prefeitura, de forma que ele poderia conversar comigo abertamente e sem medo. Deste dia em diante, as relações transformaram-se positivamente.

O quarto capítulo - **A Política da Reação Passiva** - enfoca o aspecto propriamente político da exclusão e da resistência à mesma. O fato da vila ocupar uma via pública na qual obviamente não pode permanecer por muito tempo conduz a um questionamento sobre as estratégias de enfrentamento, diálogo e barganha dos seus moradores frente ao Estado. Passividade e reivindicações marcam o trajeto da ocupação no decorrer de quase duas décadas, sendo aqui analisadas como estratégias coletivas de negociação com o poder público diante da clandestinidade que caracteriza a inserção da vila no bairro de Atalaia. O projeto de desfavelamento que prevê a remoção dos barracos para a área da antiga lixeira municipal soma-se a outras duas propostas de enfrentamento, direto e indireto, das ocupações clandestinas para compor um importante quadro político no qual se desenham as estratégias dos pobres para sua inserção informal na cidade de Aracaju. Conhecer os mecanismos utilizados pelos moradores da vila para permanecerem por quase duas décadas em meio a uma rua em um dos bairros mais caros da cidade é uma forma de penetrar no rico universo de concessões e reivindicações frente ao poder público que igualmente marcam o dia-a-dia das populações que se encontram por definição excluídas da condição de consumidoras do mercado formal de moradias, tendo que procurar na clandestinidade possibilidades para a sua inserção nas áreas urbanas.

Os dados que compõem este capítulo são fruto dos resultados tanto de pesquisa documental realizada enquanto ainda se estavam delineando os recortes do presente objeto de estudo quanto das duas últimas etapas da pesquisa de campo nas quais foram abordados os moradores da vila e alguns de seus vizinhos.

Por fim, tem-se a conclusão - **A Caminho da Cidadania: considerações finais** - na qual alguns dos principais pontos abordados no decorrer do trabalho são sintetizados compondo um diálogo com a questão da exclusão de forma genérica e buscando meios para uma reflexão sobre as condições atuais de cidadania das populações pobres que habitam as favelas brasileiras.

A soma destes capítulos e seus respectivos conteúdos pretende permitir o conhecimento da vida cotidiana de um conjunto de pessoas que teoricamente se encontra situada na categoria sociológica de excluídos, por toda uma série de questões que vão desde as suas precárias condições materiais de sobrevivência até o seu despreparo para as

---

exigências do mercado de trabalho formal - cada vez mais produtor de mão-de-obra redundante -, passando pela forma clandestina e degradada como se apresenta o seu espaço coletivo de moradia e pela distância social que supostamente o separa do restante do bairro no qual se insere. O conhecimento pontual deste cotidiano, a exemplo de outras realidades espoliadas, pode contribuir para que as reflexões ainda relativamente recentes sobre o fenômeno da exclusão social venham, por acúmulo de informações, a ganhar maiores maturidade e aprofundamento, qualidades fundamentais para o desenvolvimento das Ciências Sociais.

## **CAPÍTULO 1**

# **REFLEXÕES ACERCA DA EXCLUSÃO SOCIAL**

## A Respeito da Exclusão Social

A exclusão social é uma categoria sociológica contemporânea que surge na França, ainda na década de 70, sob a ótica da produção capitalista de excluídos residuais, e que amplia-se e difunde-se para outros países na década de 80, alcançando grande aceitação acadêmica nos anos 90. Apesar de não possuir uma definição consensual, o conceito de exclusão social apresenta-se nos dias atuais de utilização quase imperativa nas questões relativas às desigualdades sociais (Nascimento, 1994b).

A amplitude deste conceito talvez seja uma das causas para a sua grande popularidade acadêmica. Apesar da variação existente entre as definições da exclusão, em linhas gerais pode-se dizer que ela diz respeito ao ato, ou ao processo, de separar grupos ou indivíduos da comunidade ordinária em que se inserem (Xiberras, 1994). Nas palavras de Nascimento (1994b: 2),

exclusão provém do latim *exclusio* e significa a ação ou efeito de excluir; exceção que sofre uma coisa deixando de ser incluída em uma disposição, medida ou regra. A exclusão social seria, portanto, a ação ou efeito de colocar à margem um ou vários indivíduos. Supressão que pode ser de direitos e/ou do acesso a bens e serviços, tanto materiais quanto simbólicos.

Sob este signo agrupam-se processos das mais diversas naturezas que têm em comum a produção de separações sociais<sup>5</sup>. A exclusão social vai do terrorismo, que ameaça inclusive os atores dos quais emana, ao racismo, que exclui uma população definida como alvo a eliminar, passando pelo desemprego em longa duração - característica cada vez mais marcante das economias atuais -, que exclui os indivíduos por não indicar novas possibilidades de reintegração ao mundo do trabalho (Op. Cit.). São consideradas sob o signo da exclusão, as minorias étnicas, sexuais, comportamentais, territoriais, econômicas, culturais. Enfim, todas as minorias sociais que por sua condição

---

<sup>5</sup>Martine Xiberras (1994) afirma que apesar do termo exclusão social ser bastante recente na Sociologia, o estado que ele exprime encontrava-se presente em muitas sociedades passadas, a exemplo do ostracismo ateniense, do banimento romano e dos guetos da Idade Média.

de exceção diferenciam-se do conjunto maior da sociedade. Sob este prisma, exclusão indica etnocentrismo<sup>6</sup>, estigmatização<sup>7</sup> e segregação<sup>8</sup>.

Entretanto, não parece lícito afirmar que este seja um conceito referente apenas às minorias. Quando considerada sob os aspectos sociais, econômicos e políticos do capitalismo moderno, a produção de exceções se apresenta muito superior a uma simples minoria numérica. Nos tempos atuais, massas crescentes de indivíduos isolados e grupos compartilham dos efeitos da exclusão, entendida aqui como a formação

de progressivos segmentos sociais à margem do processo produtivo e expulsos do acesso a bens considerados fundamentais para a vida moderna (...). Os novos rumos do desenvolvimento tecnológico desqualificam massas crescentes da força de trabalho e reduzem a necessidade de mão-de-obra. Não apenas o desemprego cresce (...), mas a possibilidade de ingresso ou reingresso no mundo do trabalho diminui. Sem proteção social e sem trabalho, uma massa significativa de indivíduos encontra-se abandonada, entregue a uma condição de miséria e pobreza antes desconhecida (NASCIMENTO, 1994b: 6).

Uma das características da abordagem da exclusão social é o seu pessimismo quanto às possibilidades futuras dos grupos ou indivíduos não incluídos. Enquanto situação de exceção, a exclusão não é um estado, "...nem se constitui propriamente numa situação. Trata-se antes de um processo, uma tendência, revestindo-se sempre de forma múltipla" (Op. Cit.: 25).

Segundo Nascimento (Op. Cit. c), não se deve ainda confundir exclusão social com as noções de desigualdade e pobreza, como via de regra é feito pelo senso comum. A desigualdade remete à distribuição diferenciada das riquezas produzidas em uma sociedade; a pobreza, corresponde a uma situação onde os membros de uma sociedade se encontram despossuídos das mínimas condições para suprir suas necessidades básicas;

---

<sup>6</sup>A esse respeito vide ROCHA (1994a).

<sup>7</sup>Uma das obras mais célebres sobre estigma foi escrita por Erving Goffman (1988), na qual ele apresenta uma minuciosa classificação dos tipos de estigma, relacionando-lhes suas principais consequências individuais e sociais.

<sup>8</sup>Sobre este tema há uma infinidade de obras. Algumas centram-se na segregação social urbana, Rolnik (1988), Lojkine (1981), Caldeira (1997), dentre outros. Mas há também quem aborde a temática genericamente como Buarque (1994).

enquanto que a exclusão, estaria por oposição, próximo às noções de coesão e vínculo social e, por similitude, aos conceitos de estigma e de desvio, sendo em outras palavras, uma condição que é imputada ao indivíduo do exterior, sem que este tenha contribuído de qualquer forma para tal.

O conceito de exclusão social possui, do ponto de vista sociológico, três acepções distintas<sup>9</sup>. Na primeira delas, ele é tomado em sua forma mais ampla, dizendo respeito "...ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social..." (Op. Cit.: 31), referindo-se assim, a um processo social de não-reconhecimento do outro. Por esta acepção generalizadora, toda discriminação pode ser vista como uma exclusão social e os grupos assim excluídos ou discriminados, passam a confundir-se com os grupos de estigma e/ou de desvio<sup>10</sup>. "Na segunda acepção, o não-reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos. São grupos sociais que não têm uma integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência, condições mínimas de vida" (Op. Cit.: 31/32). Não são apenas discriminados, mas também excluídos do mundo de direitos. E a terceira acepção, denominada por Nascimento (Op. Cit.) como nova exclusão social e por Buarque (1994) como apartação, diz respeito a uma tendência, em processo nos últimos tempos, de recusa à disseminação de direitos, pautada em um não-reconhecimento do outro como semelhante, no qual os grupos assim excluídos passariam a "não ter direito a ter direitos".

A exclusão torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como "não-semelhante", um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano. (...) Apartação é uma forma específica de exclusão, a mais radical. É uma forma contundente de expressão de intolerância social, assim como a discriminação é uma outra forma, sem dúvida perversa socialmente, porém mais amena. Em torno do conceito de apartação, cuja presença e factibilidade são objetos de discussão, existe um certo charme (...). Muitos se perguntam se de fato

---

<sup>9</sup> Essa classificação é apresentada por Elimar Pinheiro do Nascimento, importante autor brasileiro dedicado ao estudo da exclusão, quando promove uma análise do tema sob o ponto de vista conceitual. A esse respeito vide NASCIMENTO (1994c).

<sup>10</sup> A respeito de grupos de estigma ou de desvio, vide GOFFMAN (1988).

vivemos uma situação de apartação ou se caminhamos efetivamente para uma situação dessa natureza (NASCIMENTO, 1995: 25).

A chamada nova exclusão social é, para Nascimento (1994c), um fenômeno constituído a partir de um "...processo simultaneamente econômico, com a expulsão do mundo do trabalho, cultural, pela representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos, e social, através da ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários" (Op. Cit.: 35). Na dimensão das representações sociais, ela é vista sob a ótica da cidadania, segundo a qual ser cidadão é ser incluído, tendo direito a ter direitos, ao passo em que, por oposição, a exclusão corresponderia à estigmatização que expulsa o indivíduo da órbita da cidadania e, assim, do mundo dos direitos de forma ampla.

Um importante elemento da nova exclusão social é o que diz respeito à dimensão simbólica de sua constituição. A esfera das representações sociais passaria a ter um papel decisivo na determinação desta exclusão, porque, paralela às questões econômicas relativas à inserção ou à expulsão do mundo do trabalho, seria ela que apresentaria os indivíduos passíveis de exclusão, não só social, no sentido da discriminação, mas também física, através do extermínio. Os pobres urbanos que já se enquadravam na categoria de excluídos em decorrência de sua condição econômica passariam, no momento atual, em virtude desta nova face da exclusão, a serem vistos cada vez mais como ameaça, por uma forte vinculação ideológica promovida entre eles e o crescente fenômeno da violência nas cidades. Esta vinculação se deve, segundo Nascimento (Op. Cit.), à simultaneidade entre o aumento deste fenômeno e o crescimento da visualização da pobreza urbana em virtude da precariedade da vida no campo e de toda uma série de atrativos, que juntos concorreram e, ainda hoje concorrem, para um certo deslocamento dos pobres no sentido das cidades. Nas palavras do próprio autor,

no interior das camadas sociais mais favorecidas ocorre a produção de uma imaginária relação de causa e efeito entre pobreza e violência. Mais ainda na medida em que a violência urbana introduz-se com muito "sucesso" na mídia. (...) Os pobres e a situação de pobreza são representados como violentos e ameaçadores à segurança pessoal e aos bens das camadas mais favorecidas. (...) Agora o pobre é representado como um bandido em

potencial. (...) Pobre e bandido juntam-se, numa única imagem, para produzir o novo excluído, novo porque passível de eliminação física pelo perigo que representa socialmente, a que se acrescenta a desnecessidade econômica (Op. Cit.: 43).

A associação entre uma dada categoria de pobres e o aumento da violência urbana parece sugerir uma certa proximidade entre as categorias nova exclusão social, classes perigosas (Guimarães, 1981) e lumpemproletariado<sup>11</sup>. Em todas as três, a retórica da violência conduz e legitima não só o direito, mas também a necessidade, de extermínio de determinados extratos sociais. Nas palavras de Engels (appud GUIMARÃES, 1981: 3),

o lumpemproletariado, a escória dos elementos depravados de todas as classes, com sua base nas grandes cidades, é o pior de todos os possíveis aliados. Essa rale é absolutamente venal e absolutamente descarada. Se os trabalhadores franceses, em toda revolução, inscreveram em suas casas *Mort aux voleurs*, morte aos ladrões, e mesmo dispararam contra eles, não o fizeram em reverência pela propriedade, mas porque consideraram corretamente ser necessário acima de tudo livrar-se desses bandos.

Muita coisa mudou desde a Revolução Francesa e hoje não apenas a “escória”, o lumpensinato clássico de mendigos e andarilhos, é representada como ameaça à sociedade, à propriedade privada e à segurança física dos membros das classes sociais mais elevadas<sup>12</sup>. O olhar social de cunho altamente estigmatizador que sempre voltou-se aos indigentes, agora atinge massas crescentes de indivíduos pobres, não necessariamente lotados na categoria do lumpemproletariado. Em virtude do crescente desemprego produzido a nível mundial pela globalização de mercados consumidores<sup>13</sup> associada a novas tecnologias de produção e à grande intercambialidade profissional dos

---

<sup>11</sup>A esse respeito vide MARX (1971).

<sup>12</sup>A esse respeito vide CALDEIRA (1997).

<sup>13</sup>Muita coisa tem sido escrita ultimamente sobre a globalização de mercados e suas consequências. Dentre elas, merece destaque o livro de Robert Reich (1994) intitulado **O Trabalho das Nações: preparando-nos para o capitalismo do século XXI**, no qual o autor apresenta, dentre outras coisas, como esta globalização associada às novas tecnologias da informática assegura uma intercambialidade de mão-de-obra a nível internacional, altamente funcional ao capitalismo mundial, mas produtora de uma contrapartida de elevados custos sociais nas esferas nacionais.

trabalhadores<sup>14</sup>, massas cada vez maiores de indivíduos tornam-se desnecessárias ao sistema econômico, do que decorre o seu processo de afastamento de muitas outras esferas da vida social, caracterizando as situações de exclusão.

Em países como o Brasil, no qual a baixa capacitação da mão-de-obra frente às complexas exigências do mercado de trabalho apresenta-se bastante intensa, a produção de excluídos alcança limites de grande gravidade social. As cidades, maiores focos concentradores de pobreza, e espaços nos quais esta apresenta importantes particularidades<sup>15</sup>, exibem em sua paisagem cotidiana os reflexos da desigualdade social que origina as situações de exclusão. São os “homens da noite”<sup>16</sup>, os “cidadãos da marginal”<sup>17</sup>, os “modernômades”<sup>18</sup>, enfim, homens, mulheres e crianças que, isolados ou em grupos, constroem, a partir da exclusão que os vitima, estratégias cotidianas de sobrevivência no mundo urbano. Antes marginais, hoje excluídos, para sempre reserva desnecessária de trabalho barato e sem qualificação, estes indivíduos há muito fazem parte da história social brasileira, como coadjuvantes sem expressão (a não ser a numérica), sempre submetidos às vicissitudes do preconceito e da discriminação das camadas sociais incluídas no sistema. Seu crescimento nos dias atuais parece ultrapassar as raias da normalidade sistêmica do capitalismo, renunciando a virtualidade de um néo-leviatã<sup>19</sup>. É justamente sobre esta camada social, há muito preocupante dos estudiosos, que as

---

<sup>14</sup> A esse respeito vide, dentre outros, GORZ (1987).

<sup>15</sup> Segundo Rocha (1994b), a pobreza metropolitana apresenta especificidades vinculadas ao modo de vida na cidade: a economia é essencialmente monetária, a alta densidade populacional exige boa infra-estrutura urbana, e a maior exposição dos indivíduos aos meios de comunicação de massa pode gerar inconformismo quanto ao *status* de pobreza e desigualdade. Destas características do modo de vida nas cidades merece destaque o fato da economia ser essencialmente monetária, pois dele deriva uma necessidade perene de obtenção de dinheiro para todas as mediações materiais dos indivíduos.

<sup>16</sup> Esta expressão é utilizada por Nasser (1996), em sua tese de doutoramento sobre os albergados na cidade de São Paulo, para se referir aos homens, sem casa para morar, que passam as noites a procura de abrigo pela cidade.

<sup>17</sup> “Os cidadãos da marginal”, estudados por Lúcio Kowarick (1993), são os moradores de uma tradicional favela paulistana à época localizada na Marginal Tietê e que hoje foi anexada ao projeto municipal de erradicação de áreas faveladas (Projeto Singapura), tendo sido substituída por um conjunto de prédios de apartamentos.

<sup>18</sup> Este neologismo foi cunhado por Cristóvão Buarque (1997) para se referir aos migrantes claramente excluídos que, por sua condição de pobreza, perambulam pela cidade em busca de condições minimamente favoráveis de subsistência. Esses “perambulantes” como diz o autor, “...já não vêm em busca de emprego e renda que eles sabem que não vão conseguir. Vêm em busca do lixo da modernidade” (Op. Cit.: 11).

<sup>19</sup> A esse respeito vide REICH (1994).

Ciências Sociais se voltam novamente, agora na virada do século, em busca de respostas e soluções.

## Que Dialoguem Exclusão e Marginalidade

Apesar da modernidade do conceito de exclusão e das especificidades atuais a ele relacionadas, os fenômenos da pobreza, da redundância e da marginalidade nos países capitalistas se constituem tradicionais problemas de estudo das Ciências Sociais, desde os clássicos até os dias atuais, tendo passado pelas mais variadas escolas acadêmicas (Xiberras, 1994).

Na América Latina<sup>20</sup> o tema foi tratado por uma escola que se ocupou do estudo da marginalidade enquanto situação social produzida a partir das condições desiguais da sociedade capitalista, sobretudo no que tange aos países subdesenvolvidos de capitalismo dependente. Aníbal Quijano (1978), um dos maiores expoentes da Teoria da Marginalidade Social na América Latina, apresenta a literatura sobre marginalidade resumida a oito grandes variantes que abordam desde sua condição ecológica, como aquilo que espacialmente se encontra à margem do centro, até suas implicações políticas, sociais, econômicas e culturais<sup>21</sup>.

Um outro grande expoente da Teoria da Marginalidade, José Nun (1969) confirma a variedade de acepções atribuídas ao conceito de marginal no decorrer dos tempos, optando por discuti-lo sob o ponto de vista da superpopulação relativa<sup>22</sup>. Para Nun, a existência desta superpopulação, entendida como a que excede aos limites da população considerada adequada pela combinação entre os trabalhadores e os meios de produção em cada formação social particular<sup>23</sup>, pode ter consequências funcionais,

---

<sup>20</sup>Na literatura latino-americana merecem destaque, dentre outros, Aníbal Obregon Quijano (1978), (1968), (1971) e José Nun (1969) e no Brasil, dentre outros, destacam-se, Florestan Fernandes (1968), (1976), Luiz Pereira (1978a), (1976), (1978b) e Lúcio Kowarick (1977), (1988), (1993).

<sup>21</sup>A este respeito vide QUIJANO (1978). Uma outra classificação similar à de Quijano, mas um pouco menor é apresentada por Berlink (1975), segundo a qual seriam cinco diferentes vertentes analíticas que teriam abordado a temática da marginalidade na América Latina.

<sup>22</sup>A esse respeito vide MARX (1971).

<sup>23</sup>"Os trabalhadores e os meios de produção constituem os fatores fundamentais de todas as formações sociais de produção. (...) Entretanto, enquanto permanecem separados, só são fatores em estado virtual.

afuncionais ou disfuncionais para o sistema no qual se insere. Uma de suas principais características é o fato de suas dimensões expandirem-se e contraírem-se a depender das alternativas periódicas de cada ciclo industrial, sabendo-se *a priori* que o nível normal da ocupação nas economias capitalistas não pode ser o pleno emprego, pois estas são marcadas por desenvolvimento cíclico<sup>24</sup>.

O autor afirma que "...em sua fase competitiva, o modo de produção capitalista gera uma superpopulação relativa que estabelece relações predominantemente funcionais com o sistema" (Op. Cit.: 198). A função direta que o excedente de população cumpre neste caso é justamente a de reserva de força de trabalho para os aumentos periódicos de demanda, enquanto sua função indireta mais importante é, sem dúvida, a pressão que exerce em favor do rebaixamento do preço da força de trabalho.

A passagem ao capitalismo monopolista exige algumas reformulações neste raciocínio.

Por um lado, a produtividade da mão-de-obra se expande de forma notável; por outro, à medida que avança a mecanização, cada unidade de capital ou de produto requer uma maior especialização laboral. Em consequência, declinam as probabilidades de transferir trabalhadores de um ramo a outro (...); mas, sobretudo, perde sustento a idéia anterior de uma reabsorção possível dos trabalhadores desprezados pela máquina: a demanda industrial tende a concentrar-se ou, no melhor dos casos, a estancar-se (Op. Cit.: 199).

A tendência que a mecanização e a estruturação econômica monopolista apontam é a de produção de "pessoas social e economicamente inúteis" (SELIGMAN *appud* Op. Cit.). Em outras palavras, isso corresponde a dizer que a característica monopolista do modo de produção capitalista compromete, por sua própria natureza, a funcionalidade, anteriormente apontada, da superpopulação relativa. Alteradas as

---

"Para qualquer produção é necessário que se combinem. A maneira especial em que se opera esta combinação é a que distingue as diferentes épocas econômicas pelas quais tem passado a estrutura social" (Marx, 1968, II, p. 36). (...) A forma específica que assume esta combinação estabelece em cada caso o tamanho da população que pode considerar-se adequada. (...) A parte da população que excede tais limites permanece no estado de mero fator virtual, pois não consegue vincular-se nem aos meios de sua reprodução nem aos produtos: é o que se denomina superpopulação. Convém sublinhar, portanto, que são os meios do emprego e não os meios de subsistência, os que fazem o trabalhador ingressar na categoria da superpopulação" (NUM, 1969: 181).

condições teoricamente ideais de concorrência, a tendência do capital é a de tornar afuncionais ou disfuncionais ao sistema hegemônico parcelas cada vez maiores da superpopulação relativa. Segundo Nun (Op. Cit.: 201), o conceito de superpopulação relativa

se situa ao nível das relações que se estabelecem entre a população sobrança e o setor produtivo hegemônico. A categoria implica assim uma dupla referência ao sistema que, por um lado gera este excludente e por outro não precisa dele para seguir funcionando.

A Teoria da Marginalidade não pretende advogar a possibilidade sistêmica de supressão da superpopulação relativa, nem tampouco sua completa disfuncionalidade. O fenômeno que ela aborda é o da produção crescente de camadas desta superpopulação não aproveitáveis pelo sistema, em virtude tanto de suas características intrínsecas quanto daquelas apresentadas pelo próprio momento histórico do capitalismo. Afora esta crescente “massa marginal” que se forma nas franjas do processo produtivo, o restante da superpopulação relativa continuaria cumprindo com suas funções de reserva de força de trabalho e fator de rebaixamento salarial.

Faz-se necessário esclarecer que este raciocínio apresentado por Nun trata a questão do emprego sob um ponto de vista macroeconômico, segundo o qual o que realmente importa às análises sócio-econômicas é a esfera da produção, porque nela se concentram a geração de capital e as principais contradições entre este e o trabalho. A chamada “massa marginal” apresentaria, assim, sua condição de marginalidade em relação às formas produtivas hegemônicas - dentre as quais o emprego industrial é o mais importante -, expandindo a partir daí a sua condição de marginalizada para as outras esferas da vida social, comprometendo tanto as condições materiais de sobrevivência quanto o desenvolvimento social, político, psicológico e cultural dos indivíduos<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> A esse respeito vide MARX (1971), “A Lei Geral da Acumulação Primitiva”.

<sup>25</sup> Um dos grandes expoentes da Antropologia Urbana que trabalhou sob o prisma conceitual da Escola da Marginalidade, Oscar Lewis (1972 e 1975), concentrou-se no estudo do modo de vida das populações marginais, para concluir a existência de uma unidade cultural entre os pobres. Para Lewis (1972: 17), “a pobreza vem a ser um fator dinâmico que afeta a participação na esfera da cultura nacional criando uma subcultura por si mesma. Pode-se falar da cultura da pobreza, já que esta tem suas próprias modalidades e

Por este raciocínio, o espaço urbano seria privilegiado na concentração e na apresentação da marginalidade, visto acomodar o setor industrial e sua contrapartida, a redundância estrutural de mão-de-obra frente àquele. Isso, contudo, não corresponde a dizer que a marginalidade seja um fenômeno limitado ao espaço urbano. Muitos autores, a exemplo de George Giusti (1968), acreditam que a marginalidade seja um atributo inerente ao campesino latino-americano - advindo dos tempos da colonização -, que se tem tornado mais evidente com o marginal urbano, por suas próprias condições materiais de vida.

Há uma séria dificuldade em abordar a Teoria da Marginalidade Social como totalidade. Na verdade, cada uma das suas vertentes<sup>26</sup> centraliza suas abordagens em aspectos diferenciados do fenômeno, o que resulta por vezes em sérios dilemas analíticos. Touraine (1977: 1105), afirma que

ou bem a marginalidade corresponde a uma "franja" e não está ligada à estrutura econômica e social, mas só a conjunturas transitoriais e, assim, a conduta dos marginais é - como se pode constatar com frequência - apática, retraída ou submetida à demagogia; ou bem, ao contrário, a marginalidade é - se se pode dizer assim - um fenômeno central, ou seja, que está intimamente ligada à natureza geral de uma economia dependente, e pode esperar-se que os marginais desempenhem uma função importante nos movimentos de libertação social e nacional.

De forma geral, há pouco consenso quanto a natureza, estrutura, comportamento e abordagem científica da marginalidade. Um dos escassos pontos congruentes entre a maioria dos teóricos que se ocupou da questão é o fato da marginalidade ser um estado atual, passível de reversão, visto ser produzido e perpetuado por processos estruturais superáveis, quando da superação do modo de produção capitalista, de forma geral e, mais especificamente, das situações de dependência e dualidade vividas pelos países latino-americanos. No caso específico da América Latina, as propostas desenvolvimentistas que advogavam a superação da condição de subdesenvolvimento pela modernização das economias através de incrementos nas

---

consequências sociais e psicológicas distintas para seus membros. Me parece que a cultura da pobreza ultrapassa os limites do regional, do rural e urbano, e ainda do nacional".

<sup>26</sup> A esse respeito vide QUIJANO (1978)

industrializações nacionais (Mantega, 1990), foram por muito tempo hegemônicas enquanto alternativas para a reversão do quadro de dualidade que marcava a estrutura social daquelas nações.

Hoje, contudo, os tempos são outros e as antigas propostas de crescimento econômico para posterior distribuição social de renda já não ecoam com tanta propriedade entre os meios acadêmico e político. Em tempos de globalização, as antigas questões nacionais parecem atingir novas dimensões, sugerindo outras formas de abordagem.

A questão da iniquidade social, anteriormente abordada sob a ótica da marginalidade passa, nos anos 90, a ser tratada sob o signo da exclusão. Segundo Nascimento (1994c) não se trata apenas de uma questão semântica, mas sim de uma adaptação conceitual às novas feições assumidas pelo fenômeno na última década<sup>27</sup>. Mas quais são propriamente estas novas feições? O que há de novo no fenômeno social do qual trata o conceito de exclusão que justifique esta nova semântica? Enfim, em que diferem conceitualmente marginalidade e exclusão?

Um dos grandes entraves a este tipo de análise comparativa encontra-se no fato de ambos os conceitos não se apresentarem elaborados de forma homogênea. A exemplo do conceito de marginalidade, discutido anteriormente, o de exclusão social também apresenta grande imprecisão. Ele,

ora emerge como uma novidade, ora como um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade. Ora confunde-se com o velho conceito de marginalidade, ora com o ainda mais antigo de estigma. De toda maneira há um terreno minimamente comum de comunicação: a palavra exclusão é normalmente utilizada para indicar as novas formas da iniquidade social (Op. Cit. a: 40).

---

<sup>27</sup>"Nos anos 70 a questão da iniquidade social era apreendida através do termo desigualdade. O país crescia, mas com ele as desigualdades sociais e regionais (Tolipan e Tinelli, 1975). Nos anos 80, a percepção se modifica e a palavra predominante é pobreza (Abranches, 1985 e Zaluar, 1985). Aparentemente o País, com a crise econômica que se instala nos anos 81/82, conhecia um crescimento de seus bolsões de pobreza. E a comprovação era o crescimento dos moradores de rua e da violência urbana. Não importa se as estatísticas desmentiam esta percepção. Ela se deve em grande parte à mudança no seu perfil e não ao aumento da dimensão relativa da pobreza: de rural para urbana e de cidadina para metropolitana. Nos anos 90, a palavra que melhor parece denominar a forma da iniquidade social é a exclusão" (NASCIMENTO, 1994a: 40).

Mas quais são essas formas sob as quais a iniquidade se tem apresentado nos últimos tempos que lhes justificam o adjetivo de "novas"? Para Nascimento (Op. Cit), a resposta encontra-se no plano das representações sociais que, associado aos planos material e político, tem produzido nos últimos tempos um olhar diferenciado sobre os pobres, sobretudo aqueles tradicionalmente situados à margem do mercado de trabalho formal por sua característica desqualificação frente às suas exigências capacitacionais. Na realidade, parece tratar-se de um círculo vicioso. A crescente exclusão do mundo do trabalho, derivada da própria feição assumida na contemporaneidade pelo modo de produção capitalista, resultaria na produção de uma situação de pobreza dificilmente reversível a qual, por sua vez, geraria entre a população incluída uma série de imagens negativas associando pobreza a riscos sociais e, assim, ampliando para as esferas social e cultural a exclusão que vitima os indivíduos na esfera material.

Entretanto, o que se encontra em questão não são propriamente as representações hodiernas sobre a pobreza e os pobres, mas sim, por um lado as condições sócio-econômicas que as produziram e, por outro, as suas consequências segregacionistas e discriminatórias. É a partir destes dois nortes analíticos que se pode refletir a respeito das possíveis distinções entre as noções de marginalidade e exclusão, e em consequência, sobre as inovações teóricas contidas nesta última.

No que diz respeito às condições materiais de produção da exclusão pode-se afirmar a existência de algumas transformações significativas na forma como se tem estruturado a economia mundial, as quais respondem por uma mudança no foco central da análise social.

Como já havia prenunciado José Nun (1969), a tendência do capitalismo moderno é a de supressão crescente de mão-de-obra, em virtude dos avanços também crescentes na modernização da esfera produtiva. Com o incremento da informática e suas redes transnacionais de comunicação (Internet), associado à globalização de mercados consumidores e à desconcentração das grandes unidades produtivas que passam a independer cada vez mais de territórios e nacionalidades para seu pleno funcionamento (Reich, 1994), a produção de excedentes de mão-de-obra desnecessários, dificilmente reabsorvíveis pelo mercado, torna-se cada vez mais um imperativo do sistema, que dispõe

de mecanismos altamente satisfatórios para a substituição do trabalho humano pela máquina ou por outro trabalho humano menos dispendioso.

O que parece se afigurar como novidade neste momento histórico são, por um lado, as dimensões do contingente de mão-de-obra redundante que tem sido produzido pelas diversas economias a nível mundial, que diferentemente das décadas passadas não se concentra apenas nos países do Terceiro Mundo, mas também em grande medida nas nações desenvolvidas; e, por outro, as características da força de trabalho, bem como as exigências atuais do mercado para a sua absorção.

Diferentemente do que afirmava Num (Op. Cit.) sobre as décadas de 60 e 70, as exigências quanto à especialização da mão-de-obra têm tido como resposta não uma tendência ao declínio da transferência de trabalhadores de um ramo a outro, mas sim um significativo aumento da polivalência profissional. São os neoproletários (Gorz, 1990) que se formam neste novo momento histórico do capitalismo. Indivíduos intercambiáveis a realizarem tarefas também intercambiáveis que lhes são impostas de forma contingente pelo mesmo aparelho produtivo que, paradoxalmente, exclui do mundo do trabalho, em escala crescente, aqueles indivíduos dos quais não mais necessita ou nunca necessitou.

Esta intercambialidade, contudo, não parece alterar os rumos analíticos anteriormente propostos pela Escola da Marginalidade, visto atuarem em favor do emprego apenas para aqueles indivíduos já incorporados ou passíveis de incorporação pelo mercado de trabalho formal. Os analfabetos, os migrantes rurais semi-alfabetizados ou os demais indivíduos despreparados para a complexidade crescente do trabalho urbano não podem ser incorporados na lógica do neoproletariado, porque, em primeiro lugar o sistema não necessita deles para seguir funcionando e, em segundo lugar, eles não apresentam as mínimas características demandadas pelo mercado de trabalho formal, sobretudo no que tange à esfera da produção, não sendo assim passíveis de incorporação futura. Assim sendo, independentemente das características que a mão-de-obra incluída tenha assumido desde a década de 60, a tendência apontada pelos teóricos da marginalidade parece se confirmar: é cada vez menor a possibilidade de reabsorção das camadas sociais desprezadas pelo sistema produtivo hegemônico, ao passo em que estas camadas são cada vez maiores.

Fala-se aqui de camadas sociais, porque a questão não se refere a indivíduos isolados expulsos da esfera do trabalho. Sua compreensão remete ao campo macrossocial, dizendo respeito a uma ou mais camadas populacionais que por suas características materiais e sócio-culturais são potencialmente desnecessárias ao sistema. Desnecessárias e disfuncionais, visto não cumprirem as funções clássicas da superpopulação relativa por não apresentarem os requisitos mínimos para o ingresso no mundo do trabalho. A questão do emprego para este contingente populacional tende a perder terreno para a simples questão da sobrevivência<sup>28</sup>, que passa sem dúvida pela esfera do trabalho, mas apenas de forma tangencial pela esfera do trabalho formal.

Aí talvez resida uma das principais diferenciações entre as construções teóricas da marginalidade e da exclusão. A primeira pauta-se em uma orientação nitidamente marxista, segundo a qual a compreensão das contradições sociais, bem como as propostas para sua superação, devem passar prioritariamente pela esfera hegemônica na economia capitalista, ou seja, a da produção. Assim sendo, as reflexões acerca do emprego se dão privilegiadamente sob uma ótica industrial e exclusivamente sob o ponto de vista da formalidade. Subemprego e trabalho informal não são tomados como formas de inclusão, visto não se enquadrarem em uma situação de reabsorção de mão-de-obra. Eles não alteram a situação do pólo marginal em relação ao setor monopolista da economia, pois tratam-se de atividades econômicas também marginalizadas, as quais, entretanto, não deixam de cumprir com os processos de realização da mais-valia nos níveis médios e baixos do sistema e, fragmentariamente, com o processo produtivo geral (Quijano, 1970).

Diferentemente do conceito de marginalidade, elaborado por uma escola acadêmica como componente de uma teoria sociológica - a Teoria da Marginalidade Social -, a noção de exclusão social, talvez em virtude de sua juventude, não apresenta grandes elaborações teóricas ou vinculações paradigmáticas, encontrando-se em uma maior flexibilidade a possível razão para a sua grande popularidade intra e extra-acadêmica. Na verdade, a exclusão parece ser muito mais um termo cunhado para fazer referência a uma realidade atual, do que um conceito sociológico concluso, de cunho abstrato. Ao lidar com a questão teórica da exclusão, tem-se a impressão de se estar

---

<sup>28</sup>A esse respeito vide BURSZTYN & ARAÚJO (1997).

lidando com um conceito ainda em formação. A grande maioria das análises utilizam o termo de uma forma quase reificada<sup>29</sup>, sem maiores elaborações, como se este fosse auto-explicativo ou se encontrasse tão disseminado no meio acadêmico que já se tivesse tornado de uso comum<sup>30</sup>. Essa sua característica conduz a um tipo de conduta mais ocupada em descrever as situações concretas do que refletir sobre suas considerações abstratas. Mas, por outro lado, reflete as próprias situações atuais tanto das Ciências Sociais, com sua positiva tendência à interdisciplinaridade e à quebra de paradigmas rígidos muitas vezes distanciados dos objetos empíricos aos quais procuram abordar, quanto do próprio momento histórico mundial que, mais do que em qualquer outro, se tem mostrado reprodutor em escala sempre crescente de desigualdade social, miséria e uma infinidade de discriminações e preconceitos, demandando novas formas de abordagem que dêem conta da sua complexidade.

Assim sendo, sob o ponto de vista analítico da exclusão, a questão do emprego cede lugar à questão do trabalho e, mais especificamente, às condições materiais reais de sobrevivência dos indivíduos no momento histórico atual. Sob este prisma, variadas formas de trabalho informal, "biscates" e subempregos são consideradas elementos de resistência à situação de exclusão que atinge os atores sociais e, por vezes, até elementos atuantes em favor da própria reintegração destes agentes<sup>31</sup> no mundo social.

Na realidade, o pessimismo quanto às possibilidades futuras de inserção social dos excluídos somado à deficiência de propostas de superação da realidade vigente tem conduzido as Ciências Sociais a reflexões alternativas sobre a questão da sobrevivência. É sobre os pobres e não mais sobre os proletários que se têm voltado as análises a respeito das contradições e desigualdades sociais.

A precariedade nas condições materiais de sobrevivência dos indivíduos excretados pelo mercado de trabalho formal, ao mesmo tempo em que surge como decorrência das características atuais do capitalismo, se apresenta como causalidade das

---

<sup>29</sup> Para se ter um exemplo disso vide BURSZTYN & ARAÚJO (1997), NASSER (1996) e AMMANN (1987).

<sup>30</sup> Nascimento (1994a) atesta a popularidade e a paralela imprecisão do termo exclusão social no Brasil. Diz ele, "a palavra exclusão social tomou de nossos meios de comunicação, especialmente os jornais e as revistas especializadas em Ciências Sociais. (...) Como decorrência esperada, uma polifonia se instalou. Os sentidos da palavra são diversos e a imprecisão, da maior envergadura" (Op. Cit.: 40).

modernas representações sociais<sup>32</sup> produzidas sobre os pobres, as quais contribuem, por sua vez, para a reprodução em escala crescente da exclusão nos demais espaços da vida social.

O interesse pelas representações sociais produzidas sobre os pobres e pelas ações delas decorrentes se apresenta como um outro importante elemento diferenciador entre marginalidade e exclusão. Novamente se trata de uma questão de mudança de enfoque analítico, fomentada pelas transformações apresentadas pelo fenômeno no plano empírico. Para a Teoria da Marginalidade a questão das representações sociais sobre os marginais, via de regra, cede espaço às preocupações estruturais com a produção e a reprodução deste contingente populacional, pois é daí que decorrem quaisquer representações<sup>33</sup>. Representações negativas sobre as populações marginais não são mais do que sintomas do problema real que é a produção capitalista destas populações. Assim, centrada na esfera macro-analítica, a Teoria da Marginalidade relega a um segundo plano os problemas de ordem subjetiva, pois entende que eles próprios encontram fundamento na ordem material das coisas.

De forma diferente, as teorizações a respeito da exclusão social atribuem grande valor ao plano representacional, porque entendem que as representações sociais são capazes, em última instância, de conduzir as ações dos indivíduos. Dessa forma, se são criadas representações negativas sobre os pobres, que lhes atribuem imagens relacionadas à violência, a tendência é de que as ações decorrentes destas representações sejam, na melhor das hipóteses, defensivas<sup>34</sup> ou, em casos mais extremados, centradas na eliminação

---

<sup>31</sup> A esse respeito vide VIDAL (1996).

<sup>32</sup> Para Moscovici (1961), a atividade representativa do sujeito não consiste em uma reprodução passiva do objeto dado, mas na sua reconstrução, a partir de uma dada forma de apreensão do real. A estrutura dessa representação se constitui de duas faces indissociáveis, a figurativa e a simbólica, significando que a cada figura corresponde um sentido e a cada sentido uma figura. Falar em representações sociais, portanto, é falar de um processo psíquico que permite aos indivíduos tornarem familiares e presentes em seus universos interiores, objetos que lhes estejam distantes ou ausentes (Alves-Mazzotti, 1994). Em outras palavras, uma representação social é uma tradução do real para o entendimento do sujeito, na qual "...o objeto deixa de existir como tal para se converter num equivalente dos objetos aos quais foi vinculado" (Op. Cit.: 63). Por outro lado, falar em representações sociais é falar também nas ações e nas relações sociais delas decorrentes, visto que para Moscovici é este processo de compreensão do mundo que, em última instância, orienta as ações dos indivíduos (Rocha, 1995).

<sup>33</sup> A respeito da relação entre os planos material (infraestrutural) e imaterial (superestrutural) para o materialismo histórico vide MARX & ENGELS (1994).

<sup>34</sup> Vide CALDEIRA (1997).

real do objeto do medo<sup>35</sup>. Em outras palavras, pode-se dizer que, segundo as abordagens centradas na exclusão, sobretudo as que dizem respeito à nova exclusão social, o plano representacional tem reproduzido e, por sua vez, legitimado a crescente dualidade manifestada em muitas sociedades atuais entre cidadãos e não-cidadãos. Ou seja, entre os que têm possibilidade real de acesso aos direitos fundamentais do homem<sup>36</sup>, sendo reconhecidos formalmente como iguais, e os que, por não compartilharem deste reconhecimento, encontram-se excluídos do acesso àqueles direitos.

Neste aspecto talvez resida a grande transformação de enfoque analítico sobre a questão da iniquidade: enquanto os teóricos da marginalidade social centravam suas análises nas causalidades estruturais do fenômeno e a elas subordinavam todos os demais aspectos sob os quais este se pudesse apresentar, as reflexões acerca da exclusão social vão um pouco além, considerando as representações sociais sobre os pobres não apenas como consequências nefastas de uma realidade material desigual, expropriadora e segregadora, mas também, elas próprias como causas de ações sociais segregacionistas e excludentes. Dessa forma, as representações se apresentam como categorias analíticas mediadoras entre o desemprego estrutural e todo um conjunto de experiências estigmatizadoras pelas quais passam os pobres no momento atual.

Os pobres urbanos, subempregados, "biscateiros", ambulantes; moradores das ruas, dos albergues, de cortiços e favelas; analfabetos, semi-alfabetizados ou simplesmente despreparados para os complexos serviços urbanos, são os que mais visivelmente são atingidos pela forma excludente e segregacionista como crescentemente se têm organizado as cidades nos últimos tempos. São as crianças de ruas, vítimas constantes de morticínios "profiláticos"; os mendigos (ou "índios") incendiados ao acaso nas noites das grandes cidades; os sem-teto mortos pelas costas como se fossem a pior espécie de bandidos; enfim, indivíduos isolados ou grupos sociais que impossibilitados de obter, pela via formal do trabalho, condições materiais de vida, buscam na informalidade generalizada as mínimas condições de sobrevivência. E, graças às variadas estratégias de enfrentamento das adversidades cotidianas, que vão dos aspectos propriamente materiais à formação de

---

<sup>35</sup>Vide, dentre outros, BUARQUE (1994) e NASCIMENTO (1994a) e (1995).

<sup>36</sup>A respeito dos direitos e deveres do homem vide MARSHALL (1967).

laços de solidariedade social, passando pelas mais diversificadas formas de barganha ou enfrentamento do Estado, estes indivíduos conseguem a sua sobrevivência nos mais diferenciados níveis materiais.

É justamente sobre estas estratégias de sobrevivência na cidade, verdadeiras formas de resistência à exclusão vitimizadora dos indivíduos nos mais variados planos da vida social, que o presente trabalho se concentra. Importam aqui, os recursos que, conjunta ou isoladamente, conscientemente ou não, os atores sociais utilizam para permanecerem vivendo na cidade, mesmo diante de toda a adversidade que nela encontram.

O objeto empírico da presente análise, a pequena, mas significativa Vila do Queijo, é um rico laboratório sociológico, no qual é possível refletir sobre as nuances apresentadas empiricamente pelo fenômeno da exclusão, bem como relativizar algumas questões propostas ao nível teórico como características do processo, em curso, de consolidação da exclusão. Este estudo se volta, assim, para a rica mistura - que vai do preconceito à solidariedade, da identidade ao distanciamento, da "bagunça" ao "sossego", da alegria à dor, do medo à esperança - que marca o cotidiano pobre, conturbado, incerto, mas aparentemente feliz, dos habitantes da Vila do Queijo, procurando, a partir do conhecimento do dia-a-dia, analisar as formas pelas quais estes atores reagem à exclusão nos variados aspectos sob os quais esta se lhes manifesta.

## CAPÍTULO 2

# MEMÓRIAS DA PRAIA DE ATALAIA

## A Memória da Cidade

Falando de Zaíra, mais uma das cidades do Império do Grande Khan, Pólo diria:

a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1994: 14/15).

Como na cidade descrita ficticiamente por Calvino, a cidade real, aquela vivida, construída e reconstruída cotidianamente por seus habitantes, também contém o seu passado nas menores coisas, nas mais discretas. O pequeno trecho da rua Bráulio Costa, insignificante em relação às dimensões concretas da cidade, contém um pouco do passado que faz o presente de Aracaju. Se não todo o passado, mas um fragmento muito particular deste: o passado da Praia de Atalaia, de um tempo quase perdido entre as linhas da história oficial, vivo apenas na memória dos que edificaram aquela realidade e que hoje vivem mais para lembrar do que para construir.

Segundo Halbwachs (appud Bosi, 1987), o que move a atividade mnêmica é a *função social* exercida pelo sujeito que lembra. Assim, quando o homem maduro passa à velhice, ou seja, deixa de ser um membro ativo da sociedade, resta-lhe a função própria de lembrar e a lembrança passa então a se apresentar não como descanso, como no caso do adulto ativo, mas como substância mesma de sua vida. Os velhos são, assim, os melhores “lembradores”, ou os melhores informantes da história oral<sup>37</sup>. Não simplesmente porque vivenciaram a experiência, o lugar, a ocasião ou o acontecimento lembrado, mas também porque possuem a função social própria de lembrar, de recordar o que não vivem mais.

Halbwachs (1990) afirma que a memória é uma reconstrução do passado, que depende do relacionamento do indivíduo com os grupos com os quais convive e que lhe servem de referência, estando, portanto, impregnada de valores e idéias atuais. Essa idéia é fundamental para a compreensão das limitações dos trabalhos históricos de

---

<sup>37</sup> A esse respeito vide THOMPSON (1992).

reconstituição social. O historiador, ou qualquer cientista que pretenda reconstruir o passado, se depara com realidades que não existem mais e que, assim como um livro que não se lê duas vezes, apenas se relê de maneiras diferentes, estarão impregnadas dos valores e dos elementos da realidade atual. Resta-lhe, então, *reconstruir* o passado apenas naquilo que lhe for possível (Bosi, 1987).

Por outro lado, essa noção apresenta a memória como um construto social dinâmico. Ela deixa de ser uma experiência individual guardada de forma estática na mente (Bergson, 1990) e passa a ser vista como uma construção social, por ser relativa à memória do grupo e, de forma mais ampla, à memória social geral, e dinâmica por se tratar de uma imagem recriada a partir dos elementos atuais de representação.

Essa idéia apresenta singular importância nos trabalhos de reconstrução social, pois esclarece que não é possível reviver o passado como ele foi, mas somente como ele é hoje para aqueles que dele se lembram. A lembrança ou a memória podem, assim, ser vistas como representações sociais cujo objeto se encontra no passado. Nesta perspectiva, o presente influencia a memória no processo de reconstrução do que já não existe mais.

A memória da cidade, de espaços, casas, ruas, costumes é fundamental para que a história possa contar aquilo que não tem lugar na historiografia oficial, mas que faz parte, tanto quanto os grandes acontecimentos, da vida de um lugar. Segundo Marilena Chauí (1987: XIX),

a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados os suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos.

Assim, como diz Bosi (1987: 33),

Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas. (...) Há casas em cidades tranquilas em que o tempo parou.

Mas há também outros tempos e ritmos que marcam a formação e a transformação dos espaços ocupados pelo homem e que necessariamente não

correspondem ao frenetismo das mudanças sociais de um mundo globalizado, nem à paralisia bucólica de pequenos lugares “perdidos no tempo e na história”. Os ritmos das transformações na Praia de Atalaia permaneceram lentos por décadas, até que inovações tecnológicas e melhorias infra-estruturais vieram atribuir novas feições à então praia de veraneio das famílias abastadas da Cidade do Aracaju<sup>38</sup>.

Por não fazer parte da história dos grandes acontecimentos sociais e políticos da cidade, a história da Praia de Atalaia não se encontra nos livros acadêmicos, não tem registro oficial. Há alguma coisa apontada nos relatos esparsos de alguns memorialistas e nas entrelinhas da história geral de Aracaju, nada mais. Por essa razão, e também pela importante riqueza de detalhes que contêm os relatos orais, falarão aqui aqueles que conheceram e viveram a Atalaia Velha de outros tempos e que podem, por suas memórias, recompor este espaço hoje tão transformado. Alguns destes informantes são filhos das famílias abastadas que por décadas veranearam na praia, outros frequentavam-na apenas em feriados e finais de semana, por não terem condições econômicas de alugarem ou comprarem casas de veraneio, e outros ainda, mais pobres que estes, viviam em Atalaia, no povoado do Robalo ou na Coroa do Meio, migrando de uma ponta a outra da praia, em busca de fixação próximo ao seu local de trabalho.

Sem linearidade e com pouca precisão de datas, os relatos se apresentam como peças de um mosaico<sup>39</sup>. Eles contam acontecimentos que vão do início do século aos dias atuais, buscando como pontos de referência a incorporação da Praia de Atalaia ao tecido urbano de Aracaju, com sua transformação em bairro residencial das classes altas, ponto turístico da cidade e palco de contradições e conflitos sociais. Do seu processo de urbanização decorre o afloramento destas contradições, em outros tempos mascaradas tanto pelo bucolismo da sua paisagem semi-urbana quanto pela forma dual como se estruturava sua ocupação espacial: na vila de Atalaia Velha, os ricos em suas coloridas casas de veraneio; mais afastados, bem mais afastados, os

---

<sup>38</sup> Cidade do Aracaju foi o nome originalmente dado à Vila de Santo Antônio do Aracaju na época em que foi elevada às categorias de cidade e sede da província de Sergipe D'El Rei, em 17 de março de 1855.

<sup>39</sup> Howard Becker (1994: 104) apresenta a idéia de mosaico como útil ao empreendimento científico do conhecimento através do recurso da história de vida. Diz ele: “Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros”.

pobres, pescadores artesanais, lavradores, pequenos vendedores ambulantes, filhos da praia e dos mangues.

Contar o passado da praia não tem aqui o sentido da busca do tempo perdido, por mais saudosistas que os relatos por vezes possam parecer. A lembrança da Atalaia de outros tempos e dos processos que a tornaram cidade, com todas as qualidades e todos os problemas dos dias atuais, situa-se no cerne das preocupações mais amplas do presente trabalho. Ela possibilita o conhecimento do panorama histórico das transformações espaciais e sociais ocorridas na localidade em estudo, fundamental para a visualização do desenrolar dos processos simultâneos de exclusão e inclusão social pelos quais têm passado os moradores da Vila do Queijo no decorrer dos anos de ocupação.

## **No Caminho do Mar Havia um Pomar...**

Quem passa hoje pelo bairro de Atalaia e por suas redondezas dificilmente consegue imaginar que está passando por um antigo e importante celeiro de Aracaju, que abastecia a cidade de frutas típicas, farinha de mandioca, milho e tantos outros alimentos. Por sua condição litorânea, circundado por manguesais e pelo mar, o atual bairro de Atalaia não dá indícios de ter sido uma região marcada pela atividade agrícola, mas sim pela atividade pesqueira. Em verdade, a pesca artesanal nunca foi a atividade mais próspera e importante da região que, antes de se tornar área de veraneio e, posteriormente, se consolidar como bairro residencial e turístico, tinha nas culturas agrícolas sua grande força econômica.

*A Atalaia era um grande celeiro de Aracaju. De milho, de frutas. Lá havia muito melão. Era um melão nativo daqui, aquele que é verde, grande, caneludo, cheiroso, desapareceu. Dava milho também. Uma coisa interessante é que quando se dizia que nas areias de Atalaia dava milho os agrônomos não acreditavam. Mas tinha uma variedade de milho ali adaptada à areia. Atalaia tinha melancia, tinha mandioca, farinha que se fazia por lá, tinha o famoso "saroio"<sup>40</sup> da Atalaia, perderam a receita! As próprias frutas pequenas, até outro*

---

<sup>40</sup> "Saroio" é uma comida típica do estado de Sergipe e de algumas regiões próximas. É uma espécie de beiju à base de mandioca que tradicionalmente costuma ser comercializado de porta em porta por ambulantes, nas esquinas das ruas ou no mercado municipal.

*dia tinha mangaba que é nativa. Tinha também caju, coco... Atalaia era o celeiro de Aracaju. Em dia de feira havia um grande número de canoas. Não só de canoas. As pessoas vinham tanto de canoa quanto de cavalo pela estrada. A pescaria em Atalaia era só para comer. Nos finais da guerra, mais ou menos em 45, eu veraneei lá e quando a gente queria comer peixe vinha comprar em Aracaju. Lá a gente às vezes comprava um camarão, quando o sujeito jogava a tarrafa e vinha mais camarão do que precisava (antigo veranista de Atalaia).*

*Eu me lembro de quando tinha plantação. Nessa época, inté, eu e meu velho plantava batata, melão, melancia, nós tinha cavalo, andava de carga, pegando carga. Botava os animais pra trazer a carga de melancia e batata pra vender no centro (em Aracaju), mas não tinha ônibus nem nada. Era tudo de animal. Com muito tempo apareceu uns pau-de-arara, uns caminhão, adepois dos caminhão chegou um homem que chamava Zezé, já falecido, botou uma marinete velha pra lá (para o Robalo), mas não dava pra todo mundo, tinha que vir a metade de cavalo, a metade de caminhão. Da Sarney pra cá era tudo plantação. Ali teve grande proprietário e teve pequeno. Mas os grande compraram as terras dos pequenos (moradora da Vila do Queijo).*

ATALAIA, ao sul da cidade, na barra do Cotinguiba, enfrentando o oceano. (...) É célebre pelos bons melões e melancias que suas areias produzem. Goza-se aí de um espetáculo e é também estação de banho do mar (LISBOA, 1897: 85/86).

A pesca, de uma maneira geral, possuía um caráter menos comercial do que a agricultura realizada nos sítios da região. E das atividades pesqueiras a mariscagem era a que possuía maior envergadura, sendo realizada, e muitas vezes comercializada, pelas mulheres, enquanto os homens dividiam-se entre o mar, a lavoura, o comércio de mariscos, outros tipos de alimentos e bebidas na praia, e os biscates de forma geral.

*Meu marido trabalhava em roça. Assim, ia um dia e trabalhava na roça de um, ganhava uma mixaria, outro chamava, trabalhava na roça de outro. Ele não era de pescaria não. Eu fazia tudo, eu aprendi*

*a tirar tudo, tirar caranguejo, tirar sururu, tirar ostra. Trabalhava com isso, vendia marisco, tirava folha pra vender. Eu tirava “fedegôdo”, “junça” que dava nas lagoa, “pulga do campo”, “gengibre”, tudo pra vender. Saía com os balaio cheio, vinha do Robalo a Aracaju de pé e vortava. E vendia as ruminhas lá às muié que entregava. Era só chegar e entregar os moinhos contado, ela me dava aquele dinheirinho, eu comprava as beirinha da carne, tinha farinha, nós tinha mandioca e ia pra casa de pé, sozinha pelo caminho todinho. Aqui em Atalaia morava quem vivia de pesca, quem vivia de lavoura e quem vivia de mangue, porque aqui era lugar do mangue também, da gente viver. Ali o shopping Riomar, eu pescava caranguejo, eu pescava siri, eu pescava sururu que tinha demais. Pescava pra sair vendendo daqui a Aracaju, com os balaio na cabeça vendendo latrinha a um, latrinha a outro, um litro a um, um litro a outro. E quando não vendia, pra não perder, eu chegava em casa, abria eles todinho, passava no sal e ia vender na pedra as lata de manteiga. Era como eu vivia aqui. Eu sempre vivi de marisco. Meu marido vivia vendendo coco e batida, essas coisa. Isso era no final de semana, agora o dia de semana, ia pro Robalo trabalhar, dar um dia a um, um dia a outro. Adepois foi chegando gente no Robalo. Primeiro chegou um homem que chamava Berro Grosso, proprietário. Ai quando ele chegou, ficou miorando pra gente, que ele pegou a dar um dia de serviço, o meu velho era muito de confiança, o pessoal gostava muito dele, ai ele ficava dando um dia, dois de serviço. Adepois veio um que chamava Rapa de Pires. Fazendeiro também, tinha criatório de porco, ai meu velho começou a trabalhar a ele também (moradora da Vila do Queijo).*

Os atuais limites do bairro de Atalaia, tão recentes quanto sua própria existência jurídica<sup>41</sup>, estendem-se nos depoimentos às regiões próximas, também localizadas na praia, que em outras ocasiões não apresentavam distinções jurídicas com a Atalaia, mas que, atualmente, constituem bairros ou povoados à parte. A ampliação das memórias de Atalaia aos espaços do Mosqueiro, do Robalo, da Farolândia, da Coroa do Meio e de outros bairros e povoados praianos próximos demonstra que as fronteiras do espaço construído cotidianamente nem sempre coadunam-se com os

limites cartográficos do planejamento oficial, que (re)modela, (re)nomeia, (re)define e (re)constrói a cidade conforme seus próprios critérios, impondo aos cidadãos uma adaptação nem sempre esperada ou correspondida. A memória, por fundamentar-se no passado e estruturar-se segundo tempos e ritmos particulares possui poucos mecanismos de adaptação às rápidas transformações que diariamente alteram a paisagem urbana e seus códigos. Daí a necessidade de contextualização e relativização das informações recordadas. É preciso que se subscreva sua importância metodológica às suas próprias particularidades e limitações.

Pode-se dizer que as memórias de Atalaia são recordações de tempos remotos nos quais a região era apenas um povoado de Aracaju que se estendia do rio Poxim até as margens do rio Vaza Barris<sup>42</sup>. São recordações das primeiras décadas deste século quando a economia agrícola marcava a região, dando-lhe uma feição nitidamente rural, tanto em termos físicos, pela presença marcante dos sítios e das plantações, quanto em termos culturais, pela presença de crenças e costumes pouco comuns nas áreas urbanas, sobretudo de grande concentração demográfica.

*Quando eu morei no Robalo aquilo tudo era mato. Era mato aqui, mato ali. Era uma casa aqui e a outra bem longe, mal a gente via as telhas de uma pra outra. Mas era tudo de palha, só pegou a ter casa de telha quando pegou a chegar os ricos, os fazendeiros. Eu morava no Robalo e não tinha hospital. Lá ninguém sabia o que era hospital, nem posto médico, nem nada. Era remédio do mato que davam pra beber. Meu marido era pobrezinho, só tinha um barraquinho de palha que *inté* os bichos quase pega a gente. Lá no Robalo tinha um negócio que corria *labisone* (lobisomem) na *coresma* (quaresma). Eu cheguei a ouvir o barulho, mas o bicho eu não cheguei a ver que correu. Eu conheci *inté* o homem que virava bicho. Gente vira bicho, vira *labisone*. Na *coresma*, dia de sexta-feira e quinta-feira, eles vira bicho. Os que bate nas mães, que bebe e faz coisa com as mães, vira*

---

<sup>41</sup>Vide documento referente à criação do bairro de Atalaia em anexo.

<sup>42</sup>Em alguns livros que falam genericamente da cidade de Aracaju é possível encontrar referências de Atalaia, entre os itens **praia** e **povoados**. “Os povoados são aqueles aglomerados que apresentam o maior número de casas destacando-se o chamado Atalaia Velha com 1.510 casas; (...) Mosqueiro (383 casas), Robalo e São José (267 casas cada um), (...) e Coroa do Meio (39 casas)” (ARACAJU, 1983: 29). Todos os povoados aí referidos encontram-se nas proximidades da praia, compondo a chamada região da Atalaia. A respeito da classificação de Atalaia como povoado, vide PORTO (1940) e LISBOA (1897) e sobre sua classificação apenas como praia, vide CABRAL (1948) e MENDONÇA (1958).

*bicho. O finado Marco, ele virava labisone e ele dizia, “eu viro, mas não bulo com ninguém, só faço minhas plataforma”. Nós dançava reisado lá no Robalo, meu marido era tocador de pandeiro. Juntava ele, que tocava pandeiro, um cego que era Lindolfo, que era sobrinho dele, era o tocador de sanfona, compadre Adagilson, compadre Adalberto, eu, Dona Maria Cândida, Adair, as meninas de lá e fazia brincadeira. A gente começava a brincar perto de natal. **Brinquemo aqui na Atalaia, naquela praça que tinha ali, ainda brincamos ali (moradora da Vila do Queijo).***

A chegada dos fazendeiros às localidades mais afastadas da região produziu uma série de transformações na vida local, resultando, por paradoxal que pareça, dentre outras coisas, na perda de importância da atividade agrícola em detrimento do veraneio, do turismo e da própria fixação residencial. Muitos dos antigos sítios de subsistência e pequeno comércio foram comprados pelos grandes proprietários, sendo posteriormente loteados para dar lugar a grandes casas e a alguns condomínios fechados que, na última década vêm dando a tônica urbana do litoral sul aracajuano, sobretudo na direção da Rodovia dos Náufragos. Mas o primeiro passo para a fixação em Atalaia foi, sem dúvida, o veraneio que desde a década de 20 já marcava a região, intensificando-se até o início da década de 60 quando começa a perder terreno para a moradia fixa na praia.

## **O Antigo Balneário de Atalaia**

Atalaia, que em meados da década de 20 já começa, aos poucos, a perder seus atributos de zona agrícola em detrimento do veraneio, passava boa parte do ano sendo frequentada apenas pelas pessoas que viviam ao sul do rio Poxim, na região do litoral. A sua distância em relação ao centro de Aracaju<sup>43</sup> era um dos grandes

---

<sup>43</sup> Segundo Lisboa (1897), Atalaia distaria 7 Km do centro de Aracaju, enquanto que para Cabral (1948) essa distância seria de 8 Km. De qualquer forma, estas medidas referem-se à distância entre a praia e o centro da cidade num trajeto em linha reta, semelhante ao do atual caminho para a praia que passa pela Praia 13 de julho. Esse caminho, contudo, data de 1948, tendo sido construído pelo então Prefeito Municipal Marcos Ferreira de Jesus (Figueiredo, 1991). Até então, as pessoas tinham que percorrer um trajeto muito mais longo e tortuoso para chegarem a Atalaia. A chamada “estrada velha”, hoje desaparecida, tinha início à rua Urquiza Leal, nas imediações do Asilo Rio Branco, seguindo num trajeto sinuoso até os fundos do atual parque da sementeira, passando por uma antiga salina e por um antigo cemitério desativados, até chegar à margem esquerda do Poxim, alguns metros antes do local onde se encontra a atual ponte para Atalaia.

impecilhos para os que queriam visitar a praia. Mas não era o único. A precariedade dos meios de transporte da época, as condições pouco favoráveis do percurso e a ausência de pontes que transpusessem o rio Poxim, faziam com que as visitas à Atalaia Velha ficassem restritas aos finais de semanas, aos feriados e às férias, acentuando a sua condição de área de veraneio.

*Eu fui a Atalaia a primeira vez em 1926. Atalaia em 1926 tinha um centro, que era aquela praça que se chama Alcebiades Paes. Dali as construções se irradiavam para o lado da cidade e para o lado do mar. Também eram poucas. A Atalaia esse tempo já era local de veraneio, mas veraneio de quem podia se afastar das atividades, porque o acesso até 1930, mais ou menos, era difícil, as pessoas tinham que ir embarcadas. Não tinha a ponte ainda. As vezes que eu fui, da época de 26 até 30 e tantos, eu ia de saveiro; saveiro ou canoa. A gente pegava as embarcações aqui na Rua da Frente e parava lá, mais ou menos na pracinha Alcebiades Paes. Ia muita gente de canoa para lá e havia quem fosse a cavalo. O pessoal subia os cavalos nas canoas e atravessava o rio Poxim. Antes da ponte ser construída havia uma balsa no rio Poxim, mas a estrada era muito precária. A gente saía numas estradas de areia ajeitadas, pegava uma balsa, passava o carro para o outro lado e saía sabe lá Deus como. Se a maré era muito grande não passava, a não ser metendo as rodas do carro dentro da água (antigo veranista de Atalaia).*

O veraneio em Atalaia tinha data marcada para começar: o dia 07 de janeiro. Era a partir desta data que as famílias ricas da cidade iniciavam sua mudança para a praia, onde passavam as férias de verão, até o início das aulas nas escolas. O sexto dia do mês de janeiro, Dia de Reis, marcava o final das famosas festas natalinas que, do final de dezembro ao início de janeiro, agitavam as noites da capital sergipana.

As festas natalinas (...) são celebradas, caracteristicamente, em Aracaju, diferente da maneira como se fazem em todas as cidades brasileiras. Uma das praças mais amplas da cidade, a Tobias Barreto ou a Olímpio Campos, é ornamentada pela Prefeitura Municipal, com arcos monumentais e iluminação feérica e, ali, são instalados parques de diversões com rodas gigantes, balanços, ondas, aviões e o tradicional carrossel de “Tobias”, que é

um boneco muito preto, que toca um grande realejo e que se constitui na principal atração para a garotada. Também são instalados bares, restaurantes, bazares e mesas de jogos de toda natureza. Esses festejos vêm sendo assim realizados, sem interrupção, desde 1856 e, geralmente, se iniciam na véspera do dia consagrado ao Natal de Jesus e se encerram no dia dos Santos Reis (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959: 242).

Transcorrido o Dia de Reis, a tranquila e pouco frequentada Praia de Atalaia transformava-se no ponto de encontro dos membros das famílias ricas da capital. As principais famílias tinham as maiores, melhor localizadas e mais destacadas casas da vila, enquanto os outros veranistas iam aos poucos comprando e reformando as pequenas casas de taipa que eram alugadas pelos pescadores que originalmente viviam naquela localidade.

*Eram casas baixas, com o chão de tijolo abaixo do nível do mar. As casas de veraneio eram de sopapo (taipa) com reboco externo e pintura. Originalmente, os pescadores que as venderam alugavam-nas aos veranistas. Com a chegada do veraneio e dos moradores, os pescadores foram se afastando e indo morar em lugares mais distantes (moradora de Atalaia).*

*As casas de Atalaia eram de taipa, a maioria de palha. Ali na frente tinha a maioria de telha, muitas delas de propriedade de moradores da cidade. Lá, os Alves e os Brittos, que eram os manda-chuvas da terra, tinham casas boas, casas grandes. Eles eram os donos da Atalaia. Atalaia começava ali pouco depois do farol, onde era a casa do Dr. Niceu Dantas, e seguia em direção ao mar. A praia fazia uma reentrância, que era chamada "saquinho" e ia terminar do lado do mar, que era chamado "recanto" (antigo veranista de Atalaia).*

As grandes atrações da região eram a praia, ou "oceano", como tradicionalmente costumava ser chamado o mar em Aracaju, o braço de rio que passa em frente à vila, e as fruteiras abundantes nos morros de areia das redondezas. Nas memórias dos que revivem a Atalaia do veraneio, os momentos passados nas proximidades da vila, seja pescando e catando mariscos ou brincando entre os morros

de areia e catando frutas nos pés, são tão marcantes quanto as idas à praia que, em virtude da distância, tornavam-se quase uma aventura.

*A praia era aonde a gente tomava banho. Lá não tinha nada, nem bares, nem casas. Nós levávamos as mochilas com frutas e íamos à pé pelo caminho de areia. Nos finais de tarde, as crianças passavam redinhas de pesca no rio, aí nesse mangue em frente, para pescar camarão e iam chupar caju nos morros de areia que ficavam atrás das casas (moradora de Atalaia).*

As primeiras décadas do veraneio foram marcadas por total ou parcial ausência de alguns dos mais elementares serviços, a saber, água, luz e oferta de alimentos e bebidas. A água para uso geral vinha de poços domésticos com bombas manuais ou motorizadas a gasolina; a iluminação doméstica e pública advinha de um pequeno motor, que nas épocas de maiores demandas costumava apresentar problemas de sobrecarga; e os alimentos, sobretudo a carne bovina, e a água para beber eram comprados em Aracaju, porque não havia este tipo de comércio em Atalaia.

*O G. Barbosa<sup>44</sup> é um marco. Ele tem mais ou menos uns 22 anos. Com ele é que as pessoas passaram a ter onde comprar alimentos e outros bens e, assim, puderam se fixar em Atalaia. Antes, a carne, a água de beber e outros produtos vinham de Aracaju (moradora de Atalaia).*

Nem as grandes dificuldades de transporte ou a deficiência nos serviços diminuam a importância do veraneio em Atalaia. Pelo contrário, à medida em que a região ganhava fama entre as famílias mais ricas de Aracaju, mais ele se ampliava. Com o tempo, algumas melhorias infra-estruturais foram chegando à região e aumentando o seu poder de atratividade. A primeira delas foi a ponte construída sobre o rio Poxim, no final da década de 30 e que serviu de incentivo para a construção da chamada Estrada Velha de Atalaia<sup>45</sup>, desativada desde a construção do caminho atual, em 1948.

---

<sup>44</sup> G. Barbosa é o mais antigo e o maior supermercado da Atalaia. Ele data do início da década de 1970, época em que já havia se consolidado a fixação residencial em Atalaia, apesar da precariedade nos serviços.

<sup>45</sup> “O Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho, homem forte, autoritário, está feliz com a estrada de rodagem que liga Aracaju à praia de Atalaia Velha, inaugurada com música, foguetes e discursos em 22/01/1939. A descoberta urbanística da Atalaia Velha e sua incorporação à vida de Aracaju são devidas, antes de tudo, ao Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho e ao Prefeito Godofredo Diniz Gonçalves” (FIGUEIREDO, 1991:25/26).

*Quem fez a primeira ponte de Atalaia foi Eronildes de Carvalho. Ai é que vai começar a se estruturar a Atalaia Velha como um bairro de Aracaju; até então era um povoado. A presença de Godofredo Diniz como Prefeito foi que deu um empurrão. Quando Dr. Eronildes construiu a ponte, então Godofredo assumiu a melhoria da Atalaia. Fez a estrada de rodagem pelo interior. Esta estrada ia por onde é hoje a rua Urquiza Leal e quando chegava ali na Chateaubriand, eu acho, dava para a direita, porque era um latifúndio que tinha que contornar. Depois dava ali para os lados do asilo, passava em uma salina, passava no fundo da sementeira e então chegava ao rio Poxim. Godofredo retificou a estrada velha e colocou piçarra. Da ponte em diante, o trajeto atual é praticamente o mesmo feito por Godofredo. Aquela praça foi modificada, arborizada. Foi construída uma pista para basquete e vôlei, isso em 1937. Depois foi que construíram aquele pavilhão que era pra fazer uma espécie de cassino. Naquela época, as grandes boates se chamavam cassino. Bom, foi justamente depois das obras de Godofredo Diniz que Atalaia adquiriu um status imobiliário. Muita gente passou a fazer casas por lá. O próprio Governo do Estado fez aquele palácio<sup>46</sup>, junto a ele um industrial de Propriá ou Siriri fez uma casa bem grande e assim foi, em pouco tempo. Godofredo instituiu os Jogos de Verão e isso atraiu muita gente para lá, aumentando o veraneio e aumentando a permanência também (antigo veranista de Atalaia).*

Os Jogos de Verão, criados em 1938 pelo então Prefeito de Aracaju Godofredo Diniz funcionaram como um grande atrativo de Atalaia aos veranistas. Para a sua realização foram necessárias reformas na única praça da vila, que ganhou nova arborização e uma quadra desportiva, passando a servir tanto aos veranistas quanto aos moradores da região, que se aproveitavam dos momentos festivos para ganharem algum dinheiro com a venda de alimentos.

*A gente frequentava a pracinha de Atalaia, quando ia para as festas de Bom Jesus. Todo dia tinha umas festinha e nós ia vender coisa, doce ali. A gente só ia lá em época de festa e para jogar bolinha. A*

---

<sup>46</sup> A residência do Governador estadual, o chamado Palácio de Veraneio, localiza-se próximo à praça Alcebiades Paes em Atalaia.

*gente levava os meninos pra brincar, a distração que tinha pros meus moleques era brincar a bolinha deles lá na pracinha. Tinha uns presépi às vez, nós fazia uns presépi de pano. Os filmes da gente era os presépi. A gente pegava uns pano, fazia um quartinho separado assim. Aí botava um pano bem fininho, alvinho. Ai nós pegava uns boneco, fazia uns boneco de pau, uns "mané gostoso" que bulia com as pernas. Brincava por trás igual um cinema e ficava cheio de gente só vendo e comprando as coisas. Nós fazia isso lá na pracinha. Mas nós ficava **recampiado**, não ficava mesmo na praça, ficava assim de lado. Aí nós ficava brincando e juntava gente, com pouco terminava, aí nós fazia um forrozinho e começava a brincar. Tudo era família (moradora da Vila do Queijo).*

Os investimentos públicos em favor do veraneio não se limitaram aos Jogos de Verão ou à nova pracinha. No final de sua administração, o então Prefeito Godofredo Diniz ainda inaugurou o chamado Cassino de Atalaia: um pavilhão coberto de palha, no qual realizavam-se bailes, brincadeiras e jogos, sendo um dos pontos mais concorridos das noites de verão na praia.

*Havia, em frente ao palácio de veraneio, um cassino de palha e madeira, onde a criançada jogava, dançava. Havia grito de carnaval e bailes. Num São João, não me lembro qual, um rojão o destruiu (moradora de Atalaia).*

A importância destes dois investimentos públicos aparece com clareza nas descrições românticas que o memorialista Mario Cabral (1948:173/174) faz da Atalaia:

a Praia de Atalaia, realmente, merece ser vista e admirada. Praia balneária, por excelência, oferece aos turistas e aos viajantes momentos inesquecíveis de luz, de mar, de esporte, de música, de cordialidade. (...) Uma pequena praça de esportes fica repleta de moças e rapazes para os torneios do vôlei e do basquete. À noite há música. E os veranistas e visitantes, no magnífico salão de festas da Prefeitura Municipal, dansam, animadamente, ao som de conjuntos musicais da cidade.

Durante mais de três décadas o veraneio marcou a Atalaia, sendo o grande responsável pelos processos de urbanização e incorporação daquela região a Aracaju, em virtude de ter criado entre os aracajuanos o sonho da moradia na praia. Aliado ao

desejo de viver na praia, surgido no imaginário de muitos veranistas em decorrência dos bons momentos de tranquilidade que viviam em suas férias, encontra-se o componente objetivo da fixação residencial, a saber, as melhorias urbanas promovidas pelo poder público em favor da urbanização do litoral sul aracajuano. A primeira destas melhorias deu-se em 1948, na gestão do então Prefeito Marcos Ferreira de Jesus. Foi a construção da atual estrada que liga Aracaju a Atalaia em linha reta, passando pela praia 13 de Julho. Esta estrada reduziu o percurso para a região, tornando-a mais acessível.

Na administração de Leandro Maciel à frente do Governo do Estado<sup>47</sup> aconteceram dois outros importantes eventos para a transformação de Atalaia em bairro residencial: a chegada da luz elétrica e a construção de uma nova ponte sobre o rio Poxim, pois a primeira, construída na década de 30 havia rachado, ameaçando cair<sup>48</sup>.

*A moradia em Atalaia começou quando chegou a energia elétrica. Tinha primeiro um motorzinho que não aguentava a carga e de vez em quando quebrava. Mas quando a energia foi ligada, no Governo de Leandro Maciel, aí apareceram uns corajosos. Foram os pioneiros que, a princípio, demoravam mais no veraneio e depois começaram a morar, foi daí que começou. Até a década de 50 só moravam em Atalaia os naturais da terra. Com a ponte melhorou também (antigo veranista).*

Lento mas perene, o processo de fixação dos antigos veranistas na região de Atalaia resultou em uma gradual incorporação desta ao tecido urbano de Aracaju, bem como na valorização de seu potencial turístico. As melhorias urbanas trouxeram os moradores que, por sua vez, estimularam ainda mais o processo urbanizador na área.

Da antiga praia de veraneio, recordada com saudades pelos entrevistados, pouca coisa restou. Acabaram-se as danças, os jogos, as festas. O manguê encontra-se quase assoreado, não apresentando a variedade e a quantidade de mariscos de outrora. Os morros de areia e as fruteiras deram lugar às casas, aos bares, aos hotéis. Nem mesmo a praia continua a mesma. Teve partes aterradas para a construção de ruas e

---

<sup>47</sup> O Dr. Leandro Maciel foi Governador do Estado de Sergipe no período de 1955 a 1958 (Figueiredo, 1991).

<sup>48</sup> A antiga ponte caiu tão logo foi construída a nova.

calçadas. Não é mais frequentada apenas em férias, feriados ou finais de semana e nem abriga mais antigas tradições que vêm se perdendo com o tempo. As memórias de quem sempre viveu em Atalaia mostram um pouco desta transformação.

*O Vaqueiro<sup>49</sup> era o ponto da gente vender coco mole, batida de maracujá e uma bebida que chamava rôla. Era feito com suqui, um qui-suquizinho que vendia e a gente desmanchava e fazia essa bebida pra vender aos piranguêro que vinha trabalhar na praia também. Pirangêro é aqueles que vem com os caçua cheio de marisco para vender, pra esperar um e outro. Ai quando é no fim começa a beber uma e fica tudo naquele arraiá brincando, inté passar a noite. Nós passava a noite ai na praia. Aqui vinha gente de Aracaju, mas não vinha muita gente como é agora não. Mais era o domingo. O povo vinha de marinete, por uma rodagenzinha bem apertadinha que tinha lá em cima. A praia era um lugar de festa. A festa de Iemanjá era muito bonita! Era muita comemoração. Aqui só tinha uma marinete, o pessoal não vinha muito porque não tinha ônibus. Muitas pessoas vinha dos interior de pé, mas não vinha muito terreiro. Adespois que pegou a multiplicar as coisas, que pegou a vir ônibus, vinham os centros todinhos daqui dos interior. Todos os terreiros vinham pra aqui. 08 de dezembro e do dia 31 pra amanhecer o 1º, eram os dois dias de festa de Iemanjá. Era a noite todinha inté o dia amanhecer, brincando, todo mundo brincando, todo mundo bebendo. Já trazia comestível, todo mundo já trazia sua roupa de trocar dentro das empanada. Era perfume, era barco que levava pro mar, nós tudo vestida de saiona. Antes de ter ônibus vinha pouca gente para cá. Mas mesmo assim vinha terreiro, de carroça, de cavalo. Era o povo de terreiro que vinha. Os centros de candomblé, os xangôs. Antigamente era só os xangôs que vinham, não vinha bagunça, não vinha nada. Eles vinham tocar, brincar, passava a noite, comemorava as festa, tudo, quando era no outro dia, ia todo mundo alegre e **sastifeito**, não existia bagunça, não existia nada, tudo simples. Hoje em dia existe bagunça. Agora não tem mais nada, porque enche de malandro, enche é de coisa, uma anarquia danada. Eu mesma, tem ano que nem venho apreciar. As melhores festas daqui sempre foram*

---

<sup>49</sup> O vaqueiro era um antigo bar da praia de Atalaia que hoje se chama Tropeiro.

*a de Iemanjá e a de Bom Jesus lá na pracinha (moradora da Vila do Queijo).*

## O Presente em Questão

E como se apresenta hoje a Praia de Atalaia Velha? Em primeiro lugar, já não possui mais o atributo de balneário de veraneio. Foi elevada à categoria de bairro urbano em 1982<sup>50</sup>.

Na realidade, Atalaia é hoje um dos mais destacados bairros da zona Sul de Aracaju. É nele onde se encontra a grande maioria dos hotéis, das pousadas, dos bares e dos restaurantes da cidade, indicando a sua crescente aptidão turística. É composto basicamente por mansões e casas de grande porte, erguidas em lotes de grandes dimensões. Apresenta alguns dos mais elevados preços do mercado imobiliário, além de possuir a maior alíquota de IPTU do município.

Deste conjunto de características é possível supor o restante de sua paisagem. Ruas asfaltadas, muito limpas, iluminadas e arborizadas; boa qualidade na prestação dos serviços públicos de água, luz e esgotamento sanitário; e, por fim, uma certa homogeneidade no padrão de ocupação espacial. Por mais contracensual que possa parecer, nenhum destes itens é verificado em Atalaia.

Paradoxalmente, aquele é um dos bairros mais abandonados da cidade. A grande maioria das ruas não apresenta qualquer tipo de calçamento, sendo comuns as inundações nas épocas de chuva e os buracos durante todo o ano. O grande número de terrenos baldios completamente abandonados pelos proprietários e pela Prefeitura compromete a estética do bairro e a segurança de moradores e visitantes. As quedas constantes de tensão que danificam cotidianamente os aparelhos eletrodomésticos são acompanhadas por, também constantes, cortes nos serviços de abastecimento de água. Para completar, o bairro inteiro não possui rede de esgoto, o que causa graves problemas para os sistemas domésticos de fossas sanitárias.

---

<sup>50</sup>Todo o litoral Sul aracajuano era antes indistintamente chamado de Atalaia, mas hoje se encontra dividido em quatro bairros - Coroa do Meio, Farolândia, Atalaia e Aeroporto - e em alguns povoados ao longo da Rodovia dos Náufragos. Estes quatro bairros foram criados pela Lei Municipal Nº 873/82, na gestão do Prefeito Heráclito Guimarães Rollemberg.

*No verão não tem água, na chuva tem lama demais. Eu tenho a sensação de que Atalaia não faz parte de Aracaju (moradora de Atalaia nas proximidades da Vila do Queijo).*

*Eu tenho a sensação de que Atalaia é uma terra de ninguém, que é uma coisa ainda não incorporada a Aracaju. Quando se fala em Atalaia, fala-se só na orla. Acontece que Atalaia não é a orla. Atalaia é um bairro grande, cheio de problemas e que não tem atenção de nenhum administrador público (morador da Atalaia nas proximidades da Vila do Queijo).*

A sensação de abandono é comum em todos os que visitam o bairro, mas é mais evidente entre os moradores, sobretudo entre os que vivem nas proximidades da Vila do Queijo. Estes argumentam que a permanência da vila naquela localidade há aproximadamente 15 anos é de total responsabilidade dos órgãos públicos, sobretudo a Prefeitura, pois se trata de uma ocupação irregular de terras públicas destinadas à construção de uma rua.

Localizada em um trecho da rua Bráulio Costa, entre as ruas Jornalista Paulo Costa e Desembargador João Bosco de Araújo Lima, a Vila do Queijo existe como tal há cerca de 15 anos. Mas antes disso, há mais de 20 anos, já havia algumas pessoas vivendo naquele lugar, em casas esparsas, não constituindo um aglomerado residencial.

As informações sobre o nascimento da vila são imprecisas quando referendadas em mundos vividos diferentes. Para os seus moradores ou os amigos daqueles, somam-se mais de 50 anos de ocupação. Para os vizinhos, cuja memória encontra-se respaldada em documentos de compra de terrenos e construção de casas, a ocupação não passa de 15 anos. Aqui, partir-se-á do uso da memória enquanto fonte histórica, entendendo que esta nem sempre reproduz com a mesma linearidade e temporalidade os fatos aos quais se refere. Como um construto social dinâmico (Halbwachs, 1990), ela é influenciada pelo grupo onde se forma e, assim, também por informações do presente. Dessa forma, não cabe julgar a veracidade das informações prestadas, mas interpretá-las a partir do contexto sócio-cultural no qual foram elaboradas, relativizando as maiores discrepâncias.

*Quando eu vim morar aqui não existia a vila. Tinham algumas casas esparsas, mas a vila fechada, não. Isso é coisa de uns 10 anos para cá (moradora vizinha da Vila do Queijo).*

*Aquela vila aonde eu moro, do povo mais antigo, tem uns 50 anos. Agora é que ela preencheu de gente mesmo. Foi chegando gente, esse pessoal foi fazendo como comunista, sem ser dono foi fazendo e cedendo para um e para o outro. Uns foram fazendo para a família toda. Um pegado ao outro e foram ficando ali mesmo. A primeira casa ali na vila tem mais de 50 anos, foi a do finado Sula. Ali tinha a casa dele e mais duas. Os barracos eram tudo de palha. Não era tudo junto não. Só tinham três famílias que moravam ali, mas todo mundo já morreu (moradora da vila).*

Independentemente de quantos anos se passaram desde que a primeira pessoa se mudou para o local da atual Vila do Queijo, todos os depoimentos convergem para o fato de que ali já havia ocupação antes de terem sido construídas as primeiras casas da rua e que, em contrapartida, a vila, enquanto aglomerado residencial, é mais recente do que as mais antigas casas das ruas Bráulio Costa, Desembargador João Bosco e Jornalista Paulo Costa. Uma das moradoras da Vila do Queijo há cerca de 12 anos, mas residente em Atalaia há mais de 40, descreve o local por ocasião de sua mudança.

*Quando eu fui morar na vila já tinha umas cinco a seis casas lá. Ali era tudo mato. Não tinha nenhuma picada de carro, nada. Era tudo pé de cajueiro. Sabe do lado de cá (a casa do Sr. José Augusto)? Não era grandona assim não. Eles vieram fazer depois que a gente chegou ali. E não tinha aquele muro passando ali. Aquele muro foi feito a gente já estava ali. Quando ele construiu a casa só tinha uma rua cheia de areia. A rodagem não era certinha, tinha uns pés de caju que ela rodeava. A minha casa mesmo, quando eu comprei era um paiolzinho de páia, coberto de páia, porta de páia, telha de páia, tudo de páia e o piso de areia. Foi quando passou aquela rodagem, aí nós falamos com os caçambeiros, eles derrubaram o barro e nós aterremos o barraco. Ai depois com muito tempo, que eu melhorei mais, foi que eu passei esse cimento. Essa minha casa tinha um combinho (cômodo) só (moradora da vila).*

Apesar daquele local fazer parte do loteamento Regina Célia, a verdade é que, há cerca de 15 anos, ele não apresentava os menores indícios de urbanização. A abertura das ruas e a instalação de água e luz elétrica foram providenciadas pelos pioneiros na ocupação do loteamento.

*Eu sou o morador mais antigo da rua. Há 19 anos que eu moro lá. Eu comprei aquilo ali há tanto tempo que ali só tinha um morro de areia. Ali nós fizemos tudo por conta própria. Serviço de água? Tivemos que pagar a tubulação todinha. Só não botamos energia, porque tínhamos conhecidos que trabalhavam na ENERGIPE na época e colocaram os postes (morador vizinho à vila).*

Apesar das carências infra-estruturais urbanas e da distância em relação ao restante da cidade, Atalaia exerceu forte influência sobre as camadas mais altas da sociedade aracajuana, que não mediram esforços para irem morar na praia e construírem um espaço de "iguais", símbolo de *status* e diferenciação social<sup>51</sup>: um bairro "nobre". Entretanto, em uma sociedade altamente desigual como a brasileira, a prosperidade costuma ter como consequência a proliferação de pobres à sua volta. São pessoas que, excluídas por suas condições econômicas e culturais do mercado de trabalho formal, migram pela cidade em busca de ocupação, comida ou moradia (Bursztyn & Araújo, 1997). Centram-se no setor de serviços, a maior parte das vezes, informais e subalternos. Vivem das sobras da prosperidade alheia, como motoristas, vigilantes, lavadeiras, cozinheiras. As atividades variam sempre conforme a demanda dos mais ricos. Como diz Caldeira (1997: 160/161),

*o processo de gentrification e de expansão de uma camada de assalariados ricos tem como corolário o aumento de empregos de baixa remuneração; yuppies e migrantes dependem uns dos outros. (...) As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade - tanto da cidade e de sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas cotidianas - à base de serviços prestados por trabalhadores pobres.*

Este processo de atração da pobreza pela riqueza que tem sido comum em todo o país tem também ocorrido em Atalaia e mais especificamente, na Vila do Queijo. O recurso habitacional da ocupação clandestina se apresentou aos moradores da vila,

---

<sup>51</sup>A esse respeito vide VELHO (1978).

desde o início, como uma forma de aproximá-los do seu local de trabalho. Os pioneiros na ocupação eram pescadores ou pequenos lavradores ali mesmo na região.

A incorporação de Atalaia ao espaço urbano de Aracaju resultou na sua transformação não só em um rico bairro residencial, mas também e principalmente no mais importante espaço de lazer e ponto turístico da cidade, ampliando enormemente as possibilidades de trabalho para indivíduos potencialmente excluídos do acesso ao mercado formal. A disponibilidade de trabalho nos serviços domésticos e no comércio informal e ambulante de alimentos e bebidas na praia atraiu grande número de pessoas, algumas das quais arriscaram fixar residência por lá mesmo, ainda que tivessem que apelar para a clandestinidade, visto se tratar do bairro com mais elevados preços no mercado imobiliário.

Dessa forma, constituiu-se a Vila do Queijo, há aproximadamente 15 anos, com cerca de dez barracos, três dos quais já se encontravam no local há pelo menos cinco anos, com os pioneiros da ocupação. Inicialmente chamada de Sociedade de Santa Luzia, a vila rapidamente foi rebatizada de forma a incorporar em seu nome a principal ocupação de seus moradores, o comércio de queijo assado na beira da praia.

Por sua composição social e sua paisagem degradada, a vila contrasta com o bairro no qual se insere, indicando uma heterogeneidade teoricamente não pretendida<sup>52</sup> pelos moradores de uma das mais caras localidades da cidade. A sua presença em Atalaia compromete um "espaço de iguais" e torna nítidas as graves contradições sociais da sociedade brasileira. Em Atalaia, como em muitas outras partes do Brasil, pobreza e riqueza vivem lado a lado em relações nem sempre harmônicas, mas, por paradoxal que pareça, nem sempre conflituosas.

Diferente das megalópoles, aonde as contradições sociais alcançaram proporções tais que resultaram na produção de variadas reações segregacionistas por parte dos membros das classes sociais mais altas, uma cidade como Aracaju, seja por seu porte mediano ou por sua cultura provinciana, ou por ambos, ainda consegue apresentar, ao lado do preconceito e das discriminações comuns contra pobres, sobretudo os favelados, um pouco de tolerância e reconhecimento humano. Isso ocorre a despeito de Aracaju se encontrar associada ao mesmo projeto urbano das grandes cidades brasileiras, marcado crescentemente por propostas segregacionistas em defesa da segurança e da homogeneidade das classes altas.

---

<sup>52</sup>A esse respeito vide CALDEIRA (1997).

A segregação urbana contemporânea é complementar à questão da violência urbana. Por um lado, o medo do crime é usado para legitimar medidas progressivas de segurança e vigilância. Por outro, a produção cada vez mais intensa de falas sobre o crime passa a ser o contexto no qual os habitantes geram e fazem circular estereótipos, classificando diferentes grupos sociais como perigosos e, portanto, como grupos a serem temidos e evitados. (...) Em cidades de muros e medos, as desigualdades e as distâncias sociais são produzidas e reforçadas a cada passo (Op. Cit.: 174).

Aracaju comunga do mesmo esquema de muros e medos de outras cidades brasileiras, sobretudo nas suas localidades mais caras, como é o caso de Atalaia. Altos muros e sistemas privados de segurança, dotados de portões eletrônicos, guardas armados, animais e muito mais, atuam em favor da segurança das classes altas contra uma violência muito mais virtual do que real. Em uma cidade com menos de 500.000 habitantes, a violência e a criminalidade reais não justificam tanta prevenção. Mas a profilaxia atua sempre sobre o potencial. E em espaços sociais marcados pela heterogeneidade, pelas “misturas”, o medo de perigos potenciais aflora com um caráter de realidade.

*Eu tenho uma convivência pacífica com o pessoal da vila, porque eu não me intrometo na vida deles e não admito que eles se intrometam na minha vida. O nível deles é um nível totalmente diferente do nosso. O nível deles é o pior em todos os sentidos: não têm uma estrutura familiar, não têm estrutura de educação, não têm saneamento básico. Todo mundo aqui em Atalaia tem medo de chegar em casa à noite, por isso nós pagamos segurança particular (morador vizinho à vila).*

Em uma cidade de muros e medos, os moradores da Vila do Queijo vivem um cotidiano dialético de amizades, conflitos e distanciamentos totais ou parciais em relação aos seus vizinhos ricos. Enfrentam o dia-a-dia da exclusão nos moldes de uma cidade de médias proporções, dotada de padrões culturais bastante provincianos, que mesclam distanciamentos sociais com assistencialismos particulares e públicos. É nesta cidade que eles buscam, a partir das suas próprias condições contextuais, ou seja, dentro das suas próprias potencialidades estruturais, reagir à segregação e aos demais planos da exclusão social que os atingem. Suas estratégias para tal, explícitas ou não, vão do plano econômico ao plano político, sempre mediadas por uma certa coesão societária, nem sempre harmônica, mas sempre presente, que os ajuda a enfrentar a

precariedade e, muitas vezes, a ausência total de vínculos sócio-culturais com o restante dos moradores do bairro.

## CAPÍTULO 3

### RESISTÊNCIA À EXCLUSÃO

o cotidiano dos moradores da Vila do  
Queijo

## A Exclusão Social na Cidade

Os estudos sobre exclusão social que tenham a cidade como palco devem levar em consideração não só as questões tradicionais sobre trabalho e renda que perpassam a temática de forma geral, mas também os mecanismos econômicos, políticos e sociais que condicionam a configuração espacial segregacionista<sup>53</sup> das cidades capitalistas de maneira genérica<sup>54</sup>. Estes elementos associados criam uma série de dificuldades à vida urbana e incrementam o processo de exclusão decorrente, dentre outros fatores, da perda ou do inaccessibilidade ao mercado de trabalho formal.

Na maioria dos casos, mas não exclusivamente, é o mercado imobiliário formal que dita as possibilidades de acesso a determinadas regiões da cidade. Ele tem no gasto governamental em infra-estrutura e equipamentos, um dos elementos mais importantes na composição de preço das terras urbanas. Paradoxalmente,

a dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultaneamente e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária (KOWARICK, 1993: 85).

Desta forma, é lícito afirmar que os investimentos públicos em beneficiamentos urbanos produzem um contraponto segregacionista na medida em que elevam os preços dos imóveis, expulsando as populações de menor poder aquisitivo para bairros e áreas periféricas nos quais os serviços públicos encontram-se escassamente implantados. Por este mecanismo de mercado, a tendência das cidades é de constante produção de espaços segregados nos quais não há a coabitação formal de indivíduos de camadas sociais muito distintas. Aos pobres a periferia, aos ricos a zona Sul.

Paralelo a isto, há ainda um outro grande problema que circunda as ações públicas de beneficiamentos urbanos: o paradoxo de que quanto maior é a eficiência de uma política de inserção, maior é a atração demográfica dela decorrente (Bursztyn &

---

<sup>53</sup> A esse respeito vide LOJKINE (1981).

<sup>54</sup> A esse respeito vide LEFEBVRE (1969).

Araújo, 1997). Em outros termos, isso significa dizer que as migrações de excluídos para as cidades são estimuladas quando programas pontuais de inserção são exitosos.

A saturação imobiliária e a valorização simbólica do espaço também são elementos importantes na valorização fundiária urbana e nos movimentos de segregação e exclusão no interior da cidade. No primeiro caso, trata-se das regiões densamente ocupadas, na qual a escassez de imóveis promove a elevação dos preços, segundo a lei econômica da oferta e da procura.

Um pouco mais complicado é o entendimento da valorização simbólica de certos espaços urbanos, pois esta não obedece necessariamente a uma lógica economicamente traçada. Ela é movida por uma lógica sócio-cultural, que promove uma associação imaginária entre local de moradia e *status* sócio-econômico. As zonas Sul da maioria das cidades brasileiras são espaços simbolicamente valorizados, nos quais este tipo de associação é bastante visível. É nelas, via de regra, que se encontram os bairros mais caros e “chiques”, onde residem as populações mais ricas das cidades. No Brasil, zona Sul é quase sinônimo de riqueza e é certamente sinônimo de *status*, de diferenciação social<sup>55</sup>. Salvo nas zonas históricas ou comerciais centrais, cuja valorização do preço dos imóveis se justifica pela escassez advinda da saturação do espaço ocupado, é nas zonas Sul da grande maioria das cidades, de uma maneira geral, que se apresentam os mais elevados preços no mercado imobiliário, havendo conseqüentemente, grande retenção comercial de terrenos para fins de especulação.

Diante destas especificidades comuns às zonas Sul da maioria das cidades brasileiras é lícito supor que poucos são os indivíduos que, estando em uma condição econômica abaixo da linha que compõe a demanda solvável<sup>56</sup> daquele mercado imobiliário, se arriscam a buscar meios alternativos de ali residir. Contudo, este tipo de suposição não é coerente com as condições sócio-econômicas da sociedade brasileira e

---

<sup>55</sup>O livro intitulado *A Utopia Urbana* (VELHO, 1978) apresenta algumas significativas passagens relativas à Copacabana, mas que podem ser visualizadas como referência geral à zona Sul. Os estereótipos positivos que caracterizaram este bairro, se estenderam a toda zona Sul, dando-lhe a impressão de uma grande Copacabana. Mencionando o depoimento de uma moradora do bairro, o autor escreve: “Ela acha que melhorou. Seu *status* como moradora de Copacabana passa a ter um peso especial. Está vivendo lado a lado do que ela considera uma elite, é “vizinha”, de certa forma vê-se como parte dessa elite” (Op. Cit.: 80/81).

<sup>56</sup>A demanda solvável de um determinado produto é formada exclusivamente pelos indivíduos que podem pagar o seu preço. Assim, logicamente, a demanda solvável encontra-se em relação inversa ao preço do produto. A esse respeito, vide RIBEIRO e PECHMAN (1985).

tampouco reflete as condições históricas de formação de cada configuração urbana específica. Na realidade, poucas são as cidades brasileiras nas quais as zonas Sul se encontram absolutamente segregadas das demais áreas, constituindo redutos exclusivos de ricos. Na maioria dos casos os seus moradores costumam ter como vizinhos representantes desse grande contingente populacional que efetivamente não constitui a demanda solvável do mercado imobiliário formal, sobretudo onde os preços são mais elevados, e que criam na informalidade alternativas de enfrentamento do déficit habitacional<sup>57</sup>.

Em grande escala, ou em escala reduzida, favelas e outros tipos de ocupações informais também compõem a paisagem urbana das zonas Sul, apontando as grandes contradições sócio-econômicas da sociedade brasileira, que fazem com que a maioria da população não consiga obter o direito à moradia pela via formal do mercado, tendo que apelar para meios alternativos de ocupação do solo urbano (Rolnik, 1994). Excluídos do mercado formal de moradias, na maioria das vezes excluídos também do mercado formal de trabalho, muitos brasileiros encontram brechas na configuração espacial das cidades, criando nelas suas alternativas de sobrevivência e de resistência à exclusão.

O urbanismo e, paralelamente, o planejamento urbano, trabalharam durante muitos anos assentados na premissa idealizada de uma cidade equilibrada e normatizada, na qual a ocupação dos espaços dar-se-ia de forma harmônica, conduzida pelo zoneamento urbano calculado<sup>58</sup>. Por esta premissa, concebeu-se a existência de uma cidade “normal”, erigida e mantida segundo normas e padrões planejados, a de bairros, conjuntos, condomínios, zonas comerciais e industriais distintas, ou seja, a cidade planejadamente segregada e formalmente integrada pela via da tributação; e

---

<sup>57</sup> Segundo Ribeiro e Pechman (1985), a existência de déficit habitacional não pode ser explicada pelo fato de o contingente populacional urbano crescer em ritmo mais acelerado do que a capacidade de construção de moradias em um determinado local. Para estes autores, esta é uma explicação que camufla a verdadeira amplitude da questão. Na realidade, se existe déficit habitacional no Brasil é porque a grande maioria da população encontra-se excluída do mercado de produção de moradias. Essa exclusão decorre, de um lado, da desigual distribuição da renda gerada na economia nacional, e do outro, das condições que regem a produção capitalista de moradias que impõem um elevado preço ao direito de habitar na cidade

<sup>58</sup> Um dos maiores exemplos das previsões e, também, das falhas do planejamento é a cidade de Brasília, a qual foi completamente planejada e calculada, segundo uma concepção urbanística e arquitetônica igualizante e democrática, mas que já apresenta, antes de completar meio século, graves problemas sociais não previstos ou previamente calculados. A respeito de Brasília, como exemplo maior do planejamento urbano brasileiro, vide CALDEIRA (1997), PAVIANI (1989), BICALHO (1983), OLIVEIRA (1987).

uma cidade “subnormal”, a de favelas, cortiços, malocas, invasões, palafitas, ou seja, a cidade espontaneamente degradada, construída à revelia das normas de funcionamento da vida social formuladas segundo as necessidades do capital (Op. Cit., 1988).

Esta cidade "subnormal" ou informal, *habitat* dos excluídos, já corresponde hoje a mais da metade do contingente espacial urbano brasileiro (Op. Cit., 1994), exigindo, por suas dimensões, reflexões imediatas e ações eficazes. Do urbanismo ideal que se passe a um urbanismo real e possível<sup>59</sup>, no qual a cidade seja vista e pensada como unidade e não como fragmentação, e onde as configurações urbanas que expressam as contradições gerais do sistema não sejam tomadas como patologias ambientais<sup>60</sup>, mas sim como reflexos, que são, de problemas muito maiores de ordem estrutural.

A separação entre dois mundos na cidade, ou a criação de duas cidades em uma só, parece ter sido importante no processo de elaboração de certas representações sociais urbanas. Seja através das oposições normal/subnormal ou formal/informal, termos que recentemente se tem utilizado para a apresentação do mesmo fenômeno, as representações sociais parecem ter sido contagiadas pela lógica dualista que enxerga duas cidades distintas em um mesmo espaço.

Esta influência torna-se visível na necessidade que as pessoas têm de nomear, classificar, diferenciar os tipos de ocupação do espaço urbano que teoricamente não se encontram integrados à cidade. Assim, tem-se o bairro, espaço oficial, formalmente nomeado, e no seu interior as outras cidades, informais ou subnormais, simbolicamente segregadas, às quais são dados nomes próprios, que atuam simultaneamente como identidade e diferenciação. Os próprios moradores destes espaços segregados replicam esta lógica através das auto-nomeações de “invasores”, “ocupantes”, “favelados”, “corticeiros”, acompanhadas de apelidos e nomes próprios que passam a caracterizar e a diferenciar aquele espaço não só do restante do bairro, mas também de outros rotulados sobre mesmos títulos.

A diferenciação semântica entre o formal e o informal, ou em outras palavras, entre o “certo” e o “errado”, contribui em grande medida para a

---

<sup>59</sup> Esta idéia foi apresentada pelo Sr. Ivo Imparato, coordenador do Programa para Melhoria dos Assentamentos, Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNCHS / HABITAT), nas conclusões do Seminário Internacional “Os Desafios da Cidade Informal: trajetos para os assentamentos peri-urbanos”, realizado na cidade de Belorizonte, entre os dias 11 e 15 de setembro de 1995.

estigmatização que tradicionalmente marca os espaços favelados, a exemplo de outros espaços clandestinos e degradados, e, assim, para a exclusão nos planos social e cultural de pessoas que teoricamente já se encontram excluídas também no plano material.

Diante deste quadro torna-se evidente a necessidade de reflexão específica da exclusão social urbana em favelas, pois supõe-se que, da forma como se dá a inserção de seus moradores na cidade - clandestina, degradada e estigmatizadamente - decorram diferentes modalidades não só da própria exclusão como também da resistência coletiva à mesma. Diferentemente de mendigos e andarilhos que vivem solitariamente a sua situação de exclusão, os moradores de favelas possuem espaço material e amparo coletivo para o enfrentamento das adversidades, tendo assim supostamente maiores possibilidades de resistência.

Mas afinal, em que consiste efetivamente esta resistência? Quais são as estratégias de ação dos excluídos, mais especificamente os que habitam as favelas, para viverem nas áreas urbanas, onde o dinheiro é o grande mediador material da sobrevivência e, na sua falta, há pouco o que possa ser feito em termos de acesso a bens e serviços?

Há muito o que questionar nas formas de luta cotidiana das populações pobres que vivem nas cidades. Uma resposta contudo é certa. Cada realidade produz suas múltiplas realidades, não havendo *um* conhecimento possível dessas estratégias. Elas mudam de cidade para cidade, de grupo para grupo, conforme as características de cada lugar e de cada população. O estudo das estratégias de resistência remete necessariamente a pesquisas pontuais e empíricas, que possibilitem penetrar a fundo no complexo universo das relações sociais cotidianas dos grupos de indivíduos potencialmente excluídos do mercado de trabalho formal e tendencialmente excluídos dos outros domínios da vida social.

É a partir desta premissa que se seguem as análises elaboradas neste capítulo, procurando captar no dia-a-dia dos moradores da Vila do Queijo as diversas formas sob as quais se manifestam o desejo e a necessidade de resistência à situação de exclusão que os atinge como coletividade. Importa aqui o cotidiano de trabalho, lazer, brigas, amizades, embriaguez e lucidez destes indivíduos, porque é no dia-a-dia que se

---

<sup>60</sup>A este respeito vide GOTTDIENER (1993).

constrói a resistência, não só no plano material, mas também no plano sócio-cultural, aonde se produzem interações intra e extra-comunitárias, paradoxalmente conflituosas e harmônicas, de grande valia para a continuidade da luta cotidiana pela sobrevivência.

Para isto é necessário que se conheçam alguns dos principais aspectos identificadores tanto da vila - como espaço material - quanto de seus moradores, bem como as relações sociais internas e externas à mesma, afim de que se possa avaliar as dimensões da exclusão e da resistência a esta, nos planos material e sócio-cultural.

A apresentação, neste capítulo, de parte dos dados coletados nas duas últimas etapas de trabalho - que nem sempre dar-se-á de forma linear, devido às múltiplas relações existentes entre eles - pretende compor um quadro que retrate com a maior fidelidade possível a estrutura da ocupação e o dia-a-dia dos 60 indivíduos que habitam a Vila do Queijo, permitindo, com este exemplo, o conhecimento minucioso de algumas das múltiplas formas cotidianas de enfrentamento das adversidades na vida dos pobres em áreas urbanas nobres.

## **Vizinhança Turbulenta: uma favela na zona sul**

A Vila do Queijo é composta hoje<sup>61</sup> por 25 barracos dispostos lado a lado, sendo entrecortada por uma pequena viela que assegura a circulação para as ruas Desembargador João Bosco de Lima e Jornalista Paulo Costa, perpendiculares à rua Bráulio Costa sobre a qual aquela se localiza. O tamanho dos barracos varia conforme a localização e a idade dos mesmos, sendo a grande maioria muito pequenos. Os moradores mais antigos possuem melhores condições de moradia, vivendo em casas um pouco mais amplas do que as dos mais recentes e tendo também um pouco mais de privacidade. São os que moram na chamada "Vila do Sossego"<sup>62</sup>, ou melhor, na parte

---

<sup>61</sup> A Vila do Queijo alcançou suas maiores dimensões em 1995, quando chegou a ter 27 barracos. Destes, um foi demolido pela Prefeitura Municipal, com o consentimento do morador, para ser transferido para a região da Soledade e o outro foi derrubado, num sinistro ato de terrorismo e intimidação, por homens encapuçados, portando armas de fogo, que afirmaram que aquilo era apenas um aviso para que os moradores abandonassem a área.

<sup>62</sup> A contraposição entre "Vila do Sossego" e "Vila da Bagunça" ou do "Desespero" é feita pelos próprios moradores como uma forma de diferenciação, pela via espacial, dos padrões culturais que marcam a grande parte dos moradores de uma e de outra. Na realidade, a identidade conjunta é ameaçada pelas constantes brigas provocadas pelos moradores da "Vila do Desespero" em virtude da cachaça. Quando há necessidade de reivindicação pelo direito à permanência na área unem-se as forças e todos se identificam unicamente como moradores da Vila do Queijo, trabalhadores, pais de família, gente de bem, inclusive negando ou minimizando a existência dos conflitos internos ou

superior da Vila do Queijo que faz frente com a rua Desembargador João Bosco de Lima. O outro endereço apontado pelos entrevistados, rua Jornalista Paulo Costa, diz respeito à "Vila da Bagunça", para muitos "Vila do Desespero". Tratam-se dos menores, mais recentes e mais aglomerados barracos que ficam na parte inferior da vila e nos quais, por suas próprias características espaciais e por algumas características culturais de parte dos seus moradores, a saber a grande ingestão alcoólica sobretudo nos finais de semana, se dão a totalidade dos conflitos internos e externos da vila.

Esta característica ocupacional se deve, em grande medida, à forma como a vila foi loteada a partir de um certo momento - que as recordações dos moradores não conseguem precisar em termos de datas, mas que está próximo de 10 anos - por um antigo morador.

*No começo aqui era tudo casa de palha. Ai, um começou a mudar para tábuas e telha e rapidinho todo mundo mudou também, mas ainda hoje tem uma casa que é de palha. Nessa época, a vila tinha a base de umas 10 a 12 casas só. Adeptois, foi que tinha uma vaga no meio, uma vaga que não tinha casa nenhuma, o finado Sula deu ao finado Domingos para fazer a casa dele. Ele já fez logo de tábuas e de eternit. Adeptois, ele foi fazendo ali tudo, pegando os pedacinhos, fazendo barraco e vendendo ao povo que vinha de fora. Foi seu Domingos que fez isso (moradora da Vila do Queijo).*

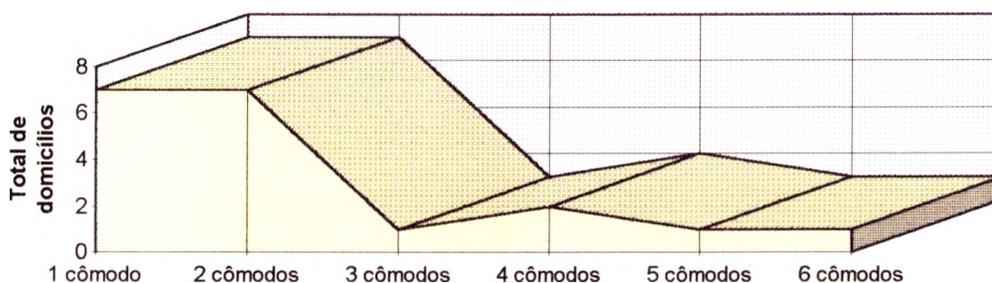
A forma como foram construídos e comercializados os barracos da Vila da Bagunça foi provavelmente a grande responsável pelo padrão ocupacional altamente precário das habitações mais recentes, marcadas por pouca ventilação, pouca ou nenhuma privacidade e limitadas dimensões<sup>63</sup>. Na distribuição dos domicílios por número de cômodos é possível verificar que a grande maioria dos barracos da vila (74%) possui até dois cômodos, o que indica não só as pequenas dimensões dos mesmos, mas também a precariedade nas condições de moradia.

---

externos e suas consequências. Entretanto, quando aumentam respectivamente convivência e confiança entre os moradores e uma pessoa de fora quebra-se a imagem intencionalmente construída de harmonia e, aos poucos, passam a ser revelados os detalhes da vida cotidiana, até então negados. Neste trabalho, em respeito à classificação apresentada pelos próprios moradores, far-se-á uso das expressões "Vila do Sossego" e "Vila da Bagunça" ou do "Desespero" sempre que for necessário referir-se respectivamente às partes superior e inferior da Vila do Queijo.

<sup>63</sup> Alguns barracos chegam a ter menos de 4m<sup>2</sup>.

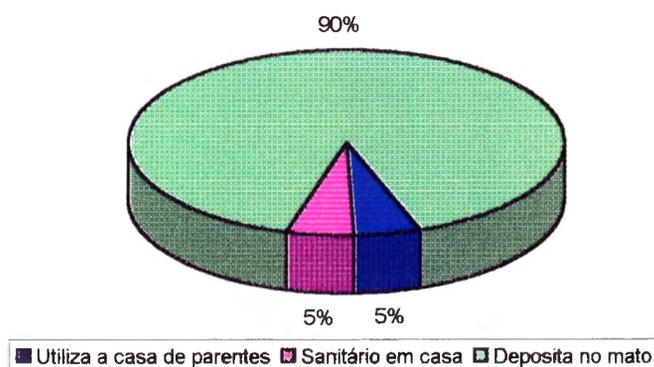
### Distribuição dos Domicílios pelo Total de Cômodos



Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02/97 a 10/03/97.

Os dois barracos de maior porte, os que possuem respectivamente cinco e seis cômodos, encontram-se localizados na Vila do Sossego, sendo dois dos mais antigos do local, um dos quais é o único que possui sanitário. O restante das casas não possui este tipo de instalação, sendo utilizados os recursos de depositar os dejetos em uma lata ou semelhante e depois jogá-los no mato vizinho ou já depositá-los ali diretamente.

### Destino dos Dejetos Sanitários



Fonte: Questionário aplicado aos moradores da vila no período de 17/02/97 a 10/03/97.

Nos depoimentos das pessoas que moram nas proximidades da vila o problema das instalações sanitárias, ou melhor, da ausência total delas, se apresenta como um dos principais inconvenientes da mesma, sendo tanto maior o incômodo quanto mais próxima for a vizinhança. Os vizinhos costumam se queixar do mau cheiro provocado pela deposição de fezes no mato e da falta de pudor de alguns moradores que utilizam os terrenos baldios como sanitário.

*Aqui em casa o cheiro não chega não, mas às vezes a gente desce ali e sente um cheiro forte (moradora nas proximidades da vila).*

*Aquilo nos incomoda muito. Para você ter uma idéia, nossa casa tem uma varanda, nós não podemos frequentar a varanda da nossa casa por causa do mau cheiro. O sanitário deles é no meio da rua. Todo dejetos é jogado ali no nosso muro, eles não têm sanitário, não têm fossa, não têm nada, então todo o mau cheiro vem para a nossa casa. E eles mesmos usam ali como se fosse um sanitário, as fezes são depositadas ali. A gente fica em desvantagem porque o vento vai jogando de lá para cá. Então, a hora que seria mais agradável de ficar na varanda, é a pior (morador vizinho à vila).*

*O que a gente sofre aí é com o mau cheiro de fezes e essas coisas. Eles não têm vergonha, defecam em qualquer lugar (morador nas proximidades da vila).*

Um outro grande inconveniente da vila apontado por alguns vizinhos é o destino dado ao lixo doméstico. A maioria dos moradores (58%) tem o hábito de colocar o lixo em sacos ou tonéis e aguardar a passagem da coleta da Prefeitura, mas os outros 42% não têm a mesma prática e, a exemplo dos dejetos sanitários, também jogam o lixo no mato. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de contaminação por ratos, outros tipos de animais ou doenças infecto-contagiosas que já seriam bastante elevadas se apenas os dejetos sanitários fossem destinados ao terreno vizinho<sup>64</sup>.

*Outra coisa que nos incomoda muito é que além dos dejetos, o lixo também é jogado ali ao lado. Para você ter uma idéia, em uma semana nós pegamos 17 ratos em ratoeira. Nós é que temos que queimar o lixo que eles deixam. E até isso cria um problema para a gente, porque quase todas as casas ali têm piscina e quando queima*

---

<sup>64</sup> Durante o período de aplicação dos questionários ocorreu um fato bastante representativo dos riscos diários corridos pelos moradores da vila, sobretudo as crianças, de contaminação pelo lixo, pelos dejetos sanitários depositados no mato e pela água que constantemente fica empossada nas portas dos barracos: uma criança com menos de três anos faleceu por infecção generalizada, provavelmente provocada por este conjunto de fatores associados ou isolados, somado à má nutrição que contribuiu para a diminuição das defesas imunológicas do organismo. Nas palavras de uma das moradoras, é mais um anjinho que foi para o céu que, segundo uma das moradoras de fora da vila, foi vítima da miséria, da ignorância, da pobreza e da falta de caridade.

*um lixo daqueles suja a própria piscina da casa (moradora vizinha à vila).*

A precariedade das condições de habitação na Vila do Queijo ainda possui muitos outros indicadores, alguns dos quais apresentam os sinais da solidariedade entre os moradores e da criatividade decorrente da adversidade. Um exemplo do primeiro caso é o uso que fazem da água potável. Devido à amizade de uma das moradoras com um funcionário da DESO<sup>65</sup>, dois barracos possuem instalação oficial de água, pagando pela água que consomem. O restante dos moradores também faz uso desta água, cada qual pagando sua parte respectiva na conta. Assim, todos têm acesso a água limpa, com um custo relativamente baixo, sem ter que recorrer aos tradicionais “gatos”. Um outro aspecto interessante deste mecanismo é o fato de que, apesar de todas as desavenças cotidianas que por vezes ocorrem entre os vizinhos, a distribuição de água nunca fica ameaçada. Ela apresenta um nítido conteúdo de solidariedade social que faz com que, mesmo que hajam brigas entre os adultos, a água não deixe de ser distribuída em nome das crianças.

A iluminação de todos os barracos é feita através de ligações clandestinas diretas dos postes da rua. Dos “gatos” sai a energia utilizada para a iluminação dos barracos e para o funcionamento dos eletrodomésticos que, como pode ser visto no quadro abaixo, em toda a vila não são muitos.

#### Quantidade de Eletrodomésticos Existentes na Vila do Queijo e Distribuição das Quantidades por Domicílio

Eletrodomésticos	Nº total de aparelhos na vila	Casas com 1 aparelho	Casas com 2 aparelhos	Casas com 3 aparelhos	Casas que não possuem nenhum aparelho
Rádio	22	12	02	02	03
TV	13	09	02	-	08
Geladeira	05	05	-	-	14
Ferro elétrico	09	07	01	-	11
Liquidificador	08	04	02	-	13
Ventilador	11	06	01	01	11

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

<sup>65</sup>É a companhia responsável pelo abastecimento de água no estado de Sergipe.

Por este quadro é possível ver que há muitas casas que não possuem certos aparelhos eletrodomésticos, contrastando com outras - poucas é preciso que se diga - que chegam a até três aparelhos de um mesmo tipo<sup>66</sup>. Este dado, paralelo às diferenças de tamanho existentes entre algumas casas, comprova uma certa heterogeneidade nas condições materiais de vida na vila, indicando que nem todos os moradores apresentam-se no mesmo nível de escassez material. Nas palavras de uma moradora *tem muita gente que está ali na invasão, mas tem condições de estar em outro lugar.*

O recurso à clandestinidade da iluminação surge de uma dupla necessidade dos moradores: de um lado, eles necessitam de energia para os fins acima expostos e, por serem moradores clandestinos, dificilmente conseguiriam que, assim como ocorreu com a água, ali houvesse instalação oficial de luz; e, de outro, a clandestinidade nas instalações elétricas atua como um elemento em favor da economia doméstica. Não sendo oficial, não necessitam pagar as contas. Alguns moradores declararam não fazer nenhuma objeção à instalação oficial de iluminação em suas casas, dizendo que a pagariam com satisfação, pois seria um elemento a menos na informalidade ou, em outras palavras, mais um viés para o enfrentamento da exclusão. Mas para outros, os “gatos” de luz se apresentam como estratégias complementares à sua própria sobrevivência. São pessoas que não têm trabalho certo e, dessa forma, têm grande dificuldade de fazer previsões orçamentárias e cumprirem com elas no final do mês. Nas palavras de um morador, *quando tem comida eu como. Quando eu não consigo trabalho, também não tem comida. Como eu posso fazer conta?*

Mas a criatividade dos moradores não se limita aos “gatos” de luz. Ela se apresenta também na forma como são construídos os barracos, com grande mistura de materiais, sobretudo no piso e nas paredes. Com exceção de um único barraco que ainda é coberto por palha de coqueiro, todos possuem cobertura de eternit, algumas mescladas com madeira e telha cerâmica. Esta característica da arquitetura dos barracos, somada à pouca altura e à má disposição dos mesmos frente à circulação de ar faz com que seja praticamente impossível a permanência dentro dos mesmos, sobretudo nos horários de maior calor<sup>67</sup>. Disto decorrem a ampliação do já elevado

---

<sup>66</sup> O maior contraste se dá entre uma residência que não possui nenhum destes itens e uma outra (a que possui maior número de cômodos da vila) que apresenta os seguintes aparelhos, nas respectivas quantidades: rádio (3), TV (2), Geladeira (1), Ferro elétrico (1), liquidificador (2) e ventilador (2).

<sup>67</sup> A grande maioria das entrevistas foi realizada no período da manhã até o horário do meio-dia, sendo a totalidade delas realizada durante o verão. Em virtude das limitadas dimensões dos barracos e

risco de desidratação e a pouca permanência dos moradores, sobretudo as crianças, dentro das casas.

O quadro seguinte mostra os percentuais relativos aos materiais com os quais são construídos os barracos da vila, atestando a precariedade dos mesmos, paralela à grande criatividade dos seus construtores.

#### **Distribuição Percentual dos Tipos de Materiais Utilizados na Construção dos Barracos nos Itens Piso, Parede e Cobertura**

<b>Material do Piso</b>	<b>Percentual Utilizado</b>	<b>Material da Parede</b>	<b>Percentual Utilizado</b>	<b>Material da Cobertura</b>	<b>Percentual Utilizado</b>
<b>Cimento</b>	53	<b>Madeira</b>	76	<b>Palha</b>	5
<b>Terra</b>	13	<b>Zinco</b>	4	<b>Madeira</b>	10
<b>Madeira</b>	9	<b>Papelão</b>	8	<b>Cerâmica</b>	5
<b>Pedra</b>	13	<b>Alvenaria</b>	8	<b>Eternit</b>	81
<b>Cerâmica</b>	6	<b>Fibra</b>	4		
<b>Carpete</b>	3				
<b>Palha</b>	3				

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

Há na vila mais duas sérias consequências decorrentes do tipo de material utilizado na construção dos barracos, sobretudo nas paredes: a falta de privacidade e a falta de segurança. Todas as casas são construídas com materiais de poucas durabilidade e resistência, sendo a maioria delas revestida precariamente com finas tábuas de madeira. Estas tábuas, por sua própria estrutura e pela forma agrupada como se encontram os barracos, não conseguem realizar qualquer isolamento sonoro entre as casas, do que decorre o comprometimento da já precária privacidade domiciliar. Praticamente todos os problemas e conflitos domésticos terminam tendo um caráter público porque, mesmo que não saiam dos limites espaciais da residência, tornam-se de conhecimento comum por meras questões sonoras. Este é também um grande contribuinte para a proliferação de fofocas, muitas das quais terminam em brigas.

---

do calor asfixiante, muitas delas tiveram que ser realizadas no lado de fora das casas ou com as portas e as janelas abertas para facilitar a ventilação. Isso contribuiu para a pouca privacidade das mesmas, as quais foram sempre acompanhadas por muitos vizinhos que, na maioria das vezes, não só observavam as conversas, mas também opinavam e procuravam direcionar as respostas do entrevistado. Sempre que isto acontecia era pedido que deixassem o entrevistado se expressar com suas próprias opiniões.

As finas folhas de madeira que, via de regra, constituem as paredes externas das casas, bem como as portas e janelas, também respondem em parte pela falta de segurança dos domicílios<sup>68</sup>. Apesar de estar incorporado ao discurso dos moradores a idéia de que a vila não abriga ladrões ou marginais e que ali só vivem pessoas de bem, as queixas de roubo aparecem em alguns depoimentos contradizendo estas afirmativas. É verdade que entre os moradores permanentes não parece haver grandes problemas de roubo, mas entre os chamados *vendiões* isso costuma ser comum. Os *vendiões* são rapazes que vêm esporadicamente à vila para trabalhar na venda de queijo assado na praia. São todos do interior de Sergipe ou de algum estado próximo e vivem temporariamente em alguns barracões de propriedade da pessoa que os contrata, não criando quaisquer vínculos com a vila ou com seus moradores. Isto, somado ao fato de que muitos deles jamais retornam, se apresenta como um facilitador para pequenos furtos e até roubos de maior monta<sup>69</sup> que, via de regra, ocorrem nos finais do verão, quando muitos dos que foram aproveitar a estação propícia à venda de queijo deixam a vila.

A precariedade dos barracos da qual decorre uma absoluta falta de privacidade dos moradores soma-se ao alcoolismo de muitos para gerar o que talvez seja o maior problema da vila na opinião dos próprios moradores e dos vizinhos daquela: as brigas.

Constantes e, por vezes, de sérias gravidades, as brigas compõem o tumultuado, mas solidário, cotidiano dos moradores da Vila do Queijo e nem sempre se restringem aos limites da mesma. Na grande maioria dos casos elas são provocadas por excesso de bebida e terminam envolvendo grande número de pessoas, devido à falta de privacidade e ao calor dos barracos, que juntos fazem com que a vida privada torne-se basicamente pública. As brigas de marido e mulher, comuns por causa de ciúmes, bebedeiras ou ambos, terminam se tornando grandes conflitos nos quais praticamente

---

<sup>68</sup> O mais grave exemplo da falta de segurança dos barracos ocorreu no dia 5 de janeiro de 1997 quando um ex-morador da Vila da Bagunça, cujos parentes ainda residem no local, discutiu com o vizinho de uma das casas ao lado da vila. Da discussão resultaram alguns tiros em direção à vila, um dos quais atravessou a parede de um barraco e atingiu uma criança de oito anos que estava dormindo na hora do incidente. A criança, que teve um ombro perfurado pela bala, recebeu tratamento a tempo e não chegou a falecer. Mais do que a falta de segurança material das casas, este episódio representa a falta de respeito pela vida humana demonstrada pelo único morador da vizinhança que permanentemente se encontra em conflito com os moradores da vila.

todos os moradores se envolvem, seja porque deliberadamente se envolvem tentando amenizar a situação ou porque terminam envolvendo-se a contra-gosto quando recebem em si ou em suas casas algum objeto lançado durante o conflito, ou quando esta é invadida durante uma briga. Em um ambiente onde a privacidade é pública, o ditado “em briga de marido e mulher ninguém mete e a colher” cai no desuso. Na Vila do Desespero, palco de todas as brigas da Vila do Queijo, em briga de marido e mulher todos terminam metendo a colher.

Mas as brigas não se limitam aos casais. Na Vila da Bagunça brigam amigos, inimigos, parentes, vizinhos, pessoas que vêm de fora. Enfim, nos finais de semana quando termina o trabalho de venda de queijos, começa o lazer (ou vício ?) da cachaça e com ele, fatalmente, o das desavenças. O hábito de beber cachaça não é comum apenas entre os homens. As mulheres também bebem muito e constantemente. A chegada da polícia nas ocasiões de briga é quase inevitável. Via de regra os envolvidos são levados à delegacia e logo em seguida voltam para casa, sendo poucas as vezes em que ficam presos.

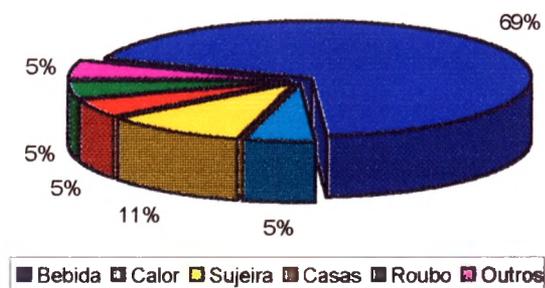
*A vila aí às vezes incomoda quando eles começam a brigar. É briga de marido e mulher quando bebe demais, aí a mulher vai dá parte, daqui a pouco chega a polícia. Eles brigam mais no final de semana, geralmente quando eles chegam da praia (morador nas proximidades da vila).*

*No domingo de manhã, a gente sempre amanhece com os gritos deles brigando. Eles fazem a farra, batem nas mulheres e tal (morador vizinho à vila).*

O excesso de bebida do qual decorrem as brigas é um grave inconveniente tanto para os vizinhos de fora quanto para os próprios moradores, que o apresentam como o principal problema da vila em sua opinião.

---

<sup>69</sup> Apesar de não acontecerem com frequência, existem casos de arrombamentos de casas com roubo. Em um destes, um *vendião* arrombou a fina janela de madeira de um barraco e roubou uma bicicleta e alguns outros pertences do morador.

**Coisas que os Moradores não Gostam na Vila**

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

As brigas são responsáveis pelo enfraquecimento dos laços de identidade social existentes entre os moradores, visto que muitos, não querendo ser confundidos com cachaceiros e desordeiros, chegam a propor uma espécie de divisão, segundo a qual é expressa a existência de duas vilas em uma só e, dessa forma, de duas identidades distintas respectivas aos moradores de cada uma delas: nos fundos, a dos baderneiros, brigões, “bocas-sujas”, cachaceiros - da Bagunça - e, na frente, a das pessoas tranquilas, das famílias, do respeito - do Sossego.

Esta divisão é de suma importância para a compreensão do cotidiano dos habitantes da Vila do Queijo. Ela indica que, mesmo entre os chamados excluídos, identidade e separação são relações que se estabelecem mediante reflexão, não sendo, como se poderia supor em virtude das condições de vida desfavoráveis, necessariamente imediatas ou automáticas. Como parece indicar o caso aqui em estudo, estas relações são mediadas pelas reflexões que os próprios excluídos constroem sobre si e seus “iguais”, as quais tendem a levar em consideração as representações supostamente elaboradas pelos outros, os não-excluídos, atentos observadores, sempre a julgar os acontecimentos no mundo dos não-iguais, para fazer uso segregacionista de todas as situações que julgarem inconvenientes ou inaceitáveis<sup>70</sup>.

Via de regra, os excluídos têm que subordinar sua conduta ao julgamento alheio, esperando sempre que esta não seja reprovada e, assim, que eles próprios, como indivíduos isolados ou partes de uma coletividade, não sejam também desaprovados ou

<sup>70</sup> Em seu trabalho sobre os albergados em São Paulo, Nasser (1996) apresenta a forma como os excluídos, no caso os moradores de albergues, são diariamente vigiados e julgados por pessoas que não compartilham da sua situação. No caso dos albergues, eles encontram-se submetidos ao julgamento de um funcionário que decide quem está apto ou não para receber a acolhida assistencial do Município por uma noite. Os que tiverem bebido já são, *a priori*, descartados desta possibilidade.

considerados ameaça social à qual se possa justificar variadas ações de controle ou extermínio. Em outras palavras, ser excluído é, dentre outras coisas, estar permanentemente sob vigilância e julgamento, quer da polícia com todo seu aparato de violência fundado em preconceitos e discriminações, no qual pretos e pobres são sempre os principais suspeitos, quer dos “cidadãos de bem” que, pela mesma lógica preconceituosa e discriminadora, sentem-se ameaçados pela heterogeneidade, considerando-se assim no direito de vigiar, julgar e, muitas vezes, executar indivíduos ou grupos sociais ameaçadores<sup>71</sup>.

Dessa forma, alguns indivíduos ou mesmo grupos desenvolvem uma lógica de prevenção contra possíveis incidentes, segundo a qual é de suma importância não incomodar os outros e, quando isso é inevitável, é fundamental não se identificar com os que incomodam. Medo e insegurança conduzem o dia-a-dia destas populações, por vezes comprometendo os laços de identidade e solidariedade sociais que ajudam-nas a resistir às situações de exclusão.

No caso específico da Vila do Queijo isto é bastante nítido. Todos identificam-se entre si como trabalhadores, pais de família, gente de bem, enfim como moradores de um único e indistinto espaço. Entretanto, quando as contradições cotidianas começam a transparecer e a se tornarem públicas, e determinados comportamentos começam nitidamente a incomodar os vizinhos “ricos”<sup>72</sup>, então as divisões surgem como uma forma de distinção entre tipos sociais supostamente diferentes e, assim também, como uma forma de auto-defesa frente aos “maus-feitos” de outros que, por causa de generalizações, terminam fatalmente sendo atribuídos a todos indistintamente. Assim, pelo recurso da separação nominal entre duas vilas e dois tipos distintos de moradores, aqueles que não têm o hábito de beber e provocar brigas se defendem de possíveis acusações generalizantes afirmando que *quem briga é o pessoal de baixo*.

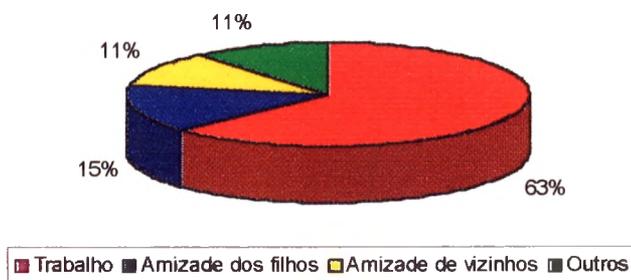
<sup>71</sup> A esse respeito vide CALDEIRA (1997).

<sup>72</sup> Os moradores da Vila do Queijo, a exemplo de outros que também vivem em condições adversas, adjetivam indistintamente o restante dos moradores do bairro como ricos, classificação que optou-se aqui por manter, inscrita sob aspas, em respeito à taxinomia proposta pelos entrevistados, mesmo sabendo que nem todos os moradores de Atalaia podem ser assim considerados. Nas palavras de uma das moradoras próximas à vila é possível ver que nem todos os moradores do bairro podem ser indistintamente chamados de ricos: *eu sou classe média-média. Sou aquele achatamento salarial, a classe média que grita, que protesta, que está atenta, que é bem informada. Estou formando filhos para um país que de certa forma me dá muita preocupação*.

Por paradoxal que seja, esta fragmentação na identidade coletiva não parece comprometer a solidariedade cotidiana. Mesmo diante de brigas e desavenças, são comuns os hábitos da ajuda mútua, dos empréstimos de bens e alimentos a perder de vista, das adoções temporárias ou permanentes de crianças que os pais - ou só a mãe - não têm condições de criar, das acolhidas e dos tratamentos aos enfermos e de tantas outras práticas que atestam o elevado grau de solidariedade entre os moradores. Na hora em que um ou mais necessita de auxílio, todos estão disponíveis a ajudar, independente de viverem em meio ao “Sossego” ou à “Bagunça”.

O cotidiano dos moradores da Vila do Queijo é marcado por laços de solidariedade social também entre alguns de seus vizinhos “ricos”. Pela via do trabalho ou da amizade entre as crianças formam-se alguns laços de amizade que, por sua própria natureza subjetiva, ultrapassam as divisões internas da vila.

#### Origem das Amizades entre os Moradores da Vila e os Outros Moradores do Bairro



Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

Do total de entrevistados, 90% declarou ter amizade com algum dos vizinhos próximos, o que indica que, apesar de se tratarem de indivíduos pobres que vivem clandestinamente em um rico bairro de zona Sul, do ponto de vista estritamente social não é lícito considerá-los como excluídos, no sentido de banimento ou isolamento social totais. Em verdade, apenas as pessoas que vivem nas duas casas imediatamente vizinhas à vila apresentam comportamentos completamente excludentes em relação a eles, os quais diferenciam-se entre si mais em virtude de questões espaciais do que propriamente de mentalidade. Se há brigas e conflitos constantes com um dos vizinhos e com o outro não, é porque a disposição da residência do primeiro faz com que os incômodos da vila lhe sejam muito mais presentes e nítidos do que para o outro que, além de possuir uma casa disposta em um lote de proporções muito

maiores, cercado por um alto muro, vive nas proximidades da chamada Vila do Sossego, mais distante assim das bebedeiras, das gritarias e dos xingamentos.

*Aqui na frente (Vila do Sossego) são famílias mesmo que vivem. Agora, perto do fundo eu não gostaria de morar. Eu fico imaginando como deve ser morar ali na casa daquele vizinho de baixo. Eu não sei como ele consegue morar ali (moradora vizinha da vila).*

*O problema maior é o seguinte, ali é uma rua. Só que na casa do vizinho de cima, por ele não usar o terreno e o muro ser alto, é um inconveniente só, a rua; e no outro, é dentro da casa do homem. Uma vez eu passei ali e me perguntei, "onde é a casa do cara e onde é a invasão?" (morador nas proximidades da vila).*

Os moradores da casa que fica vizinha à Vila do Sossego, na rua Desembargador João Bosco de Lima, declaram não querer qualquer tipo de contato com pessoas de mundo tão diferente, apresentando grande preconceito e discriminação em seus depoimentos. A única relação possível entre eles e os pobres ao seu lado é a da filantropia, mas sem contato. Não conhecem os seus vizinhos pobres, não desejam conhecê-los, mas os ajudam distribuindo, ou melhor, mandando que os empregados distribuam as sobras dos alimentos vindos da fazenda de sua propriedade e comprando anualmente os materiais escolares de dois garotos dos quais não se preocupam sequer em conhecer o nome, mas que julgam decentes porque são trabalhadores.

*O nível deles é um nível totalmente diferente do nosso. Tem alguns meninos ali que trabalham realmente e inclusive a gente até ajuda eles. Tem alguns deles que vendem queijo na praia, quando chega em período de aula vem me pedir dinheiro para os livros, eu peço a lista e dou os livros para eles, em lugar de dar dinheiro. São uns dois só e os demais são um problema sério. Nunca falei com nenhum dos moradores da vila. As únicas pessoas com quem eu tenho contato são esses dois meninos que vêm me pedir livros. O resto eu não tenho contato nenhum. Faço questão, inclusive, de não ter para evitar aproximação (morador vizinho à vila).*

*Fazemos questão de manter distância total. Nunca deixamos eles tirarem água, não é porque a gente queira que eles morram de sede é porque nós não queremos aproximação, para evitar que com o aumento da intimidade aconteça com a gente o que aconteceu com o outro vizinho (refere-se às constantes brigas entre o outro vizinho e alguns moradores da vila). Porque se a gente for desacatado, a gente vai ter que reagir. Então é melhor manter a distância. Mas a gente dá também. Toda vez que vem frutas da fazenda a gente dá a eles. Manda caixas de banana, de manga, de laranja, manda tudo para lá. Mas é cada um na sua. A empregada vai lá e chama o pessoal para vir aqui na porta apanhar as coisas do lado de fora (moradora vizinha da vila).*

Em relação ao vizinho de baixo, o que mora nas proximidades da chamada Vila da Bagunça, na rua Jornalista Paulo Costa, a situação é bem mais grave. Além de não nutrir nenhum laço de amizade com qualquer dos moradores da vila, ainda vem dele a totalidade das acusações de violência externa que têm marcado a existência da vila nos últimos anos. Os moradores contam que, certa vez, foram surpreendidos à noite com pedradas em seus telhados vindas da casa ao lado, as quais supostamente teriam sido jogadas pelos empregados do vizinho. Outros relatos afirmam as constantes ameaças de incêndio da vila feitas pelo mesmo vizinho caso eles não saíssem logo dali. E há ainda o caso de um barraco que foi derrubado no meio da noite por homens encapuçados e armados que ameaçaram matar o morador do barraco se eles, os moradores da vila, não deixassem o local<sup>73</sup>.

Não há, contudo, nada de concreto que comprove a ligação entre o acusado e os atos de violência que lhe são atribuídos. Os depoimentos narram fatos passados com emoção e, por se tratar da memória coletiva (Halbwachs, 1990), sempre com forte influência do grupo e dos acontecimentos presentes, cada vez mais conflituosos. De concreto e atual têm-se os casos do processo judicial contra a Prefeitura Municipal que desencadeou a absurda proposta de remoção da vila, seus

<sup>73</sup> Há uma séria dificuldade em contrapor estes depoimentos com a versão do referido vizinho, visto que este se negou terminantemente a prestar qualquer depoimento ou informação. Quando procurado disse apenas que havia aberto um processo contra a Prefeitura Municipal por perdas e danos e que, qualquer coisa que se quisesse saber sobre o caso poderia ser encontrada nos autos do mesmo. Como não foi possível encontrar o processo na Justiça nem realizar uma entrevista com este senhor, aqui serão apresentadas apenas as versões dos moradores da vila.

pequenos barracos de madeira e seus moradores para o local da antiga lixeira municipal, e do tiro que, por fatalidade, acertou uma criança inocente. De qualquer forma, é possível atestar na convivência diária com os moradores da vila o clima de animosidade existente entre eles, sobretudo os mais eufóricos e inflamados, e o referido vizinho. Não há convivência pacífica, não há respeito mútuo, não há qualquer tipo de amizade. Entre eles instaurou-se um conflito explícito, e não mais velado como já o fora, cujo desfecho prenunciadamente não parece ser favorável às pessoas da vila. Neste caso a sabedoria popular bem afirma que “a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco” e os fracos, na ótica dos moradores da vila, são eles próprios que vivem das concessões e, muitas vezes, da caridade alheia e não têm força para lutar contra um “tubarão”, como eles mesmos chamam o poderoso adversário.

Mas nem só de brigas vive a vila. Amizades e reciprocidades também fazem parte do cotidiano dos moradores, a maioria dos quais, mesmo diante de todas as adversidades vividas e revividas no dia-a-dia, têm sempre presente um alegre, grato e esperançoso sorriso, que atesta, dentre outras coisas, o lado bom de viver ali. Do total de entrevistados, 79% afirmam gostar de viver na vila e 63% declaram que não gostariam de se mudar dali. Muitos fatores contribuem para estas respostas. Das questões relativas à sobrevivência material, que passam pelo não pagamento de aluguel ou impostos e pela proximidade da moradia com o local de trabalho, até questões de cunho mais subjetivo que dizem respeito às amizades, ao costume com o local adquirido em anos de ocupação, à comodidade da vida urbana de zona Sul em contraposição à conhecida precariedade das periferias, e até mesmo à qualidade da vida nas proximidades da praia, ou seja, tranquilidade, lazer constante e barato, ventilação e muitas outras coisas.

Na maioria dos depoimentos a referência às amizades internas e externas se faz presente como um dos mais importantes aspectos positivos da moradia no local. Internamente, todos são amigos e se ajudam, mesmo diante das constantes e graves brigas, vistas por muitos como forma de desunião. Do lado de fora, salvo os dois casos já mencionados, são comuns as relações de amizades, profundas ou superficiais, com outros moradores do bairro que vivam ou não nas proximidades da vila. A grande parte dos relacionamentos apresenta um conteúdo de solidariedade recíproca, aonde as ajudas se trocam conforme aquilo que cada um pode doar.

*São meus amigos, tomam conta da minha casa. Uma vez, tinha um menino que era novato aqui em casa e ele pulou esse muro para pegar uma coisa que tinha caído do outro lado. A vila toda estava aqui na porta me chamando, "Dona Dora tem ladrão na sua casa". O meu convívio com eles é ótimo. Eles me prestam esses favorezinhos e também quando precisam é assim, "Dona Dora está faltando leite hoje". Eu receito, dou aspirina, vitamina C, encaminhando para médico (moradora nas proximidades da vila).*

*Eu moro aqui nesta casa há quatro anos e meio. A princípio a minha amizade com o pessoal da vila foi através das crianças. O conhecimento veio aos poucos. Eu tenho crianças e na vila tinha um pequenininho, Matias, que brincava muito aqui na frente, as crianças começaram a se aproximar, minha casa sempre foi aberta. Começaram a brincar com os meus meninos, eu já os conhecia da praia, começaram a frequentar a minha casa e a amizade foi se estreitando (moradora nas proximidades da vila).*

Diante deste quadro de relações sociais tão heterogêneas, marcadas tanto por amizades quanto por expressos ou velados conflitos, parece lícito questionar qual a origem destas diferenças. Será que se trata apenas de uma questão espacial de maior ou menor proximidade com os incômodos da vila ou a questão vai além da mera localização, dizendo respeito também a diferenças de mentalidade<sup>74</sup>? Em verdade, parece que ambos os fatores contribuem para a forma como atualmente se têm estruturado as relações sociais extra-vila. A precariedade das condições internas de vida geram um incômodo externo muito maior para os que se encontram próximos do que para os que vivem mais distanciados. Mas, por outro lado, as representações que se constroem sobre os pobres de uma maneira geral indicam a forma como cada indivíduo pode ou deseja reagir a este tipo de incômodo.

Neste sentido, volta-se aqui ao que Nascimento (1994c) chama de componente cultural da exclusão, que em outras palavras quer dizer que quanto mais violentas e excludentes são as reações aos incômodos provocados pelos pobres, menor é o reconhecimento, por parte dos incomodados, da igualdade formal entre os homens

---

<sup>74</sup> Segundo Moscovici (1961), diferentes representações sobre um mesmo objeto conduzem a diferentes formas de ação.

que assegura a cidadania. Pedras, tiros, ameaças, desprezo, isolamento social e, até mesmo certos atos de “caridade”, se apresentam como uma expressão do não-reconhecimento da igualdade e, portanto, da cidadania entre indivíduos de mundos sociais distintos.

Neste caso, as retóricas da formalidade e da cidadania procuram legitimar discriminações e preconceitos, os quais dão fundamento para as mais variadas formas de violência e isolamento. São os cidadãos, formalmente inseridos no mundo social pelas vias do trabalho e da tributação, que se defendem de qualquer forma do incômodo social provocado pelo grande contingente populacional, não inserido e clandestino, que vive à margem da sua própria formalidade. O Estado, a quem teoricamente caberia cuidar destes resíduos sociais é, nesta lógica, negligente em suas obrigações assistenciais, deixando os “cidadãos de bem” em situações desconfortáveis de contatos indesejáveis, as quais, muitas vezes, chegam a níveis difíceis de serem abordados com soluções simplórias.

*A verdade é que há um grande descaso da Prefeitura. A Prefeitura é a grande responsável. Eu não quero em absoluto dizer que vamos pegar o pessoal, fazer um despejo e jogar no meio da rua de qualquer maneira. Eu acho que isso daí também é uma irresponsabilidade da Prefeitura. Já que eles deixaram a situação ficar nesse ponto, eles têm que, por obrigação, encontrar solução para isso. Que a solução não é só desalojar, porque chegou a um ponto que eles têm que tomar uma providência diferente. Nós pagamos os nossos impostos, nós cumprimos com nossas obrigações e só exigimos que a Prefeitura faça a sua contrapartida, cumpra com as dela. Atalaia só existe para pagar imposto. O Governo não trabalha em Atalaia porque é lugar de gente rica, eles só trabalham na periferia porque é onde dá voto (morador vizinho da vila).*

Na realidade, esta questão passa, em última instância, pela relação entre formalidade e informalidade que marca as diferenças entre a vida nas favelas e fora delas. Como já foi visto, a auto-construção realizada às margens do mercado imobiliário formal surge como uma das poucas possibilidades de estabelecimento na

cidade restantes à uma grande parcela da população brasileira excluída deste mercado e, na maioria das vezes, também do mercado de trabalho formal.

Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (KOWARICK, 1993: 88).

A noção de favela, importante neste contexto, remete imediatamente à noção de informalidade, tanto urbanística<sup>75</sup> quanto jurídica, comprometendo, por si só o reconhecimento da cidadania pautada na premissa da igualdade formal entre os homens. Como espaço urbanística, mas sobretudo, juridicamente informal, a favela não é socialmente vista como espaço de cidadãos.

O fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de uma defesa que se processa em torno da questão da moradia. Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador. Assim, nem nesse aspecto mínimo o favelado tem aparecido enquanto cidadão urbano, surgindo aos olhos da sociedade como um usurpador que pode ser destituído sem a possibilidade de defesa, pois contra ele paira o reino da legalidade em que se assenta o direito de expulsá-lo (Op. Cit: 92).

Em síntese, pode-se dizer que favela<sup>76</sup> é um espaço urbanística e juridicamente informal, tradicionalmente segregado, que se apresenta como alternativa para um grande contingente populacional que não pode participar como consumidor o

---

<sup>75</sup> Rios (1987: 466) define a favela como um aglomerado de “casebres, densamente povoados, sem traçado, nem arruamento, destituídos de serviços públicos essenciais, espalhados em terrenos baldios, encostas de morros ou áreas planas, terrenos à beira-mar ou alagadiços, em loteamentos mal sucedidos destinados à população de baixa renda”.

<sup>76</sup> A palavra favela é originária de Canudos, sendo o nome de um morro da região. Após a guerra de Canudos este termo passou a designar um outro morro específico no qual habitavam alguns remanescentes da guerra, só posteriormente adquirindo o sentido que possui atualmente (Rios, 1987).

mercado imobiliário formal, mas que cria na informalidade um paralelo deste e da própria cidade que o exclui<sup>77</sup>.

Mas diante desta definição e de alguns dos dados já apresentados é possível afirmar que a Vila do Queijo é uma favela? Parece óbvio para os observadores externos que se trata de uma favela. Afinal é isto o que indicam suas condições jurídicas e urbanísticas, bem como a sua composição sócio-econômica, afinal ricos não moram em favelas.

*É uma favela. Favela e invasão é a mesma coisa. A palavra favelado tem o mesmo peso da palavra invasor, elas são a mesma coisa. Se o cara invade é um favelado, se é favelado é um invasor. Pelo o que eu vejo, eles saem de manhã, chegam de tardezinha, não é um lugar de marginal. Quando eu passo em frente a uma favela eu sinto que estou passando em frente a um lugar de gente pobre, eu não associo pobreza a marginalidade. Apesar de haver casos de marginais que moram em favela, você não pode generalizar e classificar todos por um. A comparação deve ser feita na base humana, conhecendo o que é (morador nas proximidades da vila).*

*Com certeza aquilo é uma favela. Não tem saneamento básico, não tem banheiro. Eu nunca me preocupei em saber qual a definição certa de favela. A idéia que se faz de favela é que é uma coisa que não é assistida. O que falta ali é saneamento básico. Se fosse definir pela infra-estrutura isso é uma favela. O aspecto deteriorado de miséria, de pobreza é o que faz a favela. O termo favelado é uma coisa muito preconceituosa. Este termo já marginaliza o indivíduo por si só. Sabe como é o correto de se expressar entre eles? Vila. Aqui em casa a gente não diz que vai lá na favela, a gente diz que vai lá na vila. Você vê o êxodo rural. Aquele morador da vila era um chefe de família lá na sua terrinha, vivia bem com a sua família. Ele veio pra cá e virou um favelado debaixo da ponte ou com a sua casinha de plástico que é o que eles fazem nas invasões. Na realidade ele tinha algo, é a coisa*

<sup>77</sup> Um bom exemplo de como a informalidade replica a chamada cidade “normal” são os grandes complexos habitacionais favelados das duas maiores metrópoles brasileiras. A favela da Rocinha, por exemplo, possui bares, restaurantes, hotéis, imobiliárias e todo um conjunto de serviços teoricamente

*do êxodo rural e dos bolsões de miséria nas cidades que estão crescendo a níveis alarmantes, isso me preocupa. O fato deles não terem um lugar decente para morar os estigmatiza (moradora nas proximidades da vila).*

*Eu acho que aquilo é uma favela. Porque, o que é que difere uma invasão de uma favela? Qual é a diferença? Aquilo não é uma vila, aquilo ali é uma invasão. É uma invasão, porque o terreno é um terreno público que ninguém comprou. E é uma favela porque as condições de vida são de favelados mesmo. Não tem infra-estrutura, não tem nada ali (moradora vizinha da vila).*

Para os moradores da Vila do Queijo a nomenclatura não é apenas uma formalidade. Tanto não é que se preocuparam em batizar seu espaço com o nome de vila e não de favela, apesar de 68% dos entrevistados confirmarem que acreditam que aquele local seja realmente uma favela. As opiniões sobre o que venha a ser uma favela dividem-se entre questões relativas apenas às características materiais do ambiente, questões relativas à composição sócio-cultural do mesmo, ou questões relacionais entre ambos. Os que consideram a vila uma favela dividem-se entre várias opiniões que vão da pobreza e da desunião dos moradores - características da favela e causas de aspectos materiais também característicos deste tipo de espaço - a questões estritamente relacionadas aos seus aspectos materiais.

*Favela é um lugar onde há desunião entre os habitantes. A vila, lá no final é desorganizada, tem cachaça, briga, ameaça. Então parece uma favela (moradora da vila).*

*Favela é lugar de gente pobre do bolso. Só mora em favela gente pobre que não tem nada (morador da vila).*

*Favela é um lugar de quem não tem onde morar. É lugar de desempregados, de quem está passando necessidade. Favela é um lugar desorganizado que não tem água para todos, não tem luz para todos, não tem banheiro nos barracos (moradora da vila).*

*As casas são pequenas e sem quintal e é lugar de pessoas que moram porque têm necessidade. Pessoas que são unidas porque precisam dos outros (morador da vila).*

*Favela é invasão onde moram pessoas humildes que não têm condições de morar em lugar melhor (morador da vila).*

*Favela é lugar onde mora pouca gente de bem e tem também o jeito das casas que são de madeira (morador da vila).*

*É lugar de barracos velhos, de tábuas (morador da vila).*

Em contrapartida, todos os moradores que negam ser a vila uma favela, o fazem sob um mesmo argumento: favela é local de bandidos, marginais, traficantes, maconheiros, prostitutas e a vila não abriga este tipo de elementos sociais; *a vila é uma reunião de famílias*. Desta definição, nem sempre expressa pelos que afirmam viver em uma favela, decorre o fato de 90% dos entrevistados não aceitarem ser chamados de favelados, contra 10% que dizem não se importar. Ninguém, contudo, afirmou gostar de ser chamado de favelado. As razões apontadas para este fato passam diretamente pelo uso social da palavra favelado, a qual se apresenta com muito mais força estigmatizadora entre os que vivem as situações de exclusão do que entre o restante dos cidadãos.

Quando perguntados por que não gostam de ser chamados de favelados, a totalidade dos entrevistados respondeu, de uma forma ou de outra, que esta palavra possui conteúdos implícitos que vão além da simples referência às pessoas pobres que ocupam um certo espaço na cidade. Na ótica dos entrevistados, a favela é um lugar que abriga marginais, bandidos, maconheiros, traficantes e todo tipo de “gente ruim”, com as quais os trabalhadores e as “pessoas de bem” terminam fatalmente sendo confundidos. Assim, como diz uma moradora, *morar em vila é melhor do que morar em favela, porque na favela todo mundo leva fama*. Daí a necessidade de nomeação do espaço de moradia com um termo que não deixe de expressar as más condições materiais de vida<sup>78</sup>, mas que não possua um conteúdo tão estigmatizador quanto uma favela.

<sup>78</sup> Em Aracaju não existem cortiços, como em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Lá, as pessoas pobres que não vivem nas invasões, costumam morar nas vilas que são vários quartos, geralmente com um

*De vez em quando a polícia chega lá com denúncias, atrás de gente para levar e leva preso, então deve ter algum marginal ali. Droga a gente já tem quase absoluta certeza que tem ponto de droga ali. O que a gente vê é o seguinte. De vez em quando chega um carro fica lá em baixo, dá sinal de luz, sai uma pessoa vai lá e volta e o carro vai embora. O que é que ele vai entregar ninguém sabe. Existe alguma coisa que interesse a quem tem um carro chegar a noite, ali? Um cara que tem um carro deve ter um nível de vida mais ou menos para ter um relacionamento com um pessoal que tem um nível de vida lá embaixo! (morador vizinho à vila).*

*A gente não poderia chegar e fazer um julgamento consistente, pelo tipo de relacionamento que nós temos com eles. Nós achamos que tem trabalhador ali, mas deve ter gente também que é marginal. Eu acho isso pelo fato da polícia chegar lá, de ter tido um roubo em uma casa próxima e de ter documentos que terminaram lá, parecendo que alguém ou mora lá, ou passou por lá e jogou, e as batidas que a polícia dá frequentemente lá (moradora vizinha da vila).*

Para a maioria dos entrevistados na vila, a estigmatização do termo favelado origina-se entre os “ricos” ou seja entre os que não vivem as situações de exclusão. São eles que acham que favela é lugar onde só mora bandido, o que não é verdade, porque eles mesmos sabem que em favela também moram trabalhadores que não têm possibilidade de possuírem melhores condições de moradia. Para outros, entretanto, não são apenas os ricos que pensam isso. Eles próprios, influenciados sobretudo pelos meios de comunicação que apresentam insistentemente as imagens das favelas cariocas associadas às mais elaboradas formas de criminalidade e violência, consideram que dizer que alguém é favelado é o mesmo que chamá-lo de bandido.

*Eu não conheço nenhuma favela em Aracaju, aqui eu só vejo invasão. Favela tem é no Rio de Janeiro e eu mesmo só sei pela televisão. Eu não gosto de ser chamado de favelado porque eu não sou. Favelado é*

---

único banheiro coletivo, dispostos lado a lado, alugados para fins de moradia. Apenas as pessoas pobres vivem nas vilas e as condições de habitação beiram a precariedade das favelas, com a diferença de que nas vilas há água e luz, pois estas não são clandestinas, possuindo um dono a quem é pago o aluguel.

*o mesmo que chamar de ladrão, maconheiro, marginal, estuprador (morador da vila).*

*É uma humilhação. As pessoas de fora dizem que favelado é ladrão, mas nem todo mundo que mora em favela é ladrão (morador da vila).*

*Chamar de favelado é rebaixar demais a pessoa. Favelado é a pessoa peregrina, sem emprego, sem aposentadoria, sem casa, é taxado de marginal, vive agitado na moradia, assustado (moradora da vila).*

*Favela acumula tudo o que não presta. O nome favelado marca (morador da vila)*

E é precisamente desta marca social, deste estigma de bandidos e marginais que os moradores da Vila do Queijo querem correr quando se auto-identificam como moradores de uma vila e não de uma favela. Como diz Kowarick (1993), a favela como concentração de um contingente populacional espoliado, é por si só um incômodo social,

porque choca o bom cidadão. Alarma a consciência tranquila, que advinha no amontoado de barracos um foco de delinquência, promiscuidade e vadiagem. Ao contrário do que supõe a boa consciência, no entanto, inúmeros dados mostram que a favela é um microcosmos onde se espelha o conjunto de situações sócio-econômicas e culturais que caracteriza os habitantes pobres da cidade. Lá, como em qualquer outro lugar, existem desorganização social e condutas não sancionadas. Mas, sobretudo, na favela como em qualquer outro lugar onde morem famílias de baixa renda, existe o trabalhador braçal que vende sua força de trabalho no mercado a preços quase sempre irrisórios. Na favela, via de regra, refugiam-se a mão-de-obra não especializada da construção civil e o vendedor ambulante. E morar na favela significa uma redução das despesas com aluguel e transporte, que, para muitos, é um imperativo de sobrevivência (Op. Cit.:161/162).

Neste sentido, pensar sobre a favela é antes pensar sobre o indivíduo que a habita. A contraposição entre bandidos e trabalhadores, presente na totalidade dos discursos internos e em boa parte dos discursos externos, demonstra que a questão da exclusão social em favelas vai além da mera definição operacional deste espaço, implicando sobremaneira também na sua composição social. É preciso conhecer quem

vive nos espaços favelados e saber do que vivem estes indivíduos, afim de que se possa avaliar os componentes materiais e sócio-culturais da resistência coletiva à exclusão, bem como contrapor as imagens que vinculam marginalidade e favela ao cotidiano de trabalho e estudo dos moradores destes espaços.

## Quem São e do que Vivem os Moradores da Vila do Queijo?

A Vila do Queijo, composta por 25 barracos, possui 60 moradores permanentes, dos quais 33 são do sexo masculino e 27 do sexo feminino. Na tabela seguinte é possível visualizar com maior clareza a distribuição dos seus moradores por faixa etária e sexo.

**Distribuição dos Moradores da Vila por Faixa Etária e Sexo**

<i>Idade</i>	<i>Homem</i>	<i>Homem (%)</i>	<i>Mulher</i>	<i>Mulher (%)</i>
<b>0 a 5</b>	05	15	04	15
<b>6 a 11</b>	05	15	04	15
<b>12 a 17</b>	03	9	04	15
<b>18 a 23</b>	07	21	05	19
<b>24 a 29</b>	02	6	-	-
<b>30 a 35</b>	04	12	03	11
<b>36 a 41</b>	02	6	01	4
<b>42 a 47</b>	01	3	03	11
<b>48 a 53</b>	03	9	-	-
<b>54 a 59</b>	-	-	02	7
<b>60 a mais</b>	01	3	01	4

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

Por estes dados é possível ver que boa parte da população da vila é composta por crianças e jovens com até 17 anos de idade (39% dos homens, 45% das mulheres e 42% do total de moradores), sendo insignificante o número de pessoas acima dos 60 anos (apenas um homem e uma mulher). Dentre outras questões este dado pode estar relacionado com a expectativa de vida daquela população que, devido às más qualidades nutricionais e sanitárias, supostamente não deve ser muito alta. Por

outro lado, a grande presença de jovens e crianças, sobretudo estas, ajuda a comprometer os baixos rendimentos familiares, porque, via de regra, as crianças não ajudam na renda familiar, ou ajudam muito pouco, porque passam um período do dia na escola.

Contudo, é preciso que se desmascarem as ilusões propostas pelos dados aqui apresentados. Apesar de 42% da população da vila ser composta por pessoas até 17 anos, apenas 10 dos domicílios apresentam moradores menores de 18 anos. Dos outros 9 domicílios abordados, 7 possuem apenas uma pessoa morando e 2 são casais que vivem sozinhos sem os filhos. Disto decorre o fato de que apenas 10 famílias, ou seja 40% do total dos domicílios abordados, têm despesas com alimentação e educação de crianças, muitas das quais não contribuem positivamente para a renda familiar, por não trabalharem.

Todas as crianças situadas na faixa de 6 a 17 anos, ou seja as que já se encontram em idade escolar, estão matriculadas em alguma escola pública do bairro<sup>79</sup>, a grande maioria delas (94%) no Colégio Anísio Teixeira, localizado nas proximidades da vila, havendo apenas uma criança que estuda em outra escola do bairro, o Colégio Santos Dumont. Como das 14 pessoas que estudam na primeira escola, 12 estão matriculadas no turno da manhã é comum que todos vão e voltem à pé em grandes grupos, o que tranquiliza os pais garantindo uma maior segurança de todos no trajeto casa-escola-casa, evita gastos diários com transporte das crianças, além de que contribui para a manutenção das mesmas na escola, pois a frequência escolar independe daqueles gastos.

Além das crianças, há na vila mais três pessoas que ainda estudam. Destas, duas cursam o 3º ano do 2º grau, têm 20 e 23 anos e estudam respectivamente nas escolas Atheneu Sergipense e Petrônio Portela - nenhuma delas localizada em Atalaia - e uma terceira que cursa a 8ª série, com 20 anos e estuda na escola Santos Dumont. No total, entre crianças e jovens, há na vila 18 pessoas formalmente matriculadas em escolas, o que representa 30% do total de moradores, sabendo-se que das crianças só não estudam as que ainda não se encontram em idade escolar e uma garota de 16 anos que está casada.

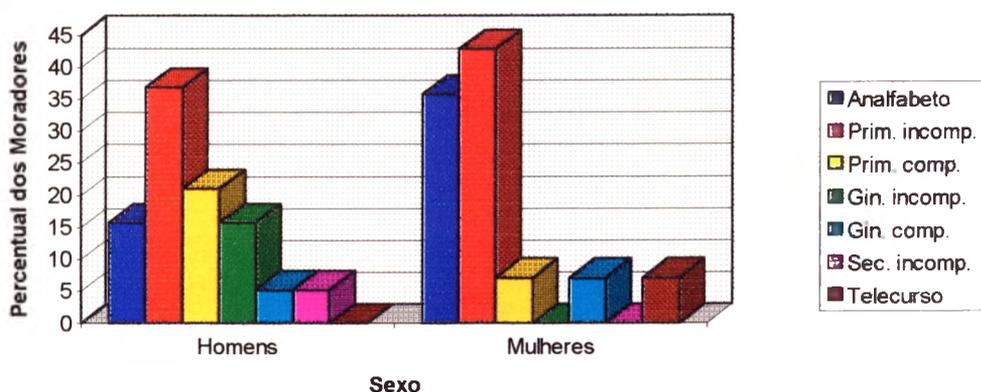
---

<sup>79</sup> Só há uma exceção a este caso que é uma jovem de 16 anos que já é casada e por isso abandonou os estudos sem completar o primário. Por sua idade ela não entrará nos números à frente que dizem respeito ao nível escolar dos moradores adultos que não frequentam escola.

Estes dados indicam que há uma certa preocupação coletiva com a educação das crianças e dos adolescentes e, por conseguinte, com o seu futuro, visto que a maioria dos adultos não tem muito estudo, não tendo por conseguinte boas colocações no mercado de trabalho.

De todos os moradores adultos que nunca frequentaram ou não mais frequentam escola há somente um que chegou a cursar o 2º grau, sem contudo completá-lo. O restante se divide entre analfabetos (8), quem tem primário incompleto (12), os que completaram o curso primário (5), as pessoas com ginásio incompleto (3), as que concluíram o curso ginásial (2), e uma única moradora que se alfabetizou através do telecurso 1º grau e faz questão de registrar este fato para não entrar nas estatísticas como analfabeta, apesar de nunca ter frequentado uma escola.

**Distribuição Percentual por Sexo e Nível de Escolaridade das Pessoas que não Frequentam Escola**



Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

O gráfico acima apresenta alguns dados interessantes. O primeiro deles é que a maior incidência dos moradores encontra-se na categoria “primário incompleto”, o que indica que muitos deles chegaram a entrar na escola, mas não deram sequência aos estudos. Isto, em termos práticos, é quase o mesmo que dizer que são analfabetos, visto que muitos declaram não saber sequer escrever ou ler o próprio nome. Apesar disto, optou-se aqui por separar as categorias “primário incompleto” e “analfabetos” justamente para indicar a quantidade das pessoas que chegaram um dia a frequentar a escola. Um outro dado significativo é o que diz respeito ao nível de alfabetização por

sexo. De uma forma geral, as mulheres apresentam menores níveis de instrução do que os homens, característica que, contudo, não se repete na criação das filhas, as quais frequentam a escola na mesma proporção do que os meninos.

Estes dados, somados ao fato de que a grande maioria dos moradores adultos da vila (83%) é de origem rural, indicam pouca probabilidade de absorção destes indivíduos no mercado de trabalho formal urbano, o qual se encontra cada vez mais exigente em termos capacitacionais, relegando apenas os postos de menores remunerações às pessoas menos capacitadas.

Em verdade, apenas seis pessoas em toda a vila possuem emprego formal e destas, só uma é chefe de família. Do restante dos chefes de família 84% trabalham por conta própria, em diversas atividades, e os outros 11% são aposentados ou pensionistas. No quadro abaixo é possível visualizar, dentre outras coisas, os baixos rendimentos gerais respectivos aos trabalhos desenvolvidos<sup>80</sup>, os quais são, em sua maioria, de pouca ou nenhuma exigência capacitacional, correspondendo aos baixos níveis de escolaridade de quem os realiza.

#### **Distribuição Nominal dos Moradores Formalmente Empregados por Idade, Nível de Escolaridade, Atividade Desenvolvida, Salário, Bairro onde Trabalha e Tempo de Trabalho**

Nome	Idade	Escolaridade	Atividade	Salário	Bairro	Tempo de trabalho
Elisângela	17	4ª série	Doméstica	R\$ 120,00	Coroa do Meio	1 mês
Vera	23	3º ano 2º grau	Secretária	R\$ 180,00	Grageru	2 meses
Wendes	21	Prim. Comp.	Mecânico	R\$ 160,00	Atalaia	10 anos
Raimundo	18	Prim. Incomp.	Pedreiro	R\$ 120,00	Atalaia	1 mês
João	21	Prim. Incomp.	Vigia	R\$ 120,00	Atalaia	1 mês
Gonçalo	30	Prim. Incomp.	Motorista	R\$ 300,00	Atalaia	4 anos e meio

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

Diante deste quadro de evidente distanciamento coletivo frente ao mundo do trabalho formal, os biscates e as atividades autônomas surgem como a única ou a mais viável possibilidade vislumbrada pelos moradores da vila de obtenção de dinheiro para a sua permanência na cidade.

<sup>80</sup> Estes dados são relativos aos empregos de cada pessoa, só sendo considerados para os rendimentos mensais os ganhos salariais. Mas há três pessoas que ainda complementam a renda da seguinte forma: Raimundo e João vendem queijo nos finais de semana e aumentam em cerca de R\$ 40,00 sua renda mensal, e Gonçalo faz alguns bicos que chegam a lhe render até R\$ 200,00 por mês, o que faz com que ele chegue a ganhar até R\$ 500,00 entre o emprego e estes bicos.

Os dados relativos às causas que conduziram os entrevistados a mudarem-se para a vila indicam que as questões relacionadas à sobrevivência material - que dizem necessariamente respeito a trabalho e dinheiro - destacam-se das demais, assinalando que para as populações de baixa renda a migração ainda é uma alternativa de resistência material às adversidades da vida cotidiana. Como diz Buarque (1997), tratam-se dos “modernômades”, perambulantes em busca de mínimas condições de sobrevivência material nas cidades. Para este contingente populacional, as migrações não mais se restringem ao famoso fenômeno do êxodo rural, que da década de 60 aos finais da década de 80 marcou o desmedido crescimento das grandes metrópoles nacionais (Santos, 1993). Em tempos de desemprego estrutural, os indivíduos excluídos do mundo do trabalho formal por suas precárias condições capacitacionais, mais do que nunca, migram das zonas rurais para as urbanas e nestas internamente, de bairro em bairro, de cidade em cidade, à procura de abrigo, trabalho e comida.

É claro que não é correto generalizar esta característica para todo o conjunto de moradores da vila, porque, como já foi visto, existem diferenças nos níveis materiais internos de sobrevivência. Entretanto, quando se opta por centralizar um estudo a respeito das estratégias de resistência à exclusão social em uma estrutura habitacional favelada, supõe-se que determinadas generalizações sejam aceitáveis, por inscreverem os indivíduos em uma situação coletiva. Assim, se nem todos os moradores da vila podem ser considerados individualmente sob a categoria de excluídos migrantes, é possível que coletivamente estes sujeitos sejam vistos como partes integrantes de uma população cuja tendência parece cada vez mais se encaminhar neste sentido. Diante da impossibilidade estrutural de ingresso ou reingresso no mundo do trabalho formal e frente à condição de clandestinidade que marca a inserção dos moradores de favelas nas cidades, é lícito pensar que sua permanência coletiva em determinadas áreas urbanas encontre-se subordinada, dentre outras coisas às condições reais de sobrevivência material, as quais estão umbilicalmente relacionadas com as questões de trabalho e renda.

No caso específico dos moradores da Vila do Queijo isto torna-se evidente na predominância das questões de ordem material dentre as causalidades apontadas pelos entrevistados para a sua mudança para o local, sabendo-se desde já que do total de entrevistados apenas 3 são oriundos de capitais (2 de Aracaju e 1 de Maceió). Os

outros 16 provêm dos interiores de Sergipe (10), da Bahia (4), de Alagoas (1) e da Paraíba (1).



Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

As causas da mudança para a vila não se restringem, como visto no gráfico acima, às questões financeiras aqui entendidas, tanto como falta de dinheiro - que resulta em ocupação ou compra clandestinas de áreas urbanas isentas de aluguel ou impostos -, quanto como busca por trabalho. Elas perpassam outras questões, como problemas em família e casamento, e falta de outro lugar para morar ou melhores condições comparativas de moradia em relação à antiga residência. Mas, de todas as razões apresentadas pelos entrevistados, as que apresentaram maior peso são realmente as que dizem respeito ao aspecto material da sobrevivência diária. A falta de dinheiro associada à necessidade de trabalho conduziu 70% dos atuais moradores da Vila do Queijo para a Atalaia. Os outros 30%, apesar de não se terem mudado por questões econômicas, têm na proximidade com o trabalho um grande incentivo para a permanência no local.

Esta afirmação respalda-se no fato de que 88% das pessoas da vila que trabalham, formal ou informalmente, o fazem no bairro de Atalaia. Algumas destas, como o Sr. Waldomiro que é pintor de auto ou a Sr<sup>a</sup>. Laudicélia que é lavadeira, atuam por conta própria em qualquer lugar da cidade onde apareça trabalho, mas, na maioria das vezes, as ofertas de trabalho terminam aparecendo mesmo no bairro onde moram, devido a amizades e conhecimentos travados no dia-a-dia.

Neste total acima apresentado, estão sendo contados tanto os adultos quanto os menores de idade que ajudam na renda familiar, vendendo queijo e vigiando carros, ambos na praia. Compõem esta contagem também duas moradoras da vila cujo trabalho é realizado em sua própria residência. Uma toma conta de crianças da própria

vila enquanto seus pais trabalham e a outra possui uma pequena venda, em seu próprio barraco, na qual comercializa balas, doces, biscoitos, refrigerantes e, sobretudo, cerveja e cachaça que são os produtos de maior saída.

O quadro abaixo apresenta a distribuição nominal das crianças e dos adolescentes da vila que trabalham. Os valores relativos aos rendimentos mensais, dizem respeito aos cálculos brutos<sup>81</sup> e foram calculados pelos entrevistados tendo como base uma média um pouco superficial daquilo que as crianças costumam ganhar, porque é difícil falar com precisão nos rendimentos decorrentes de atividades tão incertas quanto a venda de queijo e a vigia de carros na praia. A demanda por estes serviços relaciona-se diretamente com a frequência dos banhistas, a qual possui certa sazonalidade decorrente tanto das condições climáticas da própria praia quanto dos períodos de férias escolares, feriados e finais de semana. As discrepâncias entre os rendimentos relativos às mesmas atividades devem-se à frequência com que cada criança trabalha. Os que trabalham mais dias por semana e, segundo os pais, são mais comprometidos em seu trabalho ganham mais do que os outros.

**Distribuição Nominal das Crianças e dos Adolescentes da Vila do Queijo que Trabalham, por Sexo, Idade, Atividade, Local de Trabalho e Rendimentos Mensais Estimados**

Nome	Idade	Atividade	Local	Rendimentos Mensais Estimados
Givanildo	9	vigia carros	praia	R\$ 60,00
Daniele	13	vende queijo	praia	R\$ 120,00
Wilson	14	vende queijo e vigia carros	praia	R\$ 320,00
Maria Cristina	13	vende queijo e vigia carros	praia	R\$ 230,00
Fernando	16	vende queijo	praia	R\$ 80,00

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

<sup>81</sup> Segundo as pessoas que vendem queijo, os lucros com o queijo são muito pequenos porque de cada R\$ 10,00 brutos que são vendidos R\$ 7,00 são gastos em material, o que faz com que apenas 30% destes R\$ 10,00 retorne sob a forma de lucro. Para vender R\$ 10,00, que correspondem a 20 queijos assados, cada vendedor gasta R\$ 4,00 de queijo (20 queijos correspondem a 1Kg. que custa R\$ 4,00) e mais R\$ 3,00 entre carvão e espetos. Assim sendo, é preciso que se saiba que dos rendimentos declarados com o queijo, apenas 30% efetivamente contribuem para a renda familiar. Neste quadro optou-se por apresentar os dados brutos em primeiro lugar porque é difícil dissociar os montantes relativos às atividades de venda e de vigia de carros e, em segundo lugar, porque parece interessante observar a quantidade de dinheiro que circula nas mãos destas crianças, a qual pode se apresentar como um estímulo para o abandono dos estudos, por sugerir, erroneamente, que este tipo de trabalho seja muito lucrativo.

Deste quadro é possível ver que a venda de queijo se apresenta como a principal atividade de trabalho à qual os menores de idade se dedicam. Via de regra, estes meninos e estas meninas centralizam seu trabalho nos finais de semana, pois nos outros dias todos estudam. Mas quando chegam as férias escolares e a praia começa a ficar mais frequentada, o trabalho passa a ser mais constante, havendo quem chegue a trabalhar todos os dias. Mas na Vila do Queijo, como não poderia deixar de ser, não são só as crianças que vendem queijo. Do total de moradores adultos 33% trabalham com o comércio de queijo assado na praia, mesmo que para a grande maioria isto seja apenas o complemento da renda mensal primordialmente advinda de outra fonte.

Contudo, quando se ouve falar na Vila do Queijo - e sabendo-se *a priori* que este nome advém da importância desta atividade para aquelas pessoas - estes números parecem ser bastante irrisórios. Afinal, 67% dos moradores adultos não trabalham de maneira alguma com a venda de queijo, o que indica que, ao contrário do que sugere o nome da vila, esta não parece ser a principal atividade do local. Diante desta constatação duas perguntas surgem de imediato: porque os moradores teriam optado por batizar o local com um nome referente a uma atividade de pouca importância coletiva? E qual será então a principal atividade dos moradores da Vila do Queijo?

Na realidade a venda de queijo surge em Atalaia antes da consolidação da vila, mas se amplia com esta, e vice-versa. As expectativas positivas em relação aos lucros do queijo, e também do amendoim, conduziram muita gente temporária ou permanentemente para a vila. Em contrapartida, este aumento no número de vendedores incrementou o comércio na praia, aumentando a concorrência e, por conseguinte, diminuindo os lucros individuais.

*Antes de ter aquela vila já tinha começado o queijo aqui em Atalaia. A idéia quem teve foi eu. Porque eu tinha um barraquinho de palha bem na beirada do mar e eu tinha um amigo que me dava uns pedaço de queijo que eu assava, aí os fregueses chegavam e diziam, "me dê um pedacinho pra eu fazer de tira-gosto com cachaça. Dona Maria, sabe o que é que a senhora vai inventar, pra ser mais fácil pra senhora do que estar fazendo cocada que demora mais? A senhora compra o queijo e a senhora compra os pacotes de palitinho pequenininho e faz as espetadinha pequenininha, como*

*churrasquinho, e adepois a senhora vende pra gente mesmo". Nós fizemos e adespois nós paremo de vender. Quando eu voltei os pessoal já estava na praia trabalhando em queijo. Ai já era cortando uns pedaço comprido, enfiando em uns palitos de churrasco e os fogareiros assando. Quem começou a história do queijo foi eu, Lurdinha e uma moça que vinha de Aracaju, com os garotos, os queijinho enfiado e os fogareirinhos tudo na sacola, pra começar a vender aqui na praia. Nesse tempo eu morava aqui na frente, ainda não morava na vila (moradora da vila).*

Em verdade, a atividade de queijeiro intensificou-se na vila há cerca de apenas três anos, mas as proporções alcançadas em seu período de ápice justificaram a renomeação do local de moradia. A antiga Sociedade de Santa Luzia passava assim a chamar-se Vila do Queijo. Segundo dados coletados pela Prefeitura Municipal de Aracaju<sup>82</sup>, em dezembro de 1995, 58,7% dos moradores da vila dedicavam-se ao comércio de queijo e amendoim na praia.

*Essa vendagem de queijo ali naquela vila é nova. Ela começou foi de uns três anos pra cá. Foi desse tempo que o pessoal ingitou (agitou) a fazer queijo. Todo mundo ia morar ali e como não tinha trabalho pra fazer, eles pegaram a vender, aí viram que estava dando vantagem, começaram a trazer vendedor de fora. Tinha muita gente ali trabalhando com queijo, mas já saíram. De uns dois anos pra cá caiu a vendagem na vila. A maioria das pessoas que vendia foi embora e a vendagem de queijo foi parando. Ali, no tempo de muita venda, vendendo queijo tinha era quase todos. Quase todo mundo que morava ali trabalhava vendendo queijo, por isso que passaram o nome para Vila do Queijo. Agora tem pouca gente. Tem uns que trabalha em casa de família, tem uns que tem uma bodegazinha, vende uma cachacinha na vila mesmo. Era muita gente, mas depois dessa revolta dos barracos, muitas pessoas foram desgostando, uns já saíram e estão em casa de aluguel. E nisso as pessoas estão ficando pouco ali (moradora da vila).*

---

<sup>82</sup> Vide relatório de análise social dos moradores da Vila do Queijo em anexo.

Assim como a ascensão do queijo promoveu um certo incremento demográfico na vila, a sua derrocada parece estar conduzindo também a uma certa decadência da mesma. Sem trabalho garantido e com o complemento de renda - o queijo - comprometido, muitos moradores estão deixando a vila à procura de outros locais de moradia nos quais possam assegurar mais facilmente sua sobrevivência. Por outro lado, a ameaça de remoção para a área da Soledade terminou por conduzir os menos esperançosos a procurarem outros lugares para viver, onde pudessem ter um pouco mais de segurança em relação ao futuro.

Diante disto, surge novamente a dúvida sobre qual a principal atividade de trabalho desenvolvida pelos moradores da vila hoje em dia e sobre a importância atual do queijo para aquele conjunto de indivíduos. Estas inquietações podem ser respondidas com o quadro a ser apresentado mais à frente, o qual contém a distribuição nominal dos moradores adultos da vila que não se encontram formalmente empregados, mas que trabalham por conta própria.

A apresentação destes dados procura concentrar os indivíduos pelo tipo de atividade que desenvolvem, permitindo com isso uma melhor visualização das principais atividades de trabalho da vila. São também considerados os dados referentes aos rendimentos líquidos mensais estimados, os quais podem fornecer, junto com os dois quadros acima apresentados, um panorama mais aproximado da realidade material de cada um dos moradores.

É preciso que se diga que estes rendimentos são o somatório estimado de todas as fontes de renda que o morador tem individualmente. No caso das pessoas que possuem *vendiões*, são calculados não só o montante relativo ao seu próprio trabalho, mas também aquilo que é repassado por seus vendedores. Há atualmente na vila apenas três moradores que possuem *vendiões*, cada qual com três. Assim, sabendo-se que do montante comercializado por cada *vendião* 75% vai para as mãos destes intermediários e que cada *vendião* comercializa aproximadamente R\$ 150,00 brutos por semana, tem-se que cada intermediário fica em média com cerca de R\$ 400,00 respectivos aos seus três vendedores, enquanto que o próprio *vendião* fica apenas com aproximadamente R\$ 50,00 mensais.

Diante destes números parecem ser incompreensíveis as razões que conduzem estas pessoas, os chamados *vendiões*, a se submeterem a tal tipo de relação de trabalho, porque afinal de contas eles perdem 75% do que ganham para quem os

agencia. Mas os *vendiões* vêm nítidas vantagens nesta forma de trabalho porque, como todos eles vêm de fora de Aracaju, é mais fácil conseguir moradia temporária e alimentação desta forma. Nos acordos entre os *vendiões* e os intermediários fica certo que aqueles só necessitam comercializar o queijo na praia e repassar os 75% para estes que, por sua vez, são responsáveis por fornecer moradia, alimentação e o queijo pronto para ser vendido. Desta forma, cabem aos intermediários os gastos com material e manutenção diária dos *vendiões*. Nos cálculos de ambos os lados - *vendiões* e intermediários - há vantagens nesta relação.

*As pessoas que vêm vender não têm morada pra ficar e eles acham que assim, trabalhando para os outros, eles comem, lavam roupa e dormem e o preço do que eles iam ganhar vendendo sozinhos eles gastam assim (moradora da vila).*

Mas a relação entre *vendiões* e intermediários não se limita apenas às cláusulas acima apontadas. Há também a questão dos prejuízos com as sobras de queijos não vendidos, os quais recaem sobre os 25% que cabem aos vendedores. Se para os adultos esta já uma medida rígida, o que dizer das crianças e dos adolescentes que, menos hábeis do que os mais velhos para o comércio, têm que arcar com estes prejuízos? A questão adquire certa gravidade quando a relação vendedor/intermediário é mediada por acusações de aliciamento de menores para o comércio de queijo na praia. Segundo uma das intermediárias que costuma trazer *vendiões* de Salvador e de Canavieiras (BA) durante os períodos de férias, ela mesma teve que abrir mão do trabalho infantil porque várias vezes foi chamada à delegacia para responder àquele tipo de acusação. Em virtude da pressão policial, nos últimos tempos o uso de mão-de-obra infantil tem sido aos poucos suprimido em detrimento dos adultos, mas ainda não desapareceu.

*Se não vender a vendagem e boiar o queijo, quer dizer, se tiver prejuízo, eles descontam dos meninos. De um dia pro outro ainda vende, eles botam na geladeira, conserva direitinho, é tudo bem tratadinho e no outro dia eles vão vender. Agora, passando uns dois dias não tem condições de vender, então se perder 10 ou 15 queijos, eles descontam do vendedor. Agora não tem muita criança trabalhando no queijo não. Já estão quase todos rapazes.*

*Antigamente tinha muito. Agora é mais menino de 15, 16, 17 anos e tem de maior também (moradora da vila).*

A seguir tem-se um quadro que permite, dentre outras coisas, conhecer as atividades de trabalho de todos os moradores adultos que não têm emprego.

**Distribuição Nominal dos Adultos que Trabalham por Conta Própria, por Escolaridade, Atividade e Rendimentos Mensais Estimados**

Nome	Escolaridade	Atividade	Rendimentos mensais
Osni	Gin. Incomp.	Vende queijo	R\$ 250,00
Joselito	Analfabeto	Vende queijo e possui vendições	R\$ 600,00
Décio	Prim. Incomp.	Vende queijo e possui vendições	R\$ 600,00
Edimilson	Gin. Incomp.	Pedreiro, vende queijo e tem vendições	R\$ 600,00
Cícero	Gin. Incomp.	Vende queijo e faz pequenos serviços	R\$ 250,00
Miriam	Analfabeta	Serviços domésticos e vende queijo	R\$ 120,00
Antônio	Prim. Incomp.	Cozinheiro e vende queijo	R\$ 100,00
Wagner	Prim. Incomp.	Vende jaca, amendoim, queijo e é pintor	R\$ 250,00
Jocivaldo	Prim. Incomp.	Vende amendoim	R\$ 150,00
Cassemiro	Analfabeto	Vende coco e é vigia	R\$ 300,00
Zênia	Prim. Comp.	Possui uma venda na vila	R\$ 300,00
Gilson	Gin. Incomp.	Vende coquetel	R\$ 300,00
Laudicélia	Prim. Incomp.	Serviços domésticos	R\$ 160,00
Josefa	Telecurso	Serviços domésticos	R\$ 120,00
Mª José	Analfabeta	Lavadeira	R\$ 50,00
Sandra	Gin. Incomp.	Serviços domésticos	R\$ 200,00
Abigail	Prim. Incomp.	Toma conta de crianças na vila	R\$ 40,00
Wilma	Cursa a 8ª série	Ajuda a irmã no bar	R\$ 40,00
Manildo	Prim. Incomp.	Cozinheiro	R\$ 120,00
José Milton	Prim. Incomp.	Serviços gerais	R\$ 60,00
Francisco	Cursa o 3º ano	Jogador profissional de futvôlei	R\$ 80,00
Waldomiro	Prim. Comp.	Pintor de auto	R\$ 1.500,00
Alexandre	Sec. Incomp.	Servente de pedreiro	R\$ 250,00
Mª José	Analfabeta	Pensionista do FUNRURAL	R\$ 120,00
Cândido	Analfabeto	Pescador aposentado e faz bicos	R\$ 150,00

Fonte: questionários aplicados aos moradores da vila no período de 17/02 a 10/03/97.

Trata-se do grosso da população da vila que trabalha por conta própria em uma série de atividades informais, as quais garantem o sustento individual e por vezes familiar, além de assegurar um certo reconhecimento social das pessoas de fora que passam, a partir da realização destes trabalhos, a enxergá-los como trabalhadores e não como vadios ou bandidos.

Pelos dados apresentados naquele quadro é possível ver que, apesar de apenas 33% dos adultos trabalharem com a venda de queijo e a despeito de toda decadência do mesmo, esta é ainda a atividade mais destacada na vila, sendo a única que reúne oito dos vinte e cinco moradores adultos que trabalham por conta própria, além de dois formalmente empregados e quatro das cinco crianças que também trabalham. Depois da venda de queijo, as atividades que possuem maior número de pessoas envolvidas são os outros tipos de comércio (5) e os serviços domésticos (5). As outras formas de trabalho ficam bem abaixo destas, pois a maioria tem apenas uma ou duas pessoas que as realizam.

Apesar de numericamente importante para a vila, o comércio de queijo, via de regra, não garante elevados rendimentos para os seus vendedores. Fora os que possuem *vendições* e por isso chegam a ganhar cerca de R\$ 600,00, habitualmente as pessoas não ganham mais do que R\$ 250,00 mensais. De qualquer forma, para alguns moradores, são estes baixos rendimentos provenientes do queijo que garantem a sua sobrevivência, seja porque só trabalham com queijo ou porque na incerteza dos trabalhos autônomos e temporários o comércio na praia se apresenta como um “porto seguro” com o qual podem sempre minimamente contar.

Mas os baixos rendimentos não estão apenas ligados ao queijo. A grande maioria das atividades também apresenta baixas remunerações que podem chegar a ser maiores ou menores do que o declarado a depender da oferta de trabalho ou, para os vendedores, da demanda por seus produtos.

Entretanto, estes números encontram-se acima do que se poderia esperar para pessoas em tão más condições de moradia, afinal dos 25 moradores acima apresentados, apenas cinco possuem renda mensal abaixo dos R\$ 120,00 correspondentes ao salário mínimo nacional. Novamente, volta-se aqui à questão da heterogeneidade das condições de vida na vila, dado que com a renda mensal individual variando entre R\$ 40,00 e R\$ 1.500,00 é difícil a realização de abordagens muito generalizantes. De qualquer forma, é preciso não negligenciar o fato de que entre estes

dois extremos encontra-se uma população cujas características materiais e sócio-culturais coletivas compõem um nítido quadro de exclusão de direitos que, mesmo diante de maiores rendimentos individuais ou certas discrepâncias nas condições materiais de vida, não pode ser desconsiderado. Coletivamente, como moradores de um espaço favelado, altamente degradado e segregado, marcado pela escassez material e de beneficiamentos urbanos, todos os moradores da vila vivem situações de exclusão, mesmo que individualmente isto se apresente com muito maior nitidez para uns do que para os outros. Neste sentido, o espaço de moradia, ao mesmo tempo em que surge como alternativa individual e coletiva de sobrevivência frente às precárias condições de vida é também uma forma de estigmatizar os indivíduos e enquadrá-los em certas categorias das quais necessariamente não fazem parte.

## Reflexões Finais

A exclusão social que tem marcado cada vez maior número de pessoas em todo o mundo, apesar de não ser exclusiva das cidades, tem nestas suas mais concentradas manifestações. É nos espaços urbanos, via de regra, que os pobres se reúnem, em grupos ou não, à procura de melhores condições de sobrevivência.

No Brasil, as cidades passaram a partir da década de 50 a se apresentar ao imaginário coletivo, sobretudo dos indivíduos de menores recursos econômicos e educacionais, como um eldorado a concentrar reais possibilidades de ascensão social e material. Os discursos desenvolvimentistas que associavam progresso a industrialização contribuíram para a consolidação de uma lógica dualista na qual antagonizavam-se cidade e campo<sup>83</sup>. A primeira, simbolicamente erguida sobre as imagens de “prosperidade”, “desenvolvimento” e “futuro”, sempre com associações positivas; e o segundo, negativamente associado a “passado”, “atraso”, “subdesenvolvimento” e “miséria”.

Imbuídas desta lógica, milhões de pessoas migraram para as cidades, sobretudo as atuais megalópoles, donas dos maiores parques industriais nacionais - São Paulo e Rio de Janeiro. Os resultados deste processo já são mais do que conhecidos na realidade brasileira: inchaço das cidades, precarização das condições de vida das classes

populares<sup>84</sup>, concentração de mão-de-obra desqualificada - parte atuante como exército de reserva e parte crescente como resíduo desnecessário do sistema -, desemprego e subemprego, proliferação de espaços alternativos e degradados de moradia - favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e outros -, aumento da violência urbana, distanciamento entre as classes e segregação, dentre muitos outros.

Aqui não se pretende advogar que a lógica desenvolvimentista tenha sido a grande responsável pelo quadro caótico acima apresentado. Se esta racionalidade contribuiu para a produção de tais efeitos, foi antes por encontrar respaldo na realidade material nacional. Afinal é bem sabido que o êxodo rural, da forma como se deu em décadas passadas, é fruto de uma soma de processos dos quais decorre a expulsão dos pobres do campo<sup>85</sup>, e que, por sua vez, encontram-se intimamente relacionados com a estrutura econômico-social do modo de produção hegemônico ao qual se subordinam<sup>86</sup>.

De qualquer forma, o que cabe aqui ressaltar é que durante décadas as populações pobres do Brasil seguiram uma estrada de mão única em direção aos centros urbanos regionais e que, deste percurso resultaram graves manifestações da estrutura desigual e espoliante da sociedade brasileira como um todo, as quais atualmente se apresentam como problemas reais que requerem reflexão e ação conjuntas.

As pesquisas demográficas nacionais mais recentes<sup>87</sup> demonstram uma certa inflexão neste movimento de migração rural rumo às grandes metrópoles. Nos dias atuais, as novas manifestações migratórias têm respondido por um processo ao qual Santos (1993) chama de metropolização desmetropolizada, que corresponde à diminuição no crescimento das cidades milionárias, paralela a um rápido crescimento das cidades de médio porte. Neste processo envolvem-se não só as levas de excluídos que tradicionalmente compõem o quadro migratório nacional, mas também parte das classes médias que buscam em cidades menores melhor qualidade de vida. Estas,

---

<sup>83</sup> A respeito das teorias desenvolvimentistas vide MANTEGA (1990).

<sup>84</sup> Esta expressão é utilizada por Durhan (1986) para fazer referência aos complexos sistemas sociais atualmente existentes, os quais não comportariam mais ser divididos em apenas duas classes antagônicas. Para esta autora, a categoria Proletariado não é mais suficiente para abarcar toda a diversidade social apresentada pelo mundo moderno, daí a necessidade de falar em "classes populares" como um forma de possibilitar uma síntese de todo o conjunto social que se encontra aquém das classes mais altas.

<sup>85</sup> A esse respeito vide, dentre outros, MARTINS (1985).

<sup>86</sup> A esse respeito vide AMIN (1974 - mimeo).

<sup>87</sup> A esse respeito vide, dentre outros, SANTOS (1993).

contudo, ainda são numericamente muito menos significativas e socialmente muito menos problemáticas do que os “perambulantes urbanos”<sup>88</sup>, afinal buscam melhor qualidade de vida, enquanto os outros migram à procura de sobrevivência, na maioria das vezes dependente das sobras da prosperidade alheia e do assistencialismo público.

Para estas populações, a cidade como espacialidade ainda é uma alternativa possível para a sobrevivência, por concentrar grande número de pessoas e atividades e, assim, oferecer um leque um pouco maior de possibilidades de melhoria nas condições de vida do que as apresentadas no campo. Mas esta cidade que ainda oferece na precariedade e na brusca desigualdade de oportunidades mínimas alternativas de sobrevivência, paradoxalmente acirra o processo de exclusão social que coletivamente marca estas populações.

Erguida sob a égide do consumo, a cidade capitalista suprime de sua lógica interna os valores de uso que por definição constituem a *urbis*, em favor do valor de troca, inerente a todo o raciocínio capitalista, o qual redefine sua centralidade e seus códigos (Lefebvre, 1969). Desta forma, as cidades passam a ser a concentração tanto de espacialidade quanto de mentalidade capitalistas, o que corresponde a dizer que a lógica do lucro conduz as formas pelas quais se dá a ocupação espacial, ao passo em que a mentalidade excludente e segregadora das camadas incluídas, pautada sobremaneira nas retóricas da propriedade e da formalidade, direciona as relações sociais entre os não-iguais de forma a manter ou ampliar as distâncias sociais.

Desta forma, a moradia nas favelas que em um primeiro momento se apresenta como uma forma coletiva de resistência à exclusão passa, paradoxalmente, a ser também um estímulo à mesma, na medida em que por sua materialidade atribui visibilidade à situação de não inserção social coletiva de seus moradores. Como diz Kowarick (1993: 93/94),

sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, esse processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte,

---

<sup>88</sup> Esta expressão é utilizada por Bursztyn e Araújo (1997) para fazer referência aos migrantes pobres que perambulam em busca de mínimas condições de sobrevivência nas áreas urbanas.

forjador de uma imagem que condensa os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa.

É precisamente desta maneira paradoxal que a favela atua, ao mesmo tempo, como resistência e contribuição à exclusão. O conhecimento do cotidiano dos moradores da Vila do Queijo permite visualizar esta questão em termos práticos, mas por suas particularidades, permite também questionar certas generalidades propostas a nível teórico.

Os dados apresentados no decorrer deste capítulo fornecem um retrato mais ou menos preciso de alguns dos principais componentes da resistência à exclusão nos planos material e sócio-cultural da vila. É possível perceber, dentre outras coisas, que a exemplo das outras áreas faveladas, a Vila do Queijo é realmente um microcosmo no qual a sobrevivência individual encontra na coletividade um facilitador. As múltiplas formas sob as quais se apresentam criatividade, solidariedade e reciprocidade indicam que social e culturalmente aquele espaço atua favoravelmente à vida na cidade para pessoas que, via de regra, têm histórias de vida marcadas por escassez.

No que diz respeito ao aspecto material da sobrevivência diária, é evidente que a vila também atua favoravelmente. Afinal, ela permite que pessoas tão pobres e mal preparadas para o mercado de trabalho urbano possam viver em um bairro de zona Sul, dispondo de uma gama de possibilidades de trabalho - desqualificado e, via de regra, mal remunerado, é preciso que se diga - dificilmente encontrados nas periferias. A vila ainda possui a qualidade de estar próxima à praia e facilitar, com isso, a atividade comercial de queijo assado, amendoim, coco e coquetel, o que garante a sobrevivência de muitas pessoas. Pela proximidade com os locais de trabalho e estudo, a maioria dos moradores retira de suas despesas mensais gastos diários com transporte, e, por sua condição clandestina, estão isentos dos pagamentos de IPTU e luz, só necessitando pagar a água que consomem, assim mesmo com baixos custos por ser partilhada entre todos.

Por este conjunto de aspectos vê-se que a vila é realmente um facilitador para a vida em Atalaia, mesmo diante de todos os problemas internos que venha a apresentar. Contudo, algumas informações também confirmam que, em virtude das generalizações promovidas por certos moradores próximos, ela também atua em favor

da exclusão social coletiva de seus membros. Devido aos “maus comportamentos” de alguns, aflora para todos a condição de favelados, o que implica no aumento das distâncias sociais externas. Desprezo e violência se misturam compondo um quadro no qual a exclusão dá a tônica de relações sociais fundamentadas em imagens generalizantes que, via de regra, importam informações de outros espaços similares para dar inteligibilidade a um objeto distanciado ao qual as pessoas não desejam conhecer. Nesta lógica, por ser uma favela, a vila é não só um incômodo, mas também um risco ao qual se deve, de algum modo, minimizar.

Por outro lado, a Vila do Queijo apresenta uma curiosa particularidade que abre precedentes para questionamentos sobre os limites e alcances das generalizações, propostas ao nível teórico, sobre as relações sociais entre os grupos considerados respectivamente excluídos e incluídos. A maioria das pessoas da vizinhança possui laços de amizade, respeito e reciprocidade com aqueles moradores, o que indica que nem todos os indivíduos encontram-se contaminados pela lógica segregacionista e discriminadora que marca a vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles. É preciso que se diga que estes laços só se encontram consolidados porque estas pessoas de fora não vêem os moradores da vila como vagabundos ou bandidos, mas sim como pessoas de valor, que trabalham e dão duro para resistir à situação de abandono e pobreza que os marca.

Tanto aqui quanto nas representações que discriminam e estigmatizam os pobres, a questão crucial que se apresenta é o trabalho, pois é o conhecimento ou a concepção que se elabora sobre este que irá conduzir certas representações em favor ou não da exclusão.

*Alguns deles não precisam das casas daí, porque têm casa em outro lugar. Eles ficam aí por causa do trabalho, é gente que vive de queijo, de olhar um carro, de amendoim, de pescar. A questão é a proximidade com a praia, porque o dia que eles saírem daí vão ser dois problemas, a casa e o trabalho. Na verdade, eu não conheço aí ninguém marginal. É gente que trabalha, que bota os filhos na escola, que dá um duro danado. É família mesmo, é mãe, é filho, é gente que trabalha (moradora das proximidades da vila).*

Na realidade, diferentemente de outras situações, pode-se dizer que na Vila do Queijo o trabalho informal concorre em favor da inserção de seus membros no espaço social altamente diferenciado em que vivem ou, em outras palavras, atua em sentido contrário à exclusão do ponto de vista social. Independentemente da grande maioria dos moradores não ter emprego e viver do trabalho autônomo, parte dos vizinhos os reconhecem realmente como trabalhadores, contrapondo-os desta maneira, às imagens negativas de vadiagem, desocupação e marginalidade que via de regra têm sido atribuídas aos moradores de favelas. Ser trabalhador é, portanto, a chave para um mínimo reconhecimento de igualdade social, do qual decorre lentamente um certo processo de incorporação dos indivíduos à vida coletiva. Diante da falta de trabalho formal que teoricamente se constitui um elemento em favor da exclusão, estes atores conseguem construir cotidianamente, e em função do trabalho informal, micro-teias de relações sociais que minimizam os efeitos da exclusão.

O fato de Aracaju ser uma cidade de médio porte, com um ritmo de vida ainda um pouco provinciano, onde a violência urbana não tomou grandes proporções se comparada com cidades maiores, talvez seja um importante indicador das origens deste comportamento pouco esperado, no qual muitas pessoas representam positivamente o conjunto social formado pelos moradores de uma favela, a partir do reconhecimento do trabalho informal como ocupação e não vadiagem. Entretanto, esta é uma afirmação que requer uma outra investigação que possa fornecer subsídios conclusivos sobre a origem dos diferentes comportamentos coletivos em relação aos excluídos. Será que se trata apenas de uma questão de evolução e quando a cidade de Aracaju atingir dimensões metropolitanas, em termos espaciais e de problemas sociais, estas relações encontrar-se-ão tão excludentes e violentas quanto o que se vê em outras localidades e o trabalho informal não mais apresentará reconhecimento social como nos dias atuais? Ou, será que esta é uma questão relativa a diferentes representações sociais elaboradas sobre os pobres, tendo como referência elementos tão fortes que nem mesmo as informações atuais que associam pobreza a criminalidade conseguirão um dia destruir? É difícil saber até onde vão os limites de cada uma destas proposições. De qualquer forma, ficam aqui estas dúvidas para que as Ciências Sociais que hoje começam a voltar seu olhar para as cidades menores possam algum dia apresentar resposta.

## CAPÍTULO 4

### A POLÍTICA DA REAÇÃO PASSIVA

Uma das maiores manifestações da exclusão social nas cidades dá-se na esfera habitacional, da qual tanto os migrantes pobres quanto os pobres originalmente urbanos encontram-se excluídos por questões econômicas. No Brasil, os elevados preços do mercado imobiliário restringem a amplitude de sua demanda solvável<sup>89</sup>, fazendo com que a grande maioria da população tenha que procurar meios alternativos para a sua fixação nas zonas urbanas, os quais na maioria das vezes tornam-se problemáticos por suas características de precariedade e clandestinidade.

A problemática urbana desponta na agenda política brasileira em meados da década de 50, mais especificamente durante o Governo Juscelino Kubitschek, quando pela primeira vez foi tomada como objeto de política pública, em resposta às diversas demandas urbanas que já começavam a se formar nas maiores cidades brasileiras. Contudo, é somente na década seguinte que se consolidam suas sistematização - pela via do planejamento estatal - e operacionalização, a partir da instauração dos Governos Militares em março de 1964. O novo regime, que perdurou até 1985 tinha como estratégia básica "... a reativação da economia e a exclusão de certos setores populares do jogo político" (SCHMIDT & FARRET, 1986:24). A execução de políticas urbanas cumpria um importante papel no seio dessa estratégia, estruturando e assegurando as condições de reprodução e acumulação do capital, ambas sustentadas em mecanismos de exclusão.

A política habitacional surge nesse contexto como fruto de um déficit emergente de moradias urbanas, sendo o eixo central de estruturação das políticas urbanas (CAVALCANTI, 1978) e tendo seu início marcado pela criação de um Banco Nacional de Habitação (BNH) e de um Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Ambos surgiram em 1964, com a dupla missão de assistir a recuperação da economia pela indução de investimentos maciços no setor de construção, que se constitui num dos mais importantes assimiladores da força de trabalho disponível e, ao mesmo tempo, "...oferecer alguns benefícios às massas urbanas anômicas, a fim de gerar compromisso com um governo de legitimidade duvidosa" (SCHMIDT & FARRET, 1986: 30/31).

---

<sup>89</sup> A esse respeito vide RIBEIRO & PECHMAN (1985).

Um outro aspecto relevante sobre as políticas urbanas pós-64 refere-se à criação das regiões metropolitanas em 1973, as quais figuraram como o reconhecimento do já consolidado fenômeno de inchaço das capitais estaduais, com a expansão de seus vetores de crescimento para as cidades limítrofes. Pode-se dizer que a criação das regiões metropolitanas remete a "...uma representação ideológica do poder então vigente, concebido como uma unidade política capaz de se por acima de interesses contraditórios" (DAVIDOVICH, 1984: 21).

Seguindo essa orientação, em Sergipe a década de 1980 caracterizou-se por uma marcante intervenção do Estado no planejamento e na condução do processo de crescimento urbano da capital e dos municípios circunvizinhos. Elaboraram-se inúmeras propostas de intervenção urbana, das quais merece destaque a criação em 1982 da Região Metropolitana de Aracaju (Grande Aracaju) que, antecipando-se ao fenômeno de conurbação, apresentava novos eixos de expansão para a capital.

A partir daquela data começaram a surgir políticas habitacionais voltadas para um enfrentamento das ocupações clandestinas pobres, mais especificamente as favelas, as quais apresentaram o resultado contrasensual de reproduzirem os problemas aos quais se propunham solucionar. A forma assistencialista como a maioria dessas políticas foi conduzida parece ter produzido no imaginário das populações pobres, e potencialmente "invasoras", uma relação direta entre ocupação e casa própria. Diante da postura paternalista de doação de casas, lotes ou material de construção, as ocupações clandestinas proliferaram em Aracaju, em sua maioria concentrando-se na zona Norte, local mais passível de ação beneficiadora do Estado.

A compreensão da preferência pela zona Norte diz respeito não apenas a questões espaciais de saturação imobiliária das demais localidades da cidade, mas também e principalmente às estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos excluídos urbanos, que procuram se concentrar em locais pouco cobiçados pelo mercado imobiliário, com menores possibilidades de sofrerem intervenções de remoção por parte do poder público. O conhecimento das intervenções do Estado, em última instância, condiciona as estratégias de inserção das populações excluídas na cidade, que projetam suas próprias ações conforme o que é habitual nas ações estatais.

A zona Norte de Aracaju, onde se concentram a maioria dos projetos públicos de beneficiamento de áreas faveladas, tem se caracterizado crescentemente

pela presença das camadas mais baixas da classe média e pelas populações mais pobres<sup>90</sup>, com grande incidência de ocupações clandestinas, nas quais as pessoas com menores recursos conseguem viver.

Essa sua característica demográfica não é recente. Os relatos do memorialista Mario Cabral em seu **Roteiro de Aracaju** (1948: 277/278) mostram, com certo romantismo, como era, já em meados da década de 40, a formação dos limites setentrionais da cidade.

Além da dunas vive a Cidade de Palha. São milhares de malócas, de casebres e de mocambos, equilibrados, milagrosamente, na areia alva e fina. São construções rústicas, de taipa e palha, que, na encosta das dunas, desafiam todas as leis que regem a espécie. Geralmente têm uma porta e uma janela, com uma sala, um quarto e uma cozinha. Oito, dez, dōze pessoas, pais e filhos, tios e cunhados, vivem, promiscuamente, sem conforto e sem higiene, dormindo no chão, comendo no chão, amando no chão, sofrendo no chão as piores e as mais graves enfermidades. (...) A Cidade de Aracaju, amiga, termina na Cidade de Palha.

De mocambos em palha na década de 40, a zona Norte passou a conviver, trinta anos depois, com o "fenômeno moderno" das ocupações e das favelas. Segundo a literatura científica recente, estas teriam surgido na década de 70 concomitantes ao súbito crescimento apresentado pela cidade, em função da instalação do Distrito Industrial da capital e da transferência da sede da Região de Produção do Nordeste da PETROBRÁS de Maceió para Aracaju. Estes acontecimentos, que contribuíram para um significativo aumento das correntes migratórias destinadas à cidade (SANTOS et alli, 1987) e, conseqüentemente, para um certo inchaço da mesma, teriam, assim, dado origem a este "novo" fato social em Aracaju. Isso, contudo, não é o que indicam os escritos de Cabral (1948).

A concentração de pessoas pobres nas localidades mais distanciadas do centro é uma característica do processo de urbanização brasileiro, produtor de uma segregação "natural" entre as classes, em virtude da má distribuição de renda nacional

---

<sup>90</sup> A respeito da zona Norte de Aracaju, vide SAMPAIO (1986) e SANTOS (1988).

e dos mecanismos gerais do mercado imobiliário (Rolnik, 1988). Contudo, nem todas as áreas distanciadas tornam-se periferias no sentido sociológico da palavra<sup>91</sup>. No caso de Aracaju, o bairro de Atalaia, apesar de distar cerca de 8 Km do centro comercial e de ser muito pouco assistido pelo Estado, é um dos mais importantes locais de moradia das populações mais ricas da cidade, parecendo assim paradoxal a sua convivência com uma ocupação como a Vila do Queijo.

Será que as causas para a ocupação de uma rua em um dos bairros mais nobres da cidade limitam-se à esfera material de sobrevivência dos indivíduos excluídos? Será possível argumentar que além de uma estratégia de sobrevivência nos planos material e sócio-cultural a vila constitui também uma estratégia política de melhor inserção na cidade para atores excluídos dos benefícios do Estado? Em outras palavras, é possível analisar a fundação e a consolidação da Vila do Queijo sob o prisma de um projeto coletivo de ação frente ao Estado?

Para responder a estes questionamentos faz-se necessário o conhecimento, ainda que panorâmico, de algumas das principais propostas de enfrentamento da questão habitacional clandestina apresentadas pelos executivos estadual e municipal em Aracaju nas duas últimas décadas e os conhecimentos do olhar dos próprios moradores sobre o Estado e de como este olhar direciona suas ações individuais ou coletivas frente àquele.

## **Políticas Públicas e Cidade Clandestina em Aracaju**

Em Aracaju, a exemplo da maioria das cidades brasileiras, as políticas públicas de enfrentamento das ocupações informais têm sido, via de regra, caracterizadas por uma polarização das estratégias de ação: quando as ocupações ocorrem nas áreas centrais ou de alta valorização imobiliária são rapidamente removidas, tendo seus moradores realojados nas periferias ou devolvidos às suas cidades de origem (no caso dos migrantes); quando elas acontecem nos bairros periféricos, a prática de remoção é substituída pela de "desfavelamento", ou seja, pela

---

<sup>91</sup> A esse respeito vide MOISÉS (1985).

"urbanização" das ocupações, através da construção de casas de alvenaria em substituição aos barracos de madeira, plástico, papelão, etc., e da implantação de uma mínima infra-estrutura urbana, a saber, pavimentação, eletrificação das ruas e casas e instalação hidráulica.

A intervenção planejadora em Aracaju, ainda que se justifique no plano argumentativo por ser uma tentativa de resolução do déficit habitacional e da crescente problemática do favelamento, tem na realidade executado tanto um controle do crescimento da capital, com o direcionamento da migração pobre para os municípios vizinhos, quanto uma espécie de "naturalização" da clandestinidade, tornando-a, através de programas de urbanização, o menos nociva possível aos interesses de expansão do capital urbano.

Uma outra grave consequência dessas políticas é a ação atrativa que elas exercem sobre as populações pobres de outras localidades, que se mudam para Aracaju dispostas a viverem em ocupações clandestinas, aguardando a ação beneficiadora de um Estado lento, mas provedor.

Das muitas tentativas de enfrentamento da problemática habitacional em Aracaju, há duas que merecem destaque por sua amplitude e pelos resultados paradoxais que produziram entre as populações às quais se direcionavam direta ou indiretamente. São elas, o **Projeto de Desfavelamento**<sup>92</sup> e o **Complexo Habitacional Taiçoca**, ambas realizadas nas administrações do ex-governador João Alves Filho. Um outro programa mais recente e de menor alcance, mas que tem exercido grande influência sobre as representações e as ações dos moradores da Vila do Queijo é o **Programa de Desfavelamento da Soledade**, apresentado pelo ex-prefeito José de Almeida Lima especificamente para as ocupações da Atalaia (Vila do Queijo) e do Ponto Novo, bairro também localizado na zona Sul.

O **Projeto de Desfavelamento**<sup>93</sup> inicia-se na 1ª gestão João Alves à frente do Governo do Estado. Em linhas gerais, tratava-se de um programa de assistência

<sup>92</sup> A esse respeito vide OLIVEIRA & SILVA (1994).

<sup>93</sup> Esse Projeto foi desenvolvido durante toda a primeira administração João Alves (1982-1986), sendo retomado em 1990 quando inicia-se seu segundo mandato à frente do Governo do Estado. A referência à figura pessoal do então Governador justifica-se, aqui, pelo fato de Projeto encontrar-se diretamente vinculado à sua inserção na administração; tão logo ele se afasta do cargo de Governador o Projeto é encerrado. A relação clientelista entre o Estado e as populações atingidas possui, nesse caso específico, uma dupla consolidação personalista: de um lado, ao nível estrutural, têm-se que a sequência do projeto depende da permanência da pessoa do Governador, ou de algum outro sujeito por

às populações faveladas das periferias da capital, que se propunha a amenizar a problemática habitacional clandestina através da melhoria nas condições das ocupações. O desfavelamento, sob a ótica oficial de então, resumia-se à implantação de melhorias estruturais nas ocupações.

Em termos gerais, o projeto consistia na doação de material de construção aos moradores que, pelo sistema de mutirão, substituíam seus barracos por casas de alvenaria. Concomitantemente, o Governo responsabilizou-se pela "urbanização" das áreas atingidas, abrindo, pavimentando e eletrificando as ruas e instalando água encanada e sistema de esgoto nas casas. O projeto dava, ainda, a titulação das "novas casas" aos moradores, muitos dos quais as vendiam tão logo conseguiam.

O **Projeto de Desfavelamento** não atendeu a todas as ocupações clandestinas de Aracaju, tendo sido operacionalizado apenas nas áreas cujo valor venal dos imóveis não era muito elevado, o que indica um comprometimento entre o Governo e as exigências do capital imobiliário. As ocupações pobres, localizadas no centro comercial e financeiro e nas áreas residenciais nobres, não compartilharam desse mesmo tratamento, sendo ora abandonadas pelo Governo do Estado, ora removidas para as periferias.

Na ótica oficial o Projeto foi exitoso, pois transformou algumas favelas da periferia em bairros oficiais e "habitáveis". Contudo, paradoxalmente, depois deste projeto, as periferias de Aracaju registraram um acentuado crescimento no número de ocupações clandestinas. Cientes de que as ocupações das periferias seriam, mais cedo ou mais tarde, atingidas pelo Projeto, muitas pessoas mudaram-se para ocupações já existentes ou iniciaram outras, à espera da ação provedora do Estado. Aumentou a atratividade demográfica de Aracaju frente aos moradores dos interiores de Sergipe e de outros estados, e ocorreu um gradativo abandono das vilas de quartos e cômodos, na quais os pobres de Aracaju costumavam viver, pagando altos aluguéis. Em síntese, pode-se dizer que o **Projeto de Desfavelamento** teve como consequência negativa a proliferação das favelas na capital sergipana.

---

ele indicado, à frente do executivo; e no plano das micro relações entre os agentes do poder público e as comunidades envolvidas, têm-se a figura, ideologicamente forjada, da primeira dama do Estado como a "mãe dos pobres", ou seja, como a única pessoa do governo de quem se pode obter determinados tipos de préstimos. Nessa relação, cria-se um jogo de forças, no qual os agentes do Estado e os atores sociais barganham votos por favores políticos.

A segunda intervenção pública na área habitacional relevante para o presente estudo é o **Complexo Habitacional Taiçoca**. Este surge em 1984 a partir da proposta de urbanizar a Grande Aracaju, criando nos seus arredores alguns núcleos urbanos que pudessem servir como atrativos às populações que naturalmente migravam para a capital em busca de trabalho e moradia.

Em uma área de 9.959.000 m<sup>2</sup>, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro, foi prevista a construção de um Complexo Habitacional com capacidade para cerca de 100.000 pessoas, vizinho a um Distrito Industrial a ser instalado concomitantemente ao conjunto. Em palavras oficiais, "um empreendimento de 25.000 unidades habitacionais é mais do que um simples conjunto habitacional - é uma cidade, e, no caso de Sergipe, uma das maiores do Estado" (GOVERNO DE SERGIPE, 1984: 19).

Um dos principais problemas que a criação do Complexo Taiçoca procurou solucionar foi o do crescimento pobre desordenado de Aracaju. A união de um Distrito Industrial a um grande aglomerado residencial possibilitaria ao Estado enfrentar o problema do déficit habitacional pobre que já se manifestava em Aracaju, através das ocupações clandestinas, ao passo que empregaria parcialmente aquela população deslocada para a região da Taiçoca.

Contudo, mais de uma década depois de iniciado o projeto, o problema da moradia das populações mais pobres, ao invés de demonstrar tendências regressivas parece ter se agravado. Ao redor de cada unidade do Complexo Taiçoca formaram-se ocupações clandestinas até então inexistentes, compondo um triste quadro de degradação e miséria. Quanto à questão do emprego, o Distrito Industrial de Socorro tem sido insuficiente para absorver a demanda criada pela construção do Complexo, havendo uma situação marcada pelo desemprego e subemprego de grande parte dos moradores, tanto dos conjuntos quanto das ocupações.

O conseqüente crescimento urbano de Nossa Senhora do Socorro, promovido pelas políticas habitacionais estaduais, tem sido marcado de profunda ambigüidade: de um lado, o Governo do Estado estimula e administra essa expansão, através da implementação de uma significativa infra-estrutura, com planejamento habitacional, transporte, segurança, saúde, educação, lazer e oferta de emprego, dentre outros; e de outro, as populações naturalmente atraídas por esse aparato, mas não

atendidas pelos planos de distribuição das casas, ficam marginalizadas pela administração pública, sendo excluídas dos benefícios instalados.

O cinturão de pobreza que se formou em cerca de uma década ao redor do Complexo Taiçoca aponta, tanto a grande mobilidade das populações pobres, que se movem pela cidade conforme a degradação do seu limitado poder aquisitivo, quanto a amplitude da exclusão social na capital sergipana, mascarada pelos números oficiais que jogam para os município limítrofes os dados da pobreza em Aracaju. A tabela a seguir apresenta o incremento demográfico do município de Socorro com a construção do Complexo Taiçoca e a queda nos índices de crescimento populacional de Aracaju na mesma época.

#### **Taxa Anual de Crescimento Populacional nas Décadas de 70 e 80 por Município na Grande Aracaju**

<b>Municípios</b>	<b>Taxa Anual de Crescimento</b>	
	<b>70 / 80</b>	<b>80 / 91</b>
<b>Aracaju</b>	<b>4,8</b>	<b>2,9</b>
Barra dos Coqueiros	3,8	4,4
Itaporanga D' Ajuda	1,7	1,8
Laranjeiras	2,2	3,3
Maroim	2,1	2,3
<b>Nossa Senhora do Socorro</b>	<b>3,9</b>	<b>15,8</b>
Riachuelo	-0,06	2,3
Santo Amaro das Brotas	3,9	2,7
São Cristóvão	1,7	6,3

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991 - IBGE.

Mas, em síntese, o que importa salientar nos dois projetos acima apresentados são as consequências genéricas de atratividade que eles produziram nas populações excluídas, tanto de Aracaju quanto de outros municípios próximos. Ambos se apresentaram ao imaginário coletivo como imagens de um futuro possível, no qual a casa própria, quer para morar ou vender, tornar-se-ia real. Como diz Vidal (1996: 94),

a cidade como objeto concreto, como necessidade histórica, é tanto resultado do trabalho como da imaginação coletiva, além de ser cenário das experiências, dos sonhos e dos medos humanos.

Assim, tem-se que as representações produzidas no imaginário coletivo atuam como elementos decisivos na construção quotidiana da realidade urbana, impulsionando e direcionando as ações voltadas à otimização das possibilidades

futuras, previamente conhecidas e avaliadas pelos atores que auto-constróem a cidade em ocupações informais.

Na realidade, é preciso que se visualize as ocupações clandestinas mais como estratégias de sobrevivência na cidade, dos pontos de vista material, social e político, do que como ações espontâneas de ocupação do solo urbano, visto que sua espontaneidade encontra-se, na grande maioria das vezes, subordinada às formas de condução das políticas habitacionais, que facilitam ou dificultam cada tentativa de inserção dos pobres na cidade.

A terceira política habitacional relevante para a presente análise diz respeito diretamente à Vila do Queijo, pois foi elaborada, segundo o diretor de urbanismo da Empresa Municipal de Obras e Urbanismo de Aracaju (EMURB) na gestão passada, *para acabar com duas favelas, que são a do Ponto Novo, que é o pessoal que mora dentro do canal, e a da Atalaia.*

Trata-se do **Programa de Desfavelamento e Assentamento Urbano da Soledade**, a primeira proposta de ação do Município de Aracaju no combate às áreas faveladas na cidade. Esse Programa foi apresentado pela Prefeitura Municipal no ano de 1995, em resposta a um processo judicial de perdas e danos ao qual ela foi submetida por um dos moradores vizinhos à Vila do Queijo. O processo<sup>94</sup> que data de janeiro de 1993 acusa o Município aracajuano de negligência frente ao desenvolvimento de uma ocupação clandestina sobre um rua no bairro de Atalaia, requerendo além de indenização por perdas e danos, a tomada de providências definitivas por parte do poder competente. Apesar de não ter sofrido movimentações desde outubro de 1995, esse processo desencadeou uma ação do Município que até então jamais havia demonstrado qualquer preocupação com a vila. Quanto à anexação da ocupação do Ponto Novo ao Programa da Soledade, ela se justifica, segundo o Sr. João Bosco, mentor do programa, *porque, na verdade, são 44 famílias que estão morando dentro de um canal. Ela é prioritária pela insalubridade do local no qual as pessoas estão morando.*

Em síntese, o **Programa de Desfavelamento e Assentamento Urbano da Soledade** consistiu na proposta de remoção da Vila do Queijo e da ocupação do Ponto Novo, também localizada em um bairro da zona Sul, para uma área pertencente ao

Município, na zona Norte da cidade. Lá deveriam ser entregues aos moradores lotes de 5 X 25m, urbanizados com o mínimo de infra-estrutura: água, luz, ruas abertas e piçarradas e linha de ônibus coletivo. A Prefeitura propunha-se a doar o terreno e dar auxílio técnico para a construção das casas, com uma sugestão de planta padrão, mas não forneceria as casas construídas nem o material de construção. As construções ficariam por conta dos próprios moradores, que teriam o material de seus antigos barracos transferidos para a área e, caso desejassem construir em alvenaria, deveriam providenciar o material por conta própria. As palavras do diretor de urbanismo da EMURB confirmam essas informações:

*Nós não vamos dar nada. Do mesmo jeito que a pessoa teve condições de fazer na invasão, no que é dos outros, ele vai ter condições de fazer no que é dele. O que a gente vai dar é a transferência dele, com todo o material que ele tem. A casinha que ele tem hoje, a gente vai lá e transfere. Se quiser ajuda pra levantar, eu boto o pessoal pra ajudar a levantar. Mas a gente não vai dar um tijolo a ninguém.*

A questão da especulação imobiliária entre os beneficiários do Programa tentou ser enfrentada por um contrato de *enfiteuse*, ou seja, pela doação de um título de posse (e não de propriedade), através do qual a Prefeitura emprestaria o imóvel ao beneficiário por tempo indeterminado, sob a condição de que não se realizasse nenhuma transação comercial com a terra.

**O Programa de Desfavelamento e Assentamento da Soledade**, que teve início com a detecção das ocupações a serem removidas, cadastrou as famílias envolvidas e realizou um levantamento sócio-econômico<sup>95</sup> das mesmas, procurando conhecer: procedência, tamanho das famílias, grau de escolaridade e, sobretudo, ocupações e fontes de renda, a fim de assegurar minimamente que a remoção não inviabilizasse a sobrevivência material daquelas pessoas. A Soledade foi escolhida, dentre outras razões, por ser uma área circundada por rios e manguesais, nos quais os moradores poderiam se dedicar à atividade pesqueira artesanal, garantindo sua

---

<sup>94</sup> A última resenha do referido processo encontra-se em anexo.

<sup>95</sup> O questionário aplicado pelas assistentes sociais da Prefeitura para esse fim foi muito pobre na coleta de informações, o que dificultou o conhecimento da situação.

sobrevivência. Entretanto, o Município não se ocupou de perceber que em nenhuma das duas ocupações os moradores vivem da pesca. Se os moradores da Vila do Queijo, que vivem na praia, não pescam, o que dizer daqueles do Ponto Novo que moram em plena cidade?

O Programa da Soledade é uma proposta altamente criticável e contraditória apresentada à sociedade como sugestão de combate ao favelamento que na verdade não passa de uma tentativa de "ordenamento" sócio-estético da cidade. Ao transferir os decadentes barracos de madeira para o extremo norte de Aracaju, a Prefeitura não só estaria promovendo uma "limpeza" na zona Sul, retirando-lhes dois focos de moradias degradadas, como estaria também assegurando a segregação social urbana que, devido à crescente desigualdade social brasileira, já não mais se subordina aos mecanismos "naturais" do mercado, tendo que ser conduzida pelo Estado. Em síntese, a simples remoção dos barracos deixa bem claro o grau de comprometimento do poder público com as elites e seu conseqüente descompromisso com a crescente massa de pobres, cada vez mais excluídos dos benefícios da cidadania.

Além deste, há outros inúmeros problemas verificáveis no **Programa de Desfavelamento e Urbanização da Soledade**, mas nenhum teve repercussão tão negativa quanto o local escolhido para receber as remoções. A Soledade é uma área localizada no extremo Norte do município de Aracaju, que faz limite com o município de Nossa Senhora do Socorro, na altura do Complexo Taiçoca, portanto muito distante dos atuais locais de moradia das populações-alvo do programa. Além disso, ela apresenta o sério agravante de ter abrigado a lixeira municipal por décadas. Este último dado fez com que a opinião pública aracajuana tomasse conhecimento do programa e se sentisse solidária com os moradores das ocupações a serem removidas.

O caso das duas pequenas ocupações (uma com 25 e a outra com 44 barracos), aparentemente simples de ser solucionado pelo Município, tomou grandes proporções, extrapolando as relações moradores/Prefeitura e atingindo diversas organizações da sociedade civil que somaram-se à luta dos ocupantes contra a remoção. Neste processo uniram-se aos moradores clandestinos muitos vizinhos que se indignaram com a proposta da Prefeitura, o Movimento dos Sem Teto, a Universidade

Federal de Sergipe, o Ministério Público, a CUT, o PT, a Defesa Civil, a Igreja Católica, a Imprensa e diversos sindicatos<sup>96</sup>.

*Eu acho que a Prefeitura e o Governo do Estado têm culpa daquilo estar daquele jeito. Eu digo isso na base da culpa indireta, porque no caso caberia a quem está à frente da Prefeitura e do Governo do Estado providenciar resolver isso aí. Sabe por que? Porque o Governo ou o Prefeito quando querem se dedicar a fazer uma rodovia gastam quanto for preciso. Quando o Governo ou o Prefeito querem fazer um show numa praça pública, eles contratam um grupo para cantar e gastam não sei quantos milhões. E por que eles não gastam um pouco arrumando um terreno - que a Prefeitura e o Estado têm muito terreno por aí - e fazem casas coletivas? Eu discordo também, como aconteceu aí, que arranjaram um terreno para eles na lixeira. Eles não são porcos, eles são gente como a gente. Eu mesmo fui falar com o Prefeito quando eu soube que eles queriam mandar o pessoal para a lixeira. Vários deles não concordaram em ir para a lixeira, porque ali mesmo é que eles iriam contrair vários tipos de doenças. Ir para a lixeira é um absurdo. Por que a Prefeitura e o Governo não se juntam para resolver esse tipo de coisa? (morador nas proximidades da Vila do Queijo).*

*A minha vizinha tinha uma passadeira que mora lá na vila e essa passadeira veio um dia muito aflita, contando que esteve presente na comunidade o Prefeito Almeida Lima acompanhado de sua senhora, dizendo que iriam retirá-los de lá. Ela comentou que a senhora dele tinha colocado as coisas nos seguintes termos: "se vocês não saírem nós vamos passar o trator em cima" e eu fiquei escandalizada. Puxa, uma mulher dizer isso?! Me chamou a atenção a atitude desumana vinda de uma mulher. Será que ela não tem filho, será que ela não viu que está cheio de crianças ali? Será*

<sup>96</sup> Em anexo encontram-se cartas, gentilmente fornecidas pelo Movimento dos Sem Teto, de algumas entidades da sociedade civil que apoiaram a luta dos moradores da Atalaia e do Ponto Novo, destinadas aos executivos municipal e estadual, exigindo que fossem cumpridas suas obrigações sociais frente às pessoas sem moradia em Aracaju.

*que ela não tem uma essência de mãe dentro dela para ver que não é só o umbigo e a família dela que contam, que tem outras crianças que estão ali e precisam, mais do que os outros, de carinho, atenção e conforto e não de uma violência destas? Aí eu fiquei escandalizada e o meu marido na época estava envolvido com o movimento sindicalista e eu já conhecia muita gente que trabalha mais voltado para assentamento de terra e tal. Aí eu falei com o meu marido e vi o que a gente poderia fazer. Então nós fizemos uma reunião aqui em casa, conversamos, meu marido se inteirou do assunto e orientou-os a procurarem a pessoa certa, o Jiseldo (Presidente do Movimento dos Sem-Teto em Sergipe), e foi daí que eles se organizaram. Já havia também uma questão na comunidade do Ponto Novo, e nisso começou a haver uma conscientização e uma movimentação deles (moradora nas proximidades da Vila do Queijo).*

A luta dos moradores da Vila do Queijo e da ocupação do Ponto Novo pelo direito à cidade foi marcada por manifestações públicas à frente da Prefeitura, passeatas, carros de som passando nos bairros de Atalaia e Ponto Novo e muita pressão direta à administração municipal<sup>97</sup>. Durante mais de um ano o Município negou que estivesse transferindo os moradores para a área da antiga lixeira, mas com muito esforço conjunto conseguiu-se que a ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente) fornecesse um laudo pericial<sup>98</sup> da área, o qual atestou a impossibilidade de residência no local, devido ao alto risco de intoxicação ali registrado, o que pôs fim ao Programa da Soledade.

Apesar de não ter sido levado à cabo, o referido programa produziu importantes alterações na vida dos moradores da vila. Algumas delas positivas, como é o caso das relações de amizade e solidariedade que se formaram entre eles e alguns vizinhos próximos, e do apoio que desde então tem sido dado pelo Movimento dos Sem Teto, pela imprensa e por outros organismos da sociedade civil. Contudo, a

<sup>97</sup> Em anexo encontram-se cópias de alguns recortes de jornais sobre o caso, gentilmente fornecidos pelo Movimento dos Sem Teto. Durante muito tempo os jornais noticiaram a luta entre os moradores das duas ocupações e a administração municipal, sempre procurando apresentar seu apoio àqueles.

<sup>98</sup> Em anexo encontra-se o laudo oficial da ADEMA sobre as condições da área reservada pela Prefeitura para a remoção dos moradores para a Soledade.

incerteza em relação ao que o futuro lhes reserva faz com que os moradores vivam em um clima de permanente expectativa e receio, afirmando, sempre que podem, a sua repulsa a serem tratados como lixo.

Esse clima de desconfiança se mostrou muitas vezes prejudicial ao desenvolvimento da pesquisa de campo, que só pode alcançar os resultados esperados devido ao prolongado contato cotidiano com os moradores. Este fez com que, por um lado, se dissipasse o receio de que a pesquisa fosse mais um cadastramento oficial para nova proposta de remoção, e por outro, se pudesse perceber os limites das "verdades" apontadas pelos moradores, conhecendo-se também a amplitude das suas estratégias de resistência à exclusão. Frases como *só saio daqui para o cemitério* ou *se me levarem para a lixeira invado outro terreno na praia* repetiram-se durante todo o desenrolar da pesquisa, mesmo nos momentos em que a questão habitacional não se encontrava em pauta, apontando a necessidade dos indivíduos em afirmarem sua não-passividade frente à condição de excluídos, dentre outras coisas, dos benefícios urbanos.

## **A Vila da Resistência Passiva**

O conhecimento das ações do Estado em relação às ocupações clandestinas encontra-se disseminado entre a população aracajuana. Seja pelos mecanismos de comunicação de massa ou pela comunicação cotidiana entre as pessoas, já são amplamente conhecidas as práticas públicas frente a favelas e outras áreas degradadas de ocupação.

Este conhecimento apresenta-se ao imaginário coletivo como um objeto a partir do qual são criadas representações sobre as possibilidades e as dificuldades de vivência na cidade para os indivíduos excluídos do direito ao consumo no mercado imobiliário formal. Destas representações decorrem ações, omissões, disputas diretas e abertas, esperas prolongadas e veladas, projetos. Enfim, estratégias mais ou menos definidas de resistência às situações de exclusão, segregação e espoliação pela quais passam os construtores da cidade informal pobre.

É importante salientar que não só as estratégias, mas sobretudo as próprias representações das quais aquelas se originam, apresentam particularidades decorrentes

do ambiente social no qual são produzidas. Segundo Moscovici (1961), as informações que circulam na sociedade sobre um certo objeto não são assimiladas homogeneamente pelos indivíduos. Estes retêm de maneira seletiva e em virtude de condicionantes culturais e de critérios normativos, apenas uma parte das informações correntes, possibilitando a existência de divergências nas representações sociais elaboradas por diferentes grupos sobre um mesmo objeto. Daí a necessidade de conhecimento empírico tanto das representações dos moradores clandestinos sobre o Estado, quanto das estratégias particulares de ação e reação frente às políticas públicas que os atingem direta ou indiretamente.

É possível afirmar que os moradores da Vila do Queijo são conscientes das ações estatais de prevenção e combate ao favelamento em Aracaju e que dessa consciência decorrem as estratégias utilizadas para atingirem o Estado, as quais têm norteado a ocupação desde que esta se consolidou como tal, deixando de ser a atitude isolada de dois ou três moradores. Alguns dados e depoimentos confirmam esta afirmação.

Na concepção oficial,

*as invasões só ocorrem em terrenos públicos. Em terrenos particulares ninguém entra porque a ação é imediata. Por que ocorrem em terrenos públicos? Porque existe aquele apadrinhamento, existe um momento político de eleições. E o particular entra logo com uma ação de reintegração de posse. O governante depende do voto, então ele não entra (com ações de reintegração) - (diretor de urbanismo da EMURB em fevereiro de 1996).*

Não por acaso, a Vila do Queijo localiza-se em uma área pública, a rua Bráulio Costa. Segundo depoimento de muitos moradores, eles não sabiam do fato daquele espaço ser uma rua, porque quando se mudaram para lá aquilo não passava de um terreno baldio, sem nada nas proximidades. Contudo, esta versão não é confirmada por alguns dos vizinhos da vila que possuem os terrenos de suas casas há mais de 18 anos. Segundo alguns destes vizinhos a ocupação da rua se deu premeditadamente,

motivada justamente pelo fato de se tratar de terra pública, passível, por isso, de negociação.

*Eu acho que isso é uma confusão que o dia que tiver gente morando vai ter que resolver. Eu nunca ouvi dizer que possa se usar o terreno que é a rua. Porque a rua não era ali originariamente. Como a rua estava marcada errada, a invasão teve que mudar de lugar porque foi feito o muro da casa vizinha. Ai, eles mudaram. Como eles ficaram em terra particular, eles passaram para a rua de novo. Eles sabiam que aquilo era uma rua. Porque aqui era um loteamento e ali uma rua. E eu acho que foi chegando gente por isso, porque sabiam que era uma rua. Agora, piçarra na rua não tinha, porque não tinha nem na outra, a principal (morador das proximidades da vila).*

O mais antigo morador vizinho à vila, que vive no local há 19 anos, dá o seguinte depoimento quanto à questão do tempo de existência da vila e da rua Bráulio Costa:

*o que havia lá quando eu cheguei era só um barraco, cujo morador não mora mais lá. Era o seu Antônio. Ele era biscateiro. Aquela rua existia. Ali é uma via pública. Veja bem, ali só havia os piquetes. Então, pra você ter uma idéia, pra nós construir-mos nossa casa, nós abrimos a rua. Fizemos tudo por conta própria. Serviço de água, tivemos que pagar a tubulação todinha! Mas a rua era demarcada. Todas as ruas eram demarcadas. Era um loteamento aprovado pela Prefeitura. Ninguém chegou ali com inocência não. Foi uma invasão premeditada. O pessoal fez porque quis, a Prefeitura fez descaso, não tomou nenhuma providência. E hoje realmente é um problema sério ali (morador vizinho à vila).*

O tempo de moradia aparece nos depoimentos, sempre que necessário, para reforçar as imagens de inocência e ignorância dos moradores em relação à situação jurídica da terra ocupada e para justificar o seu direito de permanecerem onde estão, enquanto não se apresentam alternativas melhores. Inúmeras vezes as pessoas

afirmaram que a vila existe há mais de 50 anos, antecedendo tanto o loteamento quanto a rua. Mas os dados coletados nos questionários chocam-se com esses depoimentos, quando apontam apenas dois moradores que declaram viver no local há mais de 30 anos, contradizendo, inclusive, o que dizem os moradores mais antigos da rua. A esse respeito, a tabela que se segue é bastante ilustrativa, pois apresenta a distribuição da situação do domicílio (se foi comprado pelo atual morador, se foi construído por ele, ou se é emprestado) pelo tempo de moradia no local. A opção **alugado** não aparece, porque na vila não há nenhum barraco nesta situação.

### Situação do Domicílio por Tempo de Moradia na Vila

Tempo de Moradia na vila (anos)	Situação do Domicílio		
	Comprado	Ocupado	Emprestado
1 a 5	04	01	-
6 a 10	07	-	01
11 a 15	-	04	-
16 a 20	-	-	-
21 a 25	-	-	-
26 a 30	-	-	-
31 a 35	-	01	-
36 a 40	-	-	-
41 a 45	-	-	-
46 a 50	-	01	-

Fonte: questionários aplicados aos moradores da Vila do Queijo no período de 17/02 a 10/03/97.

A contradição entre os depoimentos dos que vivem na vila e os vizinhos desta é rica à presente análise, por indicar uma das estratégias de defesa dos ocupantes, que é afirmar o seu direito ao espaço pelo tempo de moradia no mesmo. Afirmar a antecedência da vila frente ao loteamento e à rua é uma forma de minimizar a intencionalidade que se esconde por trás da ocupação de áreas públicas, sugerindo uma certa inocência às ações dos ocupantes, que dessa forma passam de agentes de uma luta velada pelo direito à cidade, a vítimas de um Estado ineficiente, autoritário e desumano.

A maioria dos moradores entrevistados (90%) declara ter o direito de viver na vila, mesmo que ela esteja localizada irregularmente no meio de uma via pública. Para 58% destes moradores, este direito se justifica pelo tempo, individual ou coletivo, de moradia no local. Outras justificativas aparecem com menos peso nas respostas dos entrevistados. Alguns (11%) dizem que têm direito de morar ali porque vivem da praia e, portanto, merecem residir nas proximidades do seu local de trabalho; outros acham

que têm esse direito porque compraram a casa onde vivem (5%), porque vivem em terras públicas que não têm dono (5%), porque estão ali aguardando a doação de uma casa que é direito seu e dever do Estado (5%), porque são trabalhadores e pagam impostos (5%), porque precisam viver e a vila é uma possibilidade real de sobrevivência (5%), ou simplesmente porque não sabiam que se tratava de um terreno público (5%).

Quaisquer que sejam as justificativas apresentadas para o direito de viverem na área em questão, faz-se necessário refletir sobre elas a partir de uma perspectiva estratégica frente às exclusões econômica, social e política que os atingem. Apesar de viverem clandestinamente em uma área irregular para a moradia, a grande maioria dos moradores afirma ter direito àquele espaço, muitas vezes sem conseguir dissociá-lo do direito geral à moradia, cuja responsabilidade ao seu ver cabe ao Estado. Ocupar e residir clandestinamente em uma área urbana é uma maneira lenta, mas eficaz de acionar o poder público e dele retirar mínimos benefícios.

A idéia de um Estado ausente, moroso, mas provedor parece direcionar as ações dos ocupantes no seu lento cotidiano de espera. Segundo alguns informantes, apesar da maioria das pessoas morarem na vila há mais de dez anos, ninguém ainda construiu casas de alvenaria por terem consciência tanto de sua situação de clandestinidade quanto das práticas interventoras do Estado que, como já foi visto, terminam sempre promovendo a remoção das ocupações clandestinas situadas nas áreas nobres da cidade. E como as construções em alvenaria implicam altos custos, torna-se inviável fazer tal investimento sob o risco de remoção.

A idéia de remoção em si não apresenta grande rejeição entre os moradores, que sempre viveram na expectativa de que um dia seriam transferidos dali. O depoimento de muitos moradores atesta isso, quando afirmam que não ergueram casas de alvenaria porque sabiam que não moravam no que era deles e que, mais cedo ou mais tarde, o governo iria querer tirá-los de lá. O que lhes provoca desagrado e, portanto, todo o conjunto de reações de oposição é a idéia de serem transferidos para uma realidade pior do que aquela em que já vivem. Cientes de que seriam um dia removidos, os moradores construíram sua ação cotidiana voltada para a possibilidade de barganhar por votos a conquista de uma casa própria em algum lugar próximo e em condições que não lhes fossem altamente desfavoráveis.

Sair da zona Sul para a zona Norte já significa *a priori* uma perda na qualidade de vida, devido não só à diferença de serviços implantados em cada uma das zonas, mas também às limitadas perspectivas de progressos infra-estruturais das áreas periféricas. Se o bairro de Atalaia ainda se encontra marginalizado pelas administrações municipais, tendo muitas ruas sem calçamento, falta de água e queda na tensão elétrica constantes, dentre outros problemas, é certo que mais cedo ou mais tarde, devido à força do turismo e às características sócio-econômicas de seus moradores, ele será atingido pelos benefícios infra-estruturais públicos. O mesmo, entretanto, não pode ser esperado para as periferias da cidade, cuja tendência não é a de reversão do abandono em que se encontram, mas sim de agravamento do mesmo.

Paralelo a isso, há também a questão do local escolhido para a remoção que é altamente perigoso tanto por ser semi-deserto, sujeito a ação de ladrões e outros tipos de criminosos, quanto por apresentar sérios riscos à saúde, devido à contaminação do solo por décadas de deposição de materiais tóxicos. A escolha da Soledade para receber as remoções foi motivo de revolta entre os moradores da vila, pois lhes permitiu visualizar nitidamente a forma excludente como são desenvolvidas as políticas públicas para as populações pobres. Serem jogados ao lixo é o mesmo que serem chamados de lixo, escória, dejetos da cidade rica. A esta idéia os moradores constantemente se contrapunham afirmando sua cidadania pelo trabalho e pela família, sempre com frases do tipo, *não somos lixo! Todo mundo aqui é trabalhador, pai de família, gente de bem.*

E, por fim, a decisão incomum da antiga administração municipal em não doar nem as casas nem os materiais para construí-las chocou-se diretamente com as expectativas dos moradores frente às ações assistenciais do Estado. Na realidade, o **Programa de Desfavelamento e Urbanização da Soledade**, por seu conteúdo excludente e pela forma autoritária como foi conduzido, não lhes deixou grandes margens de negociação. Muitos entrevistados, inclusive, afirmaram não ter nada contra o fato da Prefeitura querer tirá-los de lá, só que mandá-los para a lixeira, da forma como a coisa estava sendo conduzida, não era uma ação aceitável.

Quando perguntados sobre o que o Estado, na figura dos executivos municipal e/ou estadual, deveria fazer para ajudá-los, os moradores se dividiram entre várias soluções de cunho assistencial. Algumas pessoas afirmaram que o Estado

deveria **dar**-lhes casas de alvenaria em algum lugar perto da praia, local de trabalho da maioria (33%); outras disseram que o ideal seria a urbanização da vila, com a construção de casas de bloco, pela via de mutirão ou não, e a **doação** da titularidade da propriedade, o que lhes daria maior segurança frente a sua atual situação de clandestinos (29%); alguns acham que a **doação** de uma casa em qualquer lugar seria a melhor saída (14%); outros ainda, pensam que o melhor seria a demolição dos barracos com a subsequente **indenização** dos moradores (14%); e, por fim, há os que julgam mais adequada a **doação** de um terreno nas proximidades da praia para que as próprias pessoas pudessem construir suas casas (10%).

Em todas as seis alternativas apontadas pelos moradores, o Estado aparece como agente provedor, responsável pela **doação** de casas, material de construção, terrenos ou titularidade. Essa imagem de um Estado provedor depara-se com uma realidade marcada por sua ausência completa durante mais de um década de ocupação, mas coaduna-se com a forma como foram conduzidas preteritamente suas ações diante das populações excluídas em outras localidades da cidade. Portanto, pode-se afirmar que as representações sociais produzidas pelo grupo de moradores da Vila do Queijo, pautadas na esperança de assistência estatal, têm como fundamento o conjunto de práticas políticas das administrações públicas de uma forma geral, e não apenas o seu cotidiano de exclusão e abandono.

Ocupar uma área urbana devoluta e nela construir sua moradia, se afigura perante os excluídos como uma das poucas maneiras que possuem de atingir um Estado ausente, segregador e excludente. Seja pela construção de grandes agrupamentos residenciais em materiais duráveis nas periferias ou pela formação de núcleos residenciais erguidos precariamente nas áreas nobres da cidade, os grupos sociais excluídos terminam sempre desenvolvendo estratégias de pressão do poder público para a obtenção lenta, mas certa, de alguns dos benefícios urbanos que de outra forma lhes são permanentemente negados. Essas estratégias tornam-se bastante nítidas nas palavras de um dos moradores da vila que diz, *viemos morar aqui porque esperamos um futuro melhor. As pessoas fazem um barraco e depois o Prefeito dá o que é de direito.*

## Reflexões Conclusivas

A exclusão social que marca cada vez maior número de pessoas no Brasil, se apresenta, do ponto de vista político, sujeita aos mecanismos de dominação impostos por um Estado marcadamente comprometido com os interesses do capital. Como diz Engels (1991), o Estado é um poder que se encontra aparentemente acima da sociedade, como agente neutro de mediação entre os interesses de classe, mas que, na realidade, atua em favor dos dominantes, abafando os conflitos sociais e os mantendo dentro dos limites da ordem; além de garantir "...as condições gerais de prevalescência econômica e política das classes dominantes" (MOISÉS, 1985: 16).

Isso é justamente o que se apresenta nos casos específicos dos projetos de urbanização de favelas, da construção do Complexo Taiçoca e, sobretudo, da tentativa de remoção da Vila do Queijo para a antiga lixeira da Soledade. Nos três casos, o Estado sergipano, nas figuras dos executivos estadual e municipal, pautou-se na imagem ideologicamente forjada de "provedor" dos interesses gerais, enfrentando as demandas das camadas sociais mais baixas, de forma a inscrevê-las às exigências do capital urbano e das camadas econômica e politicamente dominantes. O direcionamento de cerca de cem mil moradores pobres para além dos limites da capital, a remoção das ocupações informais das áreas nobres, acompanhada pela urbanização daquelas localizadas em áreas periféricas e a proposta de transferir barracos de materiais precários para a área de antiga lixeira municipal apontam qual o tipo de intervenção destinada aos pobres na cidade de Aracaju.

Em momento algum, as intervenções públicas na capital sergipana contribuíram para a integração das populações excluídas. Muito pelo contrário, o que pôde ser visto nestes três exemplos é a forma excludente como as políticas públicas para os dominados costumam ser conduzidas.

A ação diferenciada do Estado na mediação da luta dos excluídos pelo direito à cidade<sup>99</sup> conduz, portanto, à percepção de que o tipo de configuração urbana hegemônico na realidade brasileira, aquele marcado pela segregação espacial, reflete, na realidade, a existência de duas cidades para dois tipos distintos de cidadãos: uma primeira, bela, urbanizada, planejada e funcional, para "cidadãos de primeira

categoria", demanda solvável do mercado imobiliário, empregados formalmente nas posições de maior remuneração do mercado de trabalho; e uma outra, improvisada, espontânea, mal equipada e abandonada pelo Estado, destinada aos "cidadãos de segunda categoria", excluídos do mercado de trabalho formal ou atuantes em serviços subalternos ou de baixa remuneração, impossibilitados por sua condição econômica de adquirirem formalmente o direito à habitação em áreas bem localizadas em relação ao trabalho e aos benefícios infra-estruturais urbanos.

Estes atores terminam autoconstruindo, nas franjas da cidade ou nos seus vazios internos, à margem das formalidades do mercado e do Estado, suas alternativas de assentamento em áreas urbanas e, em última instância, de resistência à marginalização social da qual são vítimas. O conhecimento dessa ação dual e segregadora do Estado produz, no imaginário das populações espoliadas, representações acerca das possibilidades futuras, a partir das quais constroem-se seus sonhos e suas ações cotidianas.

A passividade coletiva de mais de uma década de espera pela ação governamental, que tem marcado o dia-a-dia da Vila do Queijo, não deve ser vista como apatia ou como uma incapacidade dos pobres de lutarem abertamente em favor dos seus direitos sociais<sup>100</sup>. Ela é antes uma das muitas formas de resistência à exclusão assumidas pelos pobres urbanos, para a obtenção de mínimos dividendos de um Estado que, tradicional e dialeticamente, atua sobre eles de forma espoliativa e assistencial. Diante da situação que se coloca, as populações excluídas têm a escolha de irem até o Estado, enfrentando-o diretamente e dele cobrar suas obrigações sociais, ou de aguardarem passivamente que o Estado chegue até eles, para daí barganharem por votos sua ação beneficiadora.

Cada caso apresenta sua individualidade, não parecendo válido afirmar, como Lewis (1975), uma homogeneidade nas opções de negociação política das populações marginalizadas. Nem todas optam pela passividade. Portanto, se é possível falar em uma "Cultura da Pobreza"<sup>101</sup>, como "...um conjunto de normas, valores, conhecimentos, crenças e tecnologias que é organizado e utilizado por indivíduos de uma sociedade a fim de permitir sua adaptação ao meio em que vivem" (BERLINK,

---

<sup>99</sup> A esse respeito vide LEFEBVRE (1969).

<sup>100</sup> A esse respeito vide MARSHALL (1967).

1975: 17), seria mais legítimo pensar, de uma forma mais relativizadora, em heterogeneidades culturais, produzidas a partir de uma realidade comum de exclusão. Dessa forma, minimizam-se os riscos de reducionismo, ao passo em que se faz considerar a importância das representações sociais na origem da diversidade das ações coletivas.

---

<sup>101</sup> A esse respeito vide LEWIS (1975).

# **A CAMINHO DA CIDADANIA**

**considerações finais**

A vida nas favelas, apesar de muito estudada, ainda é uma incógnita tanto para as Ciências Sociais quanto para o restante da cidade que não vive ou convive neste tipo de realidade. Isto porque conhecer **uma** favela é bem menos do que conhecer todas elas. Como microcosmos, os espaços favelados são realidades ímpares que se apresentam empiricamente de formas muito particulares. Como diz o poeta, *cada ribanceira é uma nação*<sup>102</sup>. E não é só nas ribanceiras, nos morros, nas encostas, nos alagados e nos mangues que vivem estas pequenas ou grandes *nações*. Cada vez mais distanciados da condição de consumidores do mercado formal de moradia, os pobres urbanos têm erguido estas *nações* em todas as brechas que a cidade lhes apresente. Hoje em dia, até as ruas se tornaram *nações*.

E foi justamente sobre uma destas pequenas e quase esquecidas *nações* que este trabalho se voltou, buscando conhecer um pouco da riqueza que se esconde por trás de um cotidiano marcado por insegurança e esperança, isolamentos e amizades, tristezas e

---

<sup>102</sup>Esta imagem foi tirada da música de Chico Buarque, que se segue, na qual o autor canta a situação das favelas do Rio de Janeiro, marcadas pela presença incriminante do narcotráfico, bem como a relação destas com o restante da cidade, relação que prenuncia situações de violência maiores.

***Estação Derradeira***

<i>Rio de ladeira</i>	<i>Rio do lado sem beira</i>
<i>Civilização encruzilhada</i>	<i>Cidadãos</i>
<i>Cada ribanceira é uma nação</i>	<i>Inteiramente loucos</i>
	<i>Com carradas de razão</i>
<i>À sua maneira</i>	<i>À sua maneira</i>
<i>Com ladrão,</i>	<i>De calção</i>
<i>Lavadeiras, honra, tradição,</i>	<i>Com bandeiras sem explicação</i>
<i>Fronteiras, munição pesada</i>	<i>Carreiras de paixão danada</i>
<i>São Sebastião crivado,</i>	<i>São Sebastião crivado</i>
<i>Nublai minha visão</i>	<i>Nublai minha visão</i>
<i>Na noite da grande</i>	<i>Na noite da grande</i>
<i>Fogueira desvairada</i>	<i>Fogueira desvairada</i>
<i>Quero ver a Mangueira</i>	<i>Quero ver a Mangueira</i>
<i>Derradeira estação</i>	<i>Derradeira estação</i>
<i>Quero ouvir sua batucada</i>	<i>Quero ouvir sua batucada</i>

alegrias, violência e tranquilidade. Da impiedade do Estado, sempre pragmático com os interesses das camadas melhor favorecidas econômica e culturalmente, quase resultaram seu banimento, sua descaracterização, seu esquecimento e seu fim. Arriscados a somarem-se ao lixo da cidade, os moradores da vila por pouco não caíram no esquecimento, mas infelizmente ainda não estão livres desta possibilidade.

A preocupação com o futuro daquelas pessoas e de sua trajetória como coletividade foi uma das razões pelas quais este trabalho se dedicou, dentre outras coisas, a rememorar a história do bairro e nesta história incluir passado e presente da vila. Como diz Chauí (1985), não há nada mais marcante do que a frase, muitas vezes repetida pelos recordadores, “já não existe mais”,

essa frase dilacera as lembranças como um punhal e, cheios de temor, ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde (...) os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida inteira (Op. Cit.: XIX).

E se realmente os preconceitos da funcionalidade vierem a destruir aquela paisagem, ela não será por completo a imagem de um tempo perdido, pois estará aqui retratada e permanentemente rememorada como um fragmento importante e quase imperceptível do rico bairro de Atalaia.

Resta saber quem irá lembrar dos esquecidos. Esquecidos hoje pelo Estado, que se ausenta da totalidade de suas obrigações para com os pobres e surge pronto, impassível e impiedoso quando os ricos assim o reclamam; e esquecidos também pelos segmentos da sociedade aos quais não interessa o seu bem-estar<sup>103</sup>. Estes esquecidos estão aqui lembrados e são o objeto sobre o qual se voltaram as reflexões deste trabalho.

Estes esquecidos, os pobres, são chamados por uma série de nomes que, dentre outras coisas, indicam as suas crescentes características de precariedade material e distanciamento social em relação ao restante da população que não se apresenta no mesmo estado de escassez. Eles são os marginais, os *modernômaes*, os miseráveis, os apartados,

---

<sup>103</sup> Esta idéia foi retirada do depoimento de uma moradora de fora da vila quando se referia aos pobres no Brasil.

os excluídos. Cada uma destas nomenclaturas contém os sentidos implícitos da escassez material, da falta de recursos educacionais, habitacionais e sanitários, dos distanciamentos sociais e da falta de cidadania que marcam a vida dos pobres nas cidades. E é diante desta constatação que cabe perguntar, frente ao que foi visto no decorrer do trabalho em relação às estratégias coletivas de reação à exclusão, até onde vão as possibilidades de inserção social para os pobres que habitam as áreas urbanas nobres. Quais os mecanismos, se é que estes existem, que tornam possível a mediação entre pobres e ricos vizinhos na cidade? Será possível afirmar que as formas coletivas de resistência à exclusão criam cidadania e inserção? Estas são algumas das questões às quais este estudo teve a pretensão, não de responder mas, de apresentar algumas contribuições para que respostas futuras possam ser propostas pelas Ciências Sociais, hoje tão dedicadas ao tema.

A dificuldade nas respostas a estes questionamentos reside na própria complexidade do fenômeno ao qual hodiernamente se tem chamado de exclusão. Conhecer sua amplitude e saber quais as possibilidades apontadas para a (re)inserção dos pobres urbanos é uma tarefa difícil que deve passar antes pela localização conceitual deste fenômeno. Na realidade, para que o uso da expressão **exclusão social** possa ter sentido, faz-se necessário situá-la em relação a algum objeto ou alguma situação da qual indivíduos ou coletividades se encontrem afastados. De outra forma, o conceito de exclusão corre o risco de se transformar, como afirma Demazière (1995), em apenas mais uma facilidade de linguagem "...que mascara uma dificuldade de análise e traduz o embaraço sentido por todos em pensar as transformações sociais em curso" (Op. Cit.: 19). É preciso que se cuide para que a chamada exclusão não atribua aos fenômenos da desigualdade social, da pobreza e das discriminações conteúdos meramente retóricos que resultem na perda de consistência e de credibilidade das análises sociais a estes direcionadas.

Afinal de contas se o conceito de exclusão social surge na literatura científica para responder a um fenômeno novo que não mais a marginalidade ou o desemprego tradicionalmente abordados sob outras categorias, é preciso então que se diga com clareza qual é este fenômeno que tem sido tratado sob o rótulo de novo. Apesar de, como já foi visto anteriormente, Nascimento (1994c) atribuir ao campo das representações sociais a responsabilidade por aquele adjetivo, a impressão sentida no decorrer deste trabalho é a de

que a questão das representações, a despeito de incontestavelmente importante, apresenta-se mais como reflexo do que como causa da iniquidade social contemporânea. E neste campo é preciso que se diferenciem nitidamente causas e efeitos para que as dimensões reais do fenômeno não sejam mascaradas, dificultando sua compreensão.

Arrisco-me aqui a apresentar a hipótese, já desenvolvida por outros autores a exemplo de Forrester (1997), de que o que há de novo no fenômeno da exclusão social, mais do que questões relacionais como empobrecimento e afastamentos sociais, é o fato de que, a nível global e não mais apenas no caso dos países periféricos, o capitalismo tem assumido uma postura (irreversível?) - e não mais uma mera tendência - de supressão maciça do emprego, da qual resultam, como uma avalanche, uma série de outros fenômenos derivados aos quais se tem tido a tendência de tomar por originais. O tão falado desemprego estrutural tende a assumir um conteúdo esvaziado frente ao fato de que, em escala crescente, não há realmente emprego em massa. No mundo atual falar em desemprego é por si só um anacronismo. Afinal, a ausência crescente de oferta de trabalho parece ser muito mais do que o reflexo de uma crise temporária e superável da sociedade de consumo e do modo de produção capitalista; ela se apresenta como a manifestação de um processo muito maior e aparentemente irreversível de mutação, não de uma sociedade, mas de toda uma civilização. Mutações na qual o trabalho perde amplitude e importância, levando em sua derrocada os crescentes contingentes humanos que vivem e sobrevivem de sua espera (Op. Cit.).

Em outros períodos históricos - períodos fundamentados no trabalho como o grande produtor de riquezas - a semântica do desemprego ecoava com sentido, pois correspondia às situações pontuais - menores ou maiores a depender dos fluxos e refluxos do mercado - nas quais indivíduos potencialmente empregáveis e, inclusive, anteriormente empregados encontravam-se afastados de suas ocupações. A estes desempregados Marx (1971) chamou abstratamente de superpopulação relativa, conceito que, dentre outras coisas, refletia sobre sua funcionalidade econômica em cada formação social particular.

Nos dias de hoje, a questão do emprego se apresenta sob outros aspectos que diferem da premissa marxiana não apenas por questões meramente numéricas. Não parece apenas que o contingente destes desempregados - se assim é ainda possível dizer - está

demasiado grande e globalizado em relação a outros tempos, mas principalmente, que as possibilidades reais de reinserção no mundo do trabalho se têm demonstrado muito escassas. O mais sério é que a remota probabilidade de empregabilidade dos crescentes contingentes populacionais sem trabalho não parece estar relacionada apenas às características intrínsecas de desqualificação ou semi-qualificação da mão-de-obra, mas sim ao fato de que estruturalmente o sistema não mais demanda esta força de trabalho. Os desempregados de ontem passam a ser os inimpregáveis de hoje. Mão-de-obra redundante, desnecessária, disfuncional, realmente excluída do mundo do trabalho formal. Até quando a exclusão poderá ser a semântica adequada para fazer referência a uma massa sempre crescente de indivíduos afastados do sistema econômico hegemônico é um outro questionamento que fica até o momento sem resposta. Afinal, novamente volta-se ao fato de que para ser excluído é necessário estar fora de algo do qual outros, em maior número, estão dentro. Até quando os de dentro ainda estarão em maioria cabe à história responder.

Este quadro mais do que circunscrever a exclusão à questão do emprego conduz a novas formas de reflexão sobre a (re)organização da vida social fundamentada na informalidade. A exclusão do mundo do trabalho amplia-se como uma onda para outros domínios da vida social dos quais os indivíduos são pouco a pouco também afastados, formando um círculo vicioso no qual causas e efeitos se misturam sem muita nitidez como as cores de uma tela que não se sabe ao certo a origem. As reflexões centradas nas possibilidades de inserção dos excluídos devem esforçar-se por não sucumbir à ilusão das cores, buscando levar em consideração antes de tudo os sérios determinantes estruturais do fenômeno ao qual fazem referência.

Essas reflexões devem ainda ser pontuais e relacionadas a objetos ou situações frente aos quais os indivíduos se encontrem excluídos. No caso dos pobres urbanos, a exclusão do mundo do trabalho, determinada pelo momento atual do capitalismo junto com as características intrínsecas da força de trabalho, soma-se às condições estruturais do mercado de moradias para determinar os estreitos limites nos quais se inserem as remotas possibilidades de inserção ou reinserção destes indivíduos do ponto de vista material. Sem emprego e, via de regra, sem grandes avanços nos estudos, restam a estas populações poucas alternativas de trabalho que na grande maioria das vezes situam-se à margem da

formalidade. Comércio, biscates e prestações de pequenos serviços são algumas das mais comuns válvulas de escape destes grupos para a falta de dinheiro nas cidades, espaços ainda muito procurados por quem tem dificuldade de sobreviver nas zonas rurais.

Por outro lado, a forma como se apresenta o mercado imobiliário formal - centrado em um arraigado processo de especulação no qual a propriedade imobiliária cada vez mais se distancia da grande maioria da população - conduz os mais pobres a encontrarem, novamente na informalidade, alternativas para a moradia. Auto-construindo a cidade, os indivíduos excluídos do mundo do trabalho conseguem inserir-se nas brechas das diversas configurações urbanas e nelas erguem o seu cotidiano. Cotidiano marcado por precariedade, escassez e mistos de esperança e desespero.

As possibilidades de inserção sócio-cultural, contudo, parecem apresentar-se um pouco menos pessimistas do que as anteriores, porque levam em consideração questões de ordens mais subjetivas. Como pôde ser visto no caso dos moradores da Vila do Queijo, a falta de estudo, grande marca social dos adultos, por enquanto parece apresentar tendências regressivas em relação às crianças. Morar na zona Sul, em oposição ao abandono e à distância espacial das periferias, é um facilitador para que as crianças frequentem a escola, mesmo que tenham que dedicar um período do dia para o trabalho. E frequentar a escola até os níveis finais - coisa que dois moradores da vila têm feito - é abrir portas para uma futura ascensão social, que pode resultar, dentre outras coisas, na possibilidade de melhoria nas condições materiais de vida e de moradia.

Resta, contudo, saber quantas destas crianças permanecerão na escola até a conclusão de seus estudos. Diante da possibilidade de saída da zona Sul, as chances de evasão escolar ampliam-se por uma série de dificuldades que as áreas periféricas apresentam: precariedade das escolas, violência nas escolas e nas ruas, distância entre os locais de moradia, estudo e trabalho, e tantas outras características que podem apontar alguns indicadores causais para o fato, raro entre as populações pobres, de todas as crianças da vila em idade escolar estarem estudando.

Mas não é só pelo estudo que se ampliam as possibilidades de inserção, do ponto de vista social, dos pobres urbanos. O trabalho, como pôde ser visto no decorrer deste estudo, também abre algumas portas para as relações interpessoais altamente

distanciadas entre eles e as pessoas dos estratos sociais mais elevados, na medida em que cria no imaginário destes imagens positivas em relação àqueles, que se contrapõem à toda negatividade que via de regra é associada aos pobres. Pela via do trabalho, não necessariamente formal, os indivíduos passam a ter certo reconhecimento social, do qual decorre a abertura de algumas frentes de contato. Pelos dados apresentados no presente estudo pode-se afirmar que o trabalho é um dentre outros possíveis mecanismos na mediação das relações interpessoais entre ricos e pobres vizinhos.

Aqui, contudo, é preciso que se faça uma importante ressalva. As generalizações em relação aos domínios privados da vida social são bastante perigosas, porque tendem a apresentar armadilhas nas quais os pesquisadores podem ser tentados a cair.

O caso da Vila do Queijo fornece um bom exemplo disto. Apesar de haver uma inesperada disseminação de amizades externas, a verdade é que estas são relações individuais que, em momento algum podem ser estendidas aos moradores como um todo, a menos que esta generalização constitua, como no caso deste estudo, um recurso metodológico para facilitar a compreensão das dimensões da exclusão do ponto de vista social. As relações de amizade em todos os domínios da vida social possuem um forte componente causal individual que dificulta as análises sobre as possibilidades de inserção social dos pobres na vida de seus vizinhos de classes mais elevadas. Além disso, os círculos sociais tendem a limitar as possibilidades de inter-relações individuais, pois atuam como campos<sup>104</sup> nos quais os indivíduos dotados de capital específico têm maiores possibilidades de fluxo e aceitação do que os que não pertencem àquele círculo. Em outras palavras, isso corresponde a dizer que, mesmo nos outros estratos da sociedade, as possibilidades de contato e convívio possuem uma certa delimitação social que tende a unir determinadas pessoas e afastá-las de outras.

Esta ressalva, contudo, não pretende subestimar o peso das representações nas aberturas e barreiras sociais. Mesmo que as amizades sejam relações que, em última instância, decorram de questões meramente individuais, elas não deixam de possuir um forte conteúdo social, na medida em que são permitidas ou não por um conjunto de

---

<sup>104</sup> A respeito da Teoria dos Campos vide BOURDIEU (1994 e 1989).

valores e crenças de expressão individual mas de composição nitidamente social. Em outras palavras, isso corresponde a dizer que a consciência coletiva<sup>105</sup> é o substrato último das consciências individuais, ou que são as representações socialmente elaboradas que conduzem as ações dos sujeitos em relação aos objetos representados, representações que por sua vez têm a materialidade do objeto como substrato. As discriminações e os preconceitos que via de regra impedem os contatos individuais entre os mundos de pobres e ricos são construções sociais que barram ou ao menos dificultam a construção das vontades individuais. Novamente o trabalho aparece como o mediador entre dois mundos - neste caso o social e o individual - na medida em que fornece subsídios positivos para a construção das representações a respeito dos pobres, minimizando desta forma as barreiras socialmente impostas ao contato com a heterogeneidade.

Por fim, é necessário que se reflita sobre as possibilidades de inserção dos excluídos sob o ponto de vista político. A discussão sobre a exclusão política assume certa dificuldade na realidade brasileira, na medida em que todos os indivíduos maiores de 16 anos são por lei considerados cidadãos, sendo portadores do direito ao voto e os maiores de 18 podendo também ser eleitos. A condição de eleitor atribuído ao brasileiro pobre, mais especificamente o favelado, uma noção distorcida de cidadania e de inserção política. Na verdade, a cidadania passa apenas tangencialmente pela questão eleitoral. Há muitas outras esferas da vida coletiva nas quais esta deve se manifestar para ser reconhecida como tal.

Segundo Marshall (1967), a cidadania é um conjunto de direitos e deveres civis, sociais e políticos dos membros de uma sociedade que, para tal, devem compartilhar de um *status* de igualdade formal entre si. Sob vários aspectos os pobres urbanos se encontram marginalizados frente à condição de cidadãos, mas o que parece afigurar-se como o principal deles é o que diz respeito à igualdade formal entre os homens. Esta figura de retórica por mais que objetive unificar as distâncias sociais não tem tido poder suficiente para criar nos planos material e imaginário condições para a sua auto-viabilização. Como diz Kowarick (1993: 91), “a precariedade das condições de vida, por si só, já torna temerário classificar o favelado como um cidadão urbano”. Afinal, dentre o conjunto de direitos sociais assegurado aos cidadãos estão “todos aqueles que devem

---

<sup>105</sup> A esse respeito vide DURKHEIM (1977).

repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano - alimentação, educação, saúde, etc.” (MANZINI-COVRE, 1996: 14/15). Todos os que, via de regra, faltam total ou parcialmente aos moradores de favelas.

Mas não é apenas sob o ponto de vista dos direitos sociais que os moradores de favelas têm sua cidadania comprometida. Seus direitos civis, que dizem respeito ao direito de dispor do próprio corpo, de ir e vir livremente, etc., encontram-se constantemente ameaçados pela vigilância policial sobre os indivíduos supostamente marginais e perigosos, aos quais os agentes do aparelho repressor do Estado “decidem torturar ou executar (...) num processo de profilaxia social, considerando que determinados homens não valem nada, não passam de números” (Op. Cit.: 13).

A vigilância dos “cidadãos de bem”, contribuintes “acima de qualquer suspeita”, também corrobora o comprometimento da já enfraquecida cidadania dos pobres, na medida em que aqueles atentos observadores estão sempre prontos para recorrerem a ajuda policial diante das situações consideradas ameaçadoras. E nos espaços favelados aonde a privacidade é pública, muita coisa pode ser tomada como ameaça.

A insegurança interna das favelas, percebida nas precárias habitações e na heterogeneidade sócio-cultural à qual abriga, também compromete os direitos civis dos moradores, na medida em que põe cotidianamente em risco sua integridade física. Em muitos casos, sobretudo nas grandes metrópoles, são os moradores das favelas que mais sofrem com a violência urbana, tanto porque são vítimas do preconceito e da repressão policial quanto porque têm que viver sob a lei de medo e silêncio imposta pelos criminosos com quem convivem.

Apenas em relação aos direitos políticos, em virtude do voto, é que se pode dizer que os pobres que habitam as favelas não se encontram totalmente excluídos de cidadania. Contudo, não é de todo correto afirmar sua cidadania apenas em função dos direitos de votar e ser votado. As outras formas de reivindicação social que não passam pelas associações político-partidárias, as que dizem respeito às lutas pontuais, como é o caso das associações de moradores, dos movimentos de Sem-Teto, etc., têm sido tratadas

com tal nível de repressão, física e moral<sup>106</sup>, que fica difícil visualizá-las como um direito real e não apenas formal.

O quadro político nacional no qual se inserem as demandas das classes espoliadas, marcado por mesclas de violência, repressão e abandono, conduz os indivíduos a diferentes estratégias de enfrentamento e de negociação com o Estado. Estas, variam dos atos mais estremados de invasões de terras, depredações e outras formas de pressão fundamentadas na violência física, até a passividade demonstrada pelos moradores da Vila do Queijo, passando ainda por negociações formais e por manifestações públicas de alerta, repúdio ou busca de apoio.

A forma como cada grupo favelado conduz sua ação coletiva frente às demandas urbanas também, a exemplo de outras atitudes, parece ser mediada pela questão das representações sociais. A maneira como empiricamente os governos tratam a questão da moradia informal atua como elemento importante na construção imaginária de limites e possibilidades de ação e reação frente ao Estado.

No caso da Vila do Queijo parece nítido que a opção coletiva pela passividade à espera de melhores condições futuras de moradia teve forte influência das políticas públicas pretéritas, as quais apresentaram um assistencialismo caracteristicamente moroso mas eficaz. Mesmo que demorasse anos era quase certo que as “graças” do Estado chegariam também a Atalaia. Entretanto, quando deparados com uma nova forma de ação do poder público, na qual não mais visualizavam possibilidades de melhorias, a política da reação passiva até então vigente se alterou dando origem a outras estratégias menos passivas.

É difícil saber em que medida as variadas estratégias de reação à exclusão política contribuem para a inserção social, porque, como já foi visto, esta é uma questão altamente complexa de difícil resolução. De qualquer forma, é possível afirmar que na medida em que estas estratégias são produções de ações coletivas, elas tendem a atuar em favor da construção da cidadania, porque fazem com que os indivíduos passem da

---

<sup>106</sup> A proposta do Município aracajuano de transferir os moradores da Vila do Queijo para a área da antiga lixeira municipal e os últimos conflitos entre sem-teto e polícia na cidade de São Paulo, nos quais alguns manifestantes foram baleados, são dois bons exemplos das diferentes formas que a repressão pode se apresentar para as populações pobres.

condição de meros receptores, para a de “sujeitos daquilo que podem conquistar” (Op. Ci.: 11), já que a condição de cidadão implica, dentre outras coisas, uma luta constante pela efetivação do conjunto de direitos que apenas teoricamente é assegurado aos homens em sociedade. A conquista efetiva destes direitos é fruto de trabalho coletivo e cotidiano, não sendo uma condição espontaneamente imputada igualmente aos atores sociais. É no cotidiano e na coletividade que se constróem as chances para a cidadania, para o reconhecimento e, quem sabe também, para a inserção social.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. "Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação". In: EM ABERTO. Brasília, nº 161, ano 14, 1994.
- AMIN, Samir. "O Capitalismo e a Renda Fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura". Mimeo, 1974.
- AMMANN, Safira Bezerra. "Excluídos Sim. Invasores Não". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e Metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Edunb / CODEPLAN, 1987.
- ARACAJU. Séries Monografias Municipais. Governo de Sergipe, Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) / Instituto de Economia e Pesquisas (INEP) / SUDENE. Aracaju, 1983.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2ed. SP, Hucitec, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. SP, Martins Fontes, 1990.
- BERLINK, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ed. SP, T.A. Queiroz/Edusp, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Lições de Aula*. 2ed. SP, Ática, 1994.
- BUARQUE, Cristóvão. "A Diáspora da Modernidade". In: BURSZTYN, Marcel & ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. RJ/ Brasília, Garamond / CODEPLAN, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Que é Apartação*. RJ, Brasiliense, 1994.
- BURSZTYN, Marcel & ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. RJ, Garamond / Brasília, CODEPLAN, 1997.

- CABRAL, Mario. *Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade*. Aracaju, 1948.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana". In: NOVOS ESTUDOS. RJ, CEBRAP, nº 47, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 6ed. SP, Companhia das Letras, 1994.
- CAVALCANTI, Marly. "Confrontações Políticas e o Planejamento Urbano-Habitacional em Debate". In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu de & CAVALCANTI, Marly (Orgs.). *Planejamento Urbano em Debate*. SP, Cortez e Moraes, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. "Apresentação". In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ed. SP, T.A. Queiroz/Edusp, 1987.
- DAVIDOVICH, Fany. "Urbanização Brasileira: tendências, problemas e desafios." In: ESPAÇO & DEBATE - Revista de Estudos Regionais e Urbano. SP, NERU, nº 13, ano IV, 1984.
- DEMAZIÈRE, Didier. *Sociologie du Chomage*. Paris, Edition La Déconverte, 1995.
- DURHAM, Eunice. "A Sociedade Vista da Periferia". In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. SP, ANPOCS, nº1, vol. 1, 1986.
- DURKHEIM, Émile. *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa, Editorial Presença / SP, Livraria Martins Fontes, 1977.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. RJ, IBGE, volume IV, 1958.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 12 ed. RJ, Editora Bertrand, 1991.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. RJ Zahar, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*. RJ, Zahar, 1968.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Vol. 4. Aracaju, 1991.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. SP, Editora Universidade Estadual Paulista, 1997.

- GIUSTI, Jorge. "Rasgos Organizativos en el Poblador Marginal Urbano Latinoamericano". In: REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA. México, UNAM/ Instituto de Investigaciones Sociales, vol. XXX, nº 1, 1968.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed. RJ, Editora Guanabara Koogan, 1988.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. RJ, Forense-Universitária, 1987.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. SP, Edusp, 1993.
- GOVERNO DE SERGIPE, Secretaria de Obras Públicas. *Complexo Habitacional Taiçoca - Plano de Aproveitamento da Área*. Curitiba, 1984.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas: banditismo rural e urbano*. RJ, Edições Graal, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. SP, Vértice, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. 2ed. RJ, Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. 2ed. RJ, Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: passado e presente (Org.)*. RJ, Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. SP, Editora Documentos, 1969.
- LEWIS, Oscar. *Antropologia de La Pobreza: cinco familias*. 6ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1972.
- \_\_\_\_\_. *La Vida. Una Familia Puertorriqueña en la Cultura de la Pobreza: San Juan y Nueva York*. 4ed, México, Mortiz, 1975.

- LISBOA, L. Clodomir Silva. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju, Lente de Geographia Geral e de Chorographia do Brazil, 1897.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. SP, Martins Fontes, 1981.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 5ed. Petrópolis, Vozes, 1990.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é Cidadania*. 2ed. SP, Brasiliense, 1996.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. RJ, Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, José de Souza. "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária". In: *Os Camponeses e a Política no Brasil - as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. 2ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã - teses sobre Feuerbach*. SP, Editora Moraes, 1994.
- MARX, Karl. *O Capital*. RJ, Civilização Brasileira, 1971.
- MENDONÇA, José Antônio Nunes. *A Educação em Sergipe*. Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1958.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, Povo e Poder*. 2ed. RJ, Paz e Terra, 1985.
- MOSCOVICI, Serge. *La Psychanalyse son Image et son Public*. Paris, Presses Universitaires des France, 1961.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. "Exclusão: a nova questão social". In: PROPOSTA. RJ, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, nº 61, ano 22, 1994a.
- \_\_\_\_\_. "Exclusão Social: as múltiplas dimensões do fenômeno". In: SÉRIE SOCIOLÓGICA. Brasília, Departamento de Sociologia da UnB, nº111, 1994b.
- \_\_\_\_\_. "Hipóteses sobre a Nova Exclusão Social". In: CADERNO CRH. Salvador, nº 21, 1994c.

- \_\_\_\_\_. “Modernidade Ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão”. In: PROPOSTA. RJ, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, nº 65, ano 23, 1995.
- NASSER, Ana Cristina Arantes. “*Sair para o Mundo*” - Trabalho, Família e Lazer: relação e representação na vida dos excluídos. Tese de doutoramento. SP, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1996.
- NUN, José. “Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Massa Marginal”. In: REVISTA LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. Buenos Aires, Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torcuato Di Tella. Vol V, nº 2, 1969.
- OLIVEIRA, Maria Luíza Peluso de. “Contradições e Conflitos no Espaço de Classes: centro versus periferia”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e Metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Edunb / CODEPLAN, 1987.
- OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de & SILVA, Tânia Elias Magno da. *Favelamento/Desfavelamento em Aracaju: a invasão do conjunto Almirante Tamandaré*. Relatório Final de Iniciação Científica, mimeo, 1994.
- PAVIANI, Aldo. *Brasília a Metrópole em Crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília, Edunb, 1989.
- PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. 2ed. SP, Livraria Pioneira Editora, 1978a.
- \_\_\_\_\_. *Populações Marginais* (Org.). SP, Duas Cidades, 1978b.
- \_\_\_\_\_. *Urbanização e Subdesenvolvimento* (Org.). 3ed. RJ, Zahar Editores, 1976.
- PORTO, Fernando (Org.). *Cidades, Vilas e Povoados*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1940.
- \_\_\_\_\_. *A Cidade do Aracaju -1855/1865: ensaio de evolução urbana*. 2ed. Aracaju, Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

QUIJANO, Aníbal Obregon. "Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamérica". In: REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA. México, UNAM / Instituto de Investigaciones Sociales, vol. XXX, nº 3, 1968.

\_\_\_\_\_. "La Formation d'un Univers Marginal dans les Villes d'Amérique Latine". In: ESPACES ET SOCIÉTÉS. Paris, nº 3, 1971.

\_\_\_\_\_. "Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social". In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações Marginais*. SP, Duas Cidades, 1978.

REICH, Robert. *O Trabalho das Nações - preparando-nos para o capitalismo do século XXI*. SP, Educator, 1994.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz & PECHMAN, Robert M. *O Que é Questão da Moradia*. São Paulo, Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

ROCHA, Daniela Naves de Castro. *Política e Mídia: uma trilha na compreensão sociológica*. Dissertação de mestrado. Brasília, Departamento de Sociologia, ICH/UnB, 1996.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O Que é Etnocentrismo*. 11ed. São Paulo, Brasiliense, 1994a.

ROCHA, Sônia. "Renda e Pobreza nas Metrôpoles Brasileiras". In: RIBEIRO, L. C. de Queiroz & JUNIOR, O. A. dos Santos (Orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. RJ, Civilização Brasileira, 1994b.

ROLNIK. "Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & JUNIOR, Orlando Alves dos Santos (Orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. RJ, Civilização Brasileira, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Que é Cidade*. SP, Brasiliense, 1988.

- SAMPAIO, Danilo Dias. *O Homem do Campo no Processo de Favelamento das Periferias de Aracaju*. Monografia de bacharelado. Aracaju, Departamento de Geografia, CECH/UFS, 1986.
- SANTOS, José Domingos dos. *A Invasão do Matadouro: estudo de um caso de uma favela da zona norte de Aracaju*. Monografia de bacharelado. Aracaju, Departamento de Geografia, CECH/UFS, 1988.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. SP, HUCITEC, 1993.
- SCHMIDT, Benício & FARRET, Ricardo. *A Questão Urbana*. RJ, Zahar, 1986.
- SOUZA, Nair Heloísa Bicalho de. *Os Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- TASHNER, Suzana Pasternak. "Conhecendo a Cidade Informal". Mimeo (s/d).
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado - história oral*. SP, Paz e Terra, 1992.
- TOURAINÉ, Alain. "La Marginalidad Urbana". In: REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGIA. México, UNAM / Instituto de Investigaciones Sociales, vol. XXXIX, nº 4, 1977.
- VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana*. 3ed. RJ, Zahar Editores, 1978.
- VIDAL, Léa Ewerton. *Trabalho Informal e Cidadania: representações sociais dos vendedores ambulantes de alimentação em Brasília*. Dissertação de mestrado. Brasília, Departamento de Sociologia, ICH/UnB, 1996.
- XIBERRAS, Martine. *Le Theories de L'Exclusion*. 3ed. Paris, Méridiens Klincksieck, 1994.

# ANEXOS

**QUESTIONÁRIO - QUANDO A CIDADE CHEGA À PRAIA**

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

Data da pesquisa: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Sexo: ( ) M ( ) F

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Endereço: \_\_\_\_\_

**5. Situação conjugal:**

- a) Casado (a) (religioso/civil/união informal)
- b) Solteiro (a)
- c) Viúvo (a)
- d) Separado (a) (desquitado/divorciado/separado)

**6. Grau de escolaridade:**

- a) Analfabeto / nunca estudou
- b) Primário incompleto (1ª a 4ª série incompletas)
- c) Primário completo (4ª série completa)
- d) Ginásio incompleto (5ª a 8ª série incompletas)
- e) Ginásio completo (8ª série completa)
- f) Secundário incompleto (1º a 3º ano incompleto)
- g) Secundário completo (3º ano completo)
- h) Nível superior incompleto
- i) Nível superior completo

**DADOS RELATIVOS À MIGRAÇÃO E À VILA****7. Local de nascimento**

- a) Aracaju
- b) Interior de Sergipe \_\_\_\_\_
- c) Interior de outro estado \_\_\_\_\_
- d) Capital de outro estado \_\_\_\_\_

**8. Quais foram os três últimos lugares em que você morou (do mais recente ao mais antigo)?**

	Estado	Cidade	Bairro	(1) Z. rural / (2) Z. urbana
Último	_____	_____	_____	_____
Penúltimo	_____	_____	_____	_____
Ante-penúltimo	_____	_____	_____	_____

**9. Qual a situação da sua última moradia?**

- a) Alugada
- b) Própria
- c) Empréstada
- d) Casa de parentes / amigos
- e) Ocupação (invasão)
- f) Outros \_\_\_\_\_

**10. Quais dos itens da lista abaixo existiam no último local em que você morou?**

- |   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| a) Ônibus   | g) Coleta de lixo                    |
| b) Escola pública                                     | h) Posto policial                    |
| c) Iluminação nas ruas (postes)                       | i) Posto de saúde / hospital público |
| d) Luz elétrica em casa (ligação regular da ENERGIPE) | j) Posto telefônico / orelhão        |
| e) Água encanada (DESO)                               | k) Rua calçada / asfaltada           |
| f) Rede de esgoto                                     | l) Área de lazer (praças / parques)  |

11. Há quanto tempo você vive aqui na vila? \_\_\_\_\_

12. Por que você veio morar aqui? \_\_\_\_\_

13. Você acha que alguma coisa melhorou na sua vida depois que você veio morar aqui?

- a) SIM                                      b) NÃO

14. Se SIM, o quê? \_\_\_\_\_

15. Existe alguma coisa que você não gosta na vila?

- a) SIM                                      b) NÃO

16. Se SIM, o quê?

- |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| a) Vizinhos             | e) Brigas             |
| b) Calor                | f) Tamanho das casas  |
| c) Sujeira              | g) Falta de segurança |
| d) Falta de privacidade | h) Outros _____       |

17. Você mora em casa:

- a) Própria (comprou de alguém)  
 b) Alugada  
 c) Ocupada (invadida)  
 d) Emprestada / cedida  
 e) Outros \_\_\_\_\_

**DADOS RELATIVOS À CASA**

18. Número de cômodos da casa? Total: \_\_\_\_\_

- |           |             |                 |
|-----------|-------------|-----------------|
| a) Quarto | c) Cozinha  | e) Outros _____ |
| b) Sala   | d) Banheiro |                 |

19. Destino dos dejetos sanitários:

- |                             |                                |
|-----------------------------|--------------------------------|
| a) Sanitário dentro de casa | d) Deposita os dejetos no mato |
| b) Sanitário fora de casa   | e) Deposita os dejetos no mar  |
| c) Sanitário coletivo       | f) Outros _____                |

20. De onde vem a água que você consome em casa?

- |   |                           |
|---|---------------------------|
| a) Da DESO (água encanada em casa)        | d) Armazena água da chuva |
| b) Poço/cisterna/cacimba/fonte pública    | e) Carro-pipa             |
| c) Da casa de vizinhos ou amigos próximos | f) Outros _____           |

**21. O que você faz com o lixo de casa?**

- a) Joga no mato / rua
- b) Queima
- c) Enterra
- d) Coloca em sacos ou tonéis para ser recolhido pelo lixeiro
- e) Outros \_\_\_\_\_

**22. Quais dos itens desta lista você possui em casa e em qual quantidade?**

- a) Rádio / aparelho de som
- b) Televisão I. Em cores II. Preto e branco
- c) Geladeira I. Elétrica II. A gás
- d) Fogão a gás
- e) Ferro elétrico
- f) Liquidificador
- g) Ventilador

**QUESTÕES PARA OBSERVAÇÃO DO PESQUISADOR****23. Tipo de piso (as opções não são exclusivas):**

- a) Tijolo
- b) Cimento
- c) Areia / terra batida
- d) Madeira
- e) Pedra
- f) Cerâmica
- g) Outros \_\_\_\_\_

**24. Tipo de parede (as opções não são exclusivas):**

- a) Madeira / madeirite
- b) Zinco / flandre
- c) Plástico / papelão
- d) Taipa / sopapo
- e) Palha
- f) Alvenaria
- g) Outros \_\_\_\_\_

**25. Tipo de cobertura (as opções não são exclusivas):**

- a) Palha
- b) Madeira
- c) Telha cerâmica
- d) Laje
- e) Zinco / eternit
- f) Plástico / lona
- g) Outros \_\_\_\_\_

**RELAÇÕES SOCIAIS INTRA E EXTRA-COMUNITÁRIAS**

**26. Como se chama este lugar que você mora?** \_\_\_\_\_

**27. As pessoas que moram aqui brigam entre si:**

- a) Sim, muito
- b) Sim, ocasionalmente
- c) Não, nunca

**28. Na sua opinião, por que acontecem as brigas aqui?**

- a) Bebida
- b) fofoca
- c) Questões de terra / casa
- d) Briga de marido e mulher
- e) Outros

**29. Existem atritos entre as pessoas da vila e quem mora fora da vila?**

- a) SIM
- b) NÃO

**30. Se SIM, por que?** \_\_\_\_\_



**DADOS RELATIVOS AOS MORADORES**

49. Nome	50. Sexo	51. Idade	52. Parentesco	53. Local de nascimento		54. Tempo que mora na vila	55. Último local de moradia		56. Zona rural ou urbana	57. Frequenta escola	58. Se NÃO, escolaridade
				Cidade	UF		Cidade	UF			

**DADOS RELATIVOS A ESCOLARIDADE**

59. Nome de quem vai à escola	60. Série que frequenta	61. Nome da escola	62. Pública ou particular	63. Turno	64. Bairro onde fica a escola	65. Como vai à escola

**DADOS RELATIVOS A TRABALHO E RENDA**

66. Quem é o chefe da família? \_\_\_\_\_

67. Qual a profissão do chefe da família? \_\_\_\_\_

68. O chefe da família:

- a) Tem emprego permanente
- b) Está desempregado / não contribui para o sustento da família
- c) Trabalha por conta própria / faz bicos
- d) Aposentado / pensionista
- e) Vive de renda (imóvel, investimentos, etc.)
- f) Outros \_\_\_\_\_

69. Caso o chefe da família trabalhe, o que ele faz? \_\_\_\_\_

70. Onde ele trabalha? \_\_\_\_\_

71. Quanto ele ganha por mês? \_\_\_\_\_

72. Além do trabalho ele tem outra fonte de renda?

- a) SIM
- b) NÃO

73. Se SIM, qual e quanto ganha? \_\_\_\_\_

**TRABALHO E RENDA**  
**PESSOAS DA CASA QUE TÊM EMPREGO PERMANENTE**

74. Nome das pessoas que têm emprego	75. Profissão	76. Onde trabalha	77. O que faz	78. Há quanto tempo tem esse emprego	79. Quanto ganha por mês	80. Possui outra fonte de renda	81. Qual	82. Quanto ganha por mês	83. Há quanto tempo tem essa renda

**TRABALHO E RENDA**  
**PESSOAS QUE AJUDAM NO SUSTENTO DA CASA MAS NÃO TEM EMPREGO PERMANENTE**

84. Nome de quem trabalha mas não tem emprego	85. Já teve algum emprego	86. Se SIM, há quanto tempo	87. Qual foi o último emprego	88. Em que trabalha atualmente	89. Onde trabalha	90. Quanto ganha por mês	91. Possui outra fonte de renda	92. Se SIM, qual	93. Quanto ganha por mês



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

**LEI N. 873/82**  
DE 1 DE OUTUBRO DE 1982

ESTABELECE NOVA DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DE ARACAJU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACAJU:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovada a nova delimitação dos Bairros da Cidade de Aracaju, conforme planta nº. 1 que a esta acompanha, integrada por trinta e cinco (35) Bairros e uma (01) Zona de Expansão.

Parágrafo Único - A delimitação de que trata o "caput" deste artigo, tem como objetivos básicos:

- I -- O disciplinamento e controle do processo de ocupação espacial do território integrado pelo Município de Aracaju;
- II - O planejamento urbano e a ordenação dos eixos de crescimento da Cidade;
- III - O delineamento de uma política mais equitativa de distribuição dos equipamentos urbanos na Cidade;
- IV - Permitir o estabelecimento de diretrizes sócio-econômicas, notadamente no que diz respeito ao uso do solo e a uma melhor descentralização das ações do Governo Municipal;
- V -- Facilitar o desenvolvimento de programas e projetos em áreas definidas;
- VI - Permitir o acompanhamento da expansão urbana em cada área delimitada nesta Lei, possibilitando com isso um melhor



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

**LEI N. 873/82**

DE 1 DE OUTUBRO DE 1982

diagnóstico de suas necessidades e orientando o Poder Público Municipal no procedimento de suas intervenções.

Art. 2º - Fica estabelecidas as seguintes delimitações para os Bairros de Aracaju:

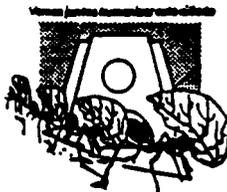
I - ATALAIA - Toda a área situada dentro do seguinte limite:

- Trecho da margem do Oceano Atlântico iniciando na linha imaginária prolongamento da rua Atalaia até a rua que passa ao lado da PETROBRÁS (TECARMO);
- Toda a rua que passa ao lado da PETROBRÁS (TECARMO);
- Trecho da Av. Melício Machado prolongando-se em linha imaginária até a rua do Saquinho;
- Linha imaginária prolongamento da Av. Melício Machado;
- Toda a rua do Saquinho;
- Linha imaginária prolongamento da rua Atalaia;
- Toda a rua Atalaia;
- Linha imaginária prolongamento da rua Atalaia até a margem do Oceano Atlântico.

II - AEROPORTO - Toda a área situada dentro do seguinte limite:

- Trecho da Faixa de Servidão do Oleoduto iniciando na Rodovia dos Naufragos até o Canal Santa Maria;
- Trecho do Canal Santa Maria iniciando na Faixa de Servidão do Oleoduto até a Av. Contorno Sul;
- Trecho da Av. Contorno Sul iniciando no Canal Santa Maria até a rua José Rodrigues;
- Trecho da rua José Rodrigues iniciando na Av. Contorno Sul até a linha imaginária prolongamento da Av. Melício Machado;
- Linha imaginária prolongamento da Av. Melício Machado;
- Trecho da Av. Melício Machado iniciando no seu prolongamento até a Faixa de Servidão do Oleoduto.

III - FAROLÂNDIA - Toda a área situada dentro do seguinte limite:



FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

### ANÁLISE SOCIAL DA SITUAÇÃO DOS MORADORES

LOCAL: Rua Braúlio Costa - Atalaia

DATA: 18 de dezembro de 1995.

A população residente na área é constituída por 90 pessoas, onde 46 são crianças e 44 adultos.

São trabalhadores do mercado informal, onde desempenham funções, como: vendedores ambulantes (58,7%) que comercializam queijo assado e amendoim na praia, diaristas (12,5%), servente (8,3%) e outros.

As crianças também são inseridas na venda ambulante de queijo e amendoim na praia, contribuindo para o sustento da família, cuja renda não ultrapassa o salário mínimo.

As crianças em idade escolar frequentam escolas públicas (Petronio Portela, Anísio Teixeira e Santos Dumont), porém a maioria não está matriculada na rede escolar.

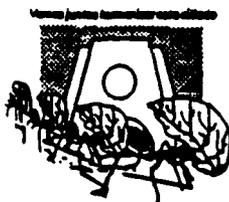
Os barracos são em nº de 27, são construídos de madeira, barro, telhas de eternit e sucatas em geral, medindo em média 4m<sup>2</sup>.

Dentre os entrevistados, apenas 02 moradores não são proprietários, pagando aluguel que varia de R\$ 20,00 a R\$ 40,00.

Os proprietários, têm em média 10 a 15 anos de moradia no local, sendo que os mais antigos já perfazem mais de 20 anos que ocupam a área, segundo os depoimentos.

#### \* OBSERVAÇÃO:

A FMTAS, está realizando no local uma pesquisa para estudo e diagnóstico sócio-econômico das famílias.



FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

### 25 QUESTIONÁRIO

LOCAL - Rua Braúlio Costa - Atalaia

Nº de Barracos - 27

#### TABELA I

#### DISTRIBUIÇÃO QUANTO A IDADE

IDADE (anos)	Nº ABSOLUTO	%
0 - 6	21	50,0
7 - 13	17	40,5
14 - 17	04	9,5
TOTAL	42	100

IDADE (anos)	Nº ABSOLUTO	%
18 - 24	10	41,8
25 - 31	04	16,6
32 - 38	04	16,6
39 - 44	03	12,5
+44 anos	03	12,5
TOTAL	24	100

OBS: 24 pessoas sem informações de idade 20 adultos

04 crianças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

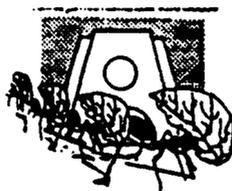
TABELA II - NÚMERO DE FILHOS P/FAMÍLIA

Nº DE FILHOS	Nº ABSOLUTO	%
0 - 1	08	33,3
2 - 3	10	41,8
4 - 5	04	16,6
6 - 7	02	8,3
TOTAL	24	100

OBS: 03 pessoas sem informações

TABELA III - OCUPAÇÃO

OCUPAÇÃO	Nº ABSOLUTO	%
Ambulante (vendedor de queijo e amendoim na praça)	14	58,7
DIARISTA	03	12,5
SERVENTE	02	8,3
APOSENTADO	01	4,1
PEDREIRO	01	4,1
PENSIONISTA	01	4,1
PESCADOR	01	4,1
N TRABALHA (recebe ajuda de um amigo)	01	4,1
TOTAL	24	100



FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

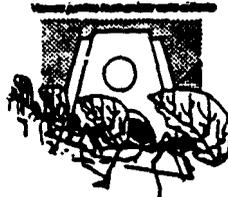
TABELA IV - QUANTO A RENDA

RENDA PESSOAL	Nº ABSOLUTO	%
Abaixo de um S. Mínimo	04	16,6
Um Salário Mínimo	16	66,8
Mais q/um S. Mínimo	04	11,6
TOTAL	24	100

OBS: 02 pessoas sem informações

TABELA V - PROCEDÊNCIA

PROCEDÊNCIA	Nº ABSOLUTO	%
INTERIOR DO ESTADO	08	33,3
CAPITAL	07	29,3
BAHIA	08	33,3
PERNAMBUCO	01	4,1
TOTAL	24	100



FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS MORADORES POR BARRACO

LOCAL: Rua Braúlio Costa (Atalaia)

Nº DE ORDEM	NOME
01	Cândido Jovino Coroa
02	José Cícero do Sacramento
03	José Evangelista de Jesus
04	Sirlene de Lima Pereira
05	Luzimar Costa Santos
06	Maria Célia Santos de Jesus
07	Damiana Alves dos Santos
08	Maria Zenia S. de Jesus
09	Maria Anita do S. Santos
10	Josefa de Matos
11	Mã José do Sacramento
12	Valdice Clemente dos Santos
13	Ailson Marques do Sacramento
14	Maria de Fátima Santos
15	Décio dos Santos
16	Joselito de Jesus
17	Mã José dos Santos
18	José Jailton de Oliveira
19	Mã Francisca de Aquino
20	Mã José dos Santos
21	Mirian Avelina Costa dos Santos
22	Maria de Lourdes Santos
23	Antonio César Reis

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SERGIPE  
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS  
ULTIMAS SITUACOES PELO NUMERO DO PROCESSO

PAG ..: 000001  
DATA ..: 05/03/97  
HORA ..: 14:52:18

=====< Identificacao do Processo >=====

PROC.: 9310300636 PERDAS E DANOS 3A. VARA CIVEL  
REQUERENTE.....: MARCONE DE MENEZES FONTES  
ADVOGADO.....: JANILDO HONORIO DA SILVA  
REQUERIDO.....: MUNICIPIO DE ARACAJU  
ADVOGADO.....:

DISTRIBUICAO EM.: 08/JAN/93 PROC.: ANDAMENTO REG. CART...: 012.515

=====< Movimentacoes do Processo >=====

| DATA..: 09/SET/94 PROCESSO ESTA COM: CARTORIO |  
JUNTE-SE.
DATA..: 03/OUT/95 PROCESSO ESTA COM: CARTORIO
J.AOS AUTOS RESPECTIVOS A CONCLUSAO .
-----
DATA..: 04/OUT/95 PROCESSO ESTA COM: CARTORIO
PROCESSO EM ORDEM. PEDIDO DE DENUNCIACAO A LIDE NAO MERECE GUARIDA, FACE A NA
O OCORRENCIA DE QUALQUER DAS HIPOTHESES DO ART.70 DO C.P.C. O REU TEM LEGITIM
IDADE PASSIVA NA DEMANDA ...INDIQUEM AS PARTES AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZ
IR NA AUDIENCIA. DESIGNO O DIA 23.11.95 AS 16:00 HORAS PARA TER LUGAR A AUDIE
NCIA DE INSTRUCAO E JULGAMENTO .
-----

**SINTASA**BINDICATO DOS TRABALHADORES DA AREA DE SAUDE DO ESTADO DE SERGIPE  
=====

Oficio 17/96

Aracaju, 29 de fevereiro de 1996.

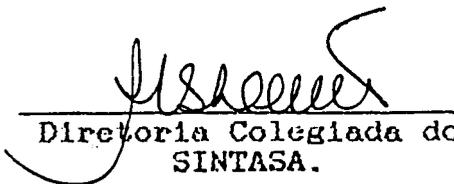
Excio. Sr.  
Dr. ALBANO DO PRADO FRANCO  
MD. GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE.

REF: DESPEJOS DOS SEM TETO

Em virtude da atual situação vimos através deste, solicitar de V.Excia., que se sensibilize com a questão das famílias SEM TETO, onde o Prefeito da cidade pretende transferi-las de onde estão para uma área de risco onde existem gases altamente tóxicos, tudo isso por falta de uma política habitacional de nosso Estado. O sindicato da saúde se vê na obrigação de fazer estas reivindicações porque entendemos que moradia e saúde estão juntos, principalmente quando presenciamos cenas como estas de um Líder Municipal que impõem a todo custo a remoção dessas pobres vítimas para um CAMPO de CONCENTRAÇÃO, não podemos deixar que atos como estes vá adiante; primeiro porque o povo, o eleitor Sergipano não é lixo, segundo onde está o respeito aos direitos humanos? a liberdade de decidir onde e como queremos viver. Esperamos que V.Excia., tome providências favorável a estas famílias no sentido de evitar este esterminio de homens, mulheres e crianças.

Certos de contarmos com vossa compreensão, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



Diretoria Colegiada do  
SINTASA.

## MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA MLM-SE

Aracaju, 25 de janeiro de 1996

Ilmo. Sr.  
Secretário Estadual de Meio Ambiente  
Prof. José Araujo  
Nesta

Prezado Senhor,

Em representação as famílias que serão removidas para a antiga lixeira da Soledade, estamos nos dirigindo a V.Sas. para solicitar que seja realizada naquela área uma pericia técnica sobre as condições sanitárias e físicas para o assentamento daquelas famílias. As famílias a serem deslocadas são moradores do Ponto Novo e do bairro Atalaia. São cerca de 100 famílias residindo atualmente as margens de um canal insalubre e 27 famílias moradoras da rua Bráulio Costa que vai ser roaberta. Em Atalaia, as famílias são moradores antigos e residem ali há mais de 40 anos.

Para a remoção dessas famílias a Prefeitura Municipal de Aracaju ofereceu como única alternativa a ocupação da área da lixeira. Entretanto, temos conhecimento que as áreas destinadas para fins de aterro sanitário e lixeira são consideradas impróprias para uso humano, pois existe um acúmulo muito grande de resíduos tóxicos e gases que são altamente prejudiciais à saúde humana. Inclusive, o aproveitamento do solo para fins agrícolas é condonável devido a presença de metais pesados, sendo recomendável para esses locais o reflorestamento.

Diante da insensibilidade do Governo Municipal desejamos que esse órgão nos forneça um laudo para que tenhamos condições para discutir a inviabilidade do local bem como para solucionar em conjunto outras alternativas que não venham a prejudicar essas famílias. Sem mais para o momento e no aguardo de providências a respeito, despedimo-nos.

Atenciosamente,

*Washington Costa Lima* → MOV. DE LUTA P/MORADIA  
*Gi Zilda Santos* → MOV. DOS SEM TETO.

**MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA**

Av. Anhanguera, n. 3.019 - Sala 04  
Setor Leste Universitário GOIÂNIA - GO  
Fone/Fax : (062) 261-6925 CEP 74610-010

AO

Governador do Estado de Sergipe  
Fax: (079)224-7621

Ref.: Despejo de 44 famílias sem teto do Ponto Novo e 27 de Atalaia.

Goiânia, 01 de fevereiro de 1996.

Exmo. Dr. Albino do Prado Franco,

Ao tomar conhecimento da ameaça de despejo das famílias de Ponto Novo e de Atalaia, a Coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, solicita aos órgãos competentes medidas cabíveis ao exercício do direito a moradia da população.

Certamente, a proposta de assentar estas famílias num aterro sanitário, ainda que desativado a 10 anos, não traduz o compromisso desse governo em desenvolver políticas sociais, descurando, ainda, os acordos do governo brasileiro assinados na ONU quanto a não execução de despejos.

Na ocasião, a Coordenação do MNLM solicita que se estude outras alternativas, bem como a democratização das decisões quanto ao reassentamento, como também a possível concessão real de uso, prevista na Constituição Federal, artigo 182 e 183, e que deve ser instrumento previsto no plano diretor desta cidade.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
P/Coordenação Nacional



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ENSINO  
DE 1º E 2º GRAUS DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE  
FILIADO À CNTE/CUT**

Aracaju (SE), 04 de março de 1996

Ofício nº 40/96

Excelentíssimo Senhor Governador,

O SINTESE - Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe, entende que é dever e responsabilidade do Estado garantir aos cidadãos direitos como: educação, saúde, saneamento, moradia e emprego.

Discordamos das atitudes arbitrárias por parte dos governos Estadual e Municipal, transferindo famílias para locais nocivos a saúde humana, como é o caso de aterros sanitários, que não oferecem as mínimas condições de sobrevivência devido ao alto índice de gases prejudiciais à saúde.

Diante do que nos foi exposto, pelas famílias sem teto ameaçadas de despejo e de serem transferidas para a antiga lixeira da Soledade, solicitamos de Vossa Excelência que sejam tomadas medidas cabíveis no sentido de que sejam atendidas as reivindicações dos moradores do Ponto Novo, Atalaia e Morro do Urubu, residentes nesta capital.

Certo de contarmos com seu compromisso político, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
Ana Lúcia Vieira Menezes  
Presidente - SINTESE

## Favelas proliferam na capital

Se o governo procurasse investir mais em moradias públicas, bem que poderia minimizar um pouco com os problemas sociais existentes em todo o Estado de Sergipe, além de contribuir para o decréscimo da mendicância, violência urbana, marginalidade e outros; todos conseqüências de um desencadeamento desenfreado da falta de organização no sistema atual como um todo.

Aqui em Sergipe, o bairro de Atalaia Velha, que é considerado como um dos mais nobres da capital, a exemplo de outros como a Coroa do Meio, bem como outros estados brasileiros, esconde em sua estrutura um quadro de uma desigualdade social tão típico dos países do terceiro mundo.

Enquanto várias mansões são construídas dia-a-dia, denotando o progresso da Atalaia Velha, o que lhe torna mais valorizado ainda, as autoridades públicas fecham os olhos para uma série de problemas. A falta de moradia para os mais carentes em todo o Estado, é hoje um dos mais graves.

Na rua jornalista Paulo Costa, diversas famílias de sem-teto há mais de 15 anos

instalaram barracas e ali permanecem até hoje, provocando a famosa invasão. Numa visão mais crítica e profunda, a dualidade da vida; de um lado a opulência, do outro a miséria, esta última representada em forma de pobreza mesmo, como é o caso das famílias que residem no local, e que durante muito tempo vem sendo ameaçada de despejo pelas autoridades do Estado, como se isso fosse solução para os diversos problemas existentes na sociedade hoje como um todo.

**Sonho** - Na invasão a energia e água são precárias, sem contar com as condições de vida subumanas. A luta pela sobrevivência faz os invasores esquecerem problemas. São ao todo mais de 27 famílias que sobrevivem de trabalhos autônomos, a exemplo da pesca, oficinas mecânicas, vendas de amendoins e queijo na praia. Como informou uma das mais antigas moradoras do local, Maria José do Sacramento, que há 30 anos veio de Lagarto, interior do Estado, a fim de tentar a sorte na capital. Maria Sacramento conta que quando chegou ao bairro de Atalaia não existia nada por lá.

Trabalhadora, encontrou na pesca o meio mais viável de sobrevivência, o que a fez

criar onze filhos. Hoje todos homens. Maria do Sacramento diz com orgulho que nenhum deles tomou rumo errado na vida. Apesar de tudo ela se considera muito feliz. Confessa que um dos maiores sonhos sempre foi ter um local próprio para morar, mas nunca pôde realizá-lo, pois o dinheiro que ganhava, mal dava para criar os filhos.

Saúde boa, se levado em conta a saúde de muita gente no Brasil. 77 anos, uma vitalidade incrível. Quando o marido morreu foi obrigada a sustentar todos os filhos vendendo acarajé na praia, o que a fez perder um olho com a explosão de um botijão. "Se eu tiver de sair daqui, por favor peça as autoridades que me transfira para uma praia, pois foi lá que eu consegui sobreviver", disse ela resignada. "Tenho muita paz, agradeço à Deus por tudo". Hoje cega de um olho ela aguarda o auxílio de alguém que se sensibilize com os seus problemas particulares e tente partilhá-los. Assim como ela, hoje em todo o Estado várias são as famílias que aguardam pela sensibilidade e resoluções dos homens que fazem o poder público no país.

Geraldo Santos



# GAZETA DE SERGIPE

Aracaju, sábado 30 de dezembro de 1995,

## Invasão

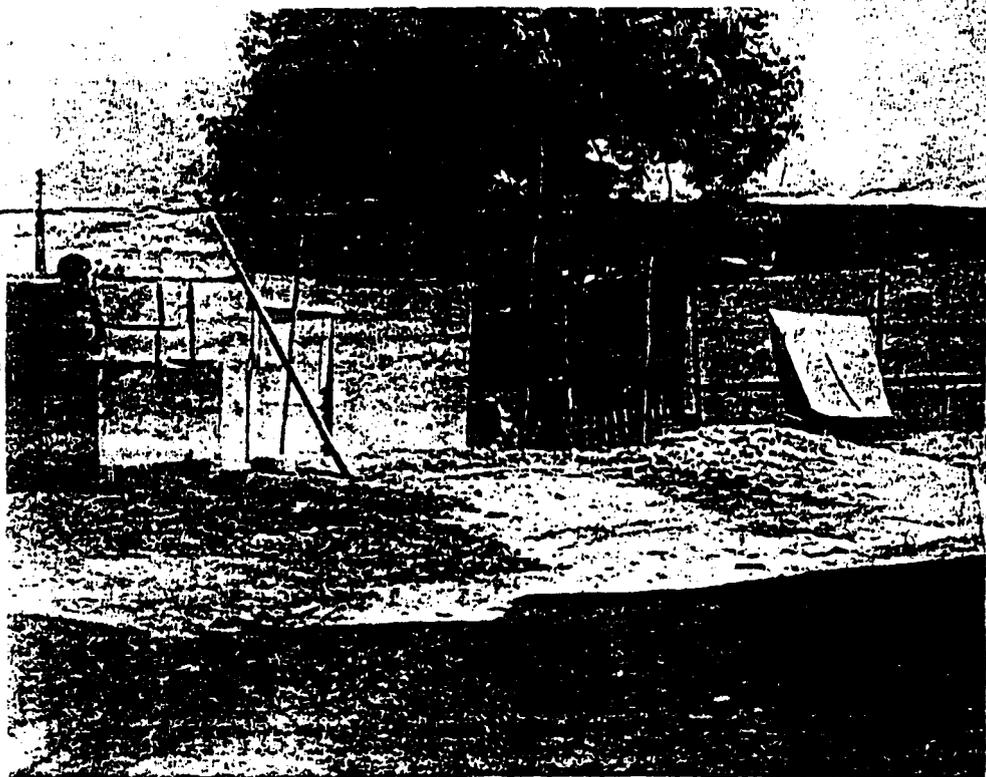
### Famílias se recusam a deixar áreas na Atalaia e Ponto novo

Resistir. É o que prometem os sem-teto da invasão do Ponto Novo e Atalaia Velha caso o prefeito José Almeida Lima insista no fato de que eles têm até o dia 15 de janeiro próximo para desocuparem a área e morarem na Lixeira da Soledade, previamente determinada pela administração municipal.

De acordo com os sem-teto, eles não deixarão as áreas onde moram há vários anos e já estão estabilizados para morarem na lixeira. O invasor Antônio Bitá dos Santos, 28 anos, residente há 10 anos na invasão do Ponto Novo, próxima o canal, disse que não aceitava sair de um inferno para morar em outro pior e que faria resistência. A mesma revelação foi feita por Washington Costa Vieira, 32 anos, morador também há 10 anos da invasão.

Segundo os denunciadores, as 44 famílias de sem-terra residentes há 10 anos no Ponto Novo e as 27 da invasão da Atalaia Velha há 30 anos, não aceitam deixar as áreas em que construíram seus barracos, que já dispõem de água e energia elétrica, para irem morar numa lixeira. "Existem muitas crianças e mulheres grávidas e por isso não estamos dispostos a conviver com ratos e baratas e demais animais transmissores de doenças", afirmou Washington.

Conforme revelaram, o que agrava a situação é que além de todos estarem estabilizados nas



As 44 famílias se recusam em abandonar as áreas ocupadas, como esta no Ponto Novo (Foto: Fernando Silva)

áreas onde moram por prestarem serviços à comunidade, como pintor, pedreiro e empregada doméstica, a lixeira da soledade fica a 2 quilômetros do final de linha e em local onde correm o risco de serem assaltados. Enfatizaram os sem-terra que estão abertos ao diálogo e que até aceitam deixar a área em que vivem, mas desde que seja para um local com infra-estrutura e

sem ser próximo de uma lixeira

Ressaltam os invasores que pobre não é lixo e que vêem essa atitude do prefeito em querer tirá-los da invasão do Ponto Novo e da Atalaia como injusta a partir do momento que quer levar o pessoal para a lixeira, que fica a beira de um mangue e em localidade perigosa. Tanto Washington Vieira quanto An-

tônio dos Santos, disseram esperar que o prefeito José Almeida não mande a polícia, na madrugada, retirá-los à força da área em que vivem em seus barracos com mulheres e crianças para levá-los para a lixeira para que não haja um mal maior, uma vez que prometeu derrubar todos os barracos e passar por cima de quem estiver depois do dia 15, nas invasões.

- Aracaju, Terça-feira, 23/01/1996

**NEGOCIAÇÕES DIFÍCEIS**

# PMA vai à justiça contra invasores

A Prefeitura Municipal de Aracaju anunciou ontem através da Secretaria de Comunicação que nos próximos dias, vai notificar judicialmente os invasores do canal do Ponto Novo, Morro do Urubu e Atalaia já que o prazo de negociação amigável se expirou no último dia 20 e os sem-teto continuam "batendo o pé", que não vão ceder à vontade do prefeito José Almeida Lima de edificarem seus barracos na antiga lixeira da Soledade, colocado como alternativa de moradia para resolver o conflito.

Segundo declarações de alguns sem-teto do Ponto Novo, o prefeito se comprometeu a fazer a infra-estrutura da área e ajudar na construção de moradias, caso os invasores concordem com a proposta. Um grupo de invasores prestou declarações ontem à imprensa afirmando que vai resistir até que se busque uma solução e Almeida Lima se senta à mesa para negociar. Acrescentaram que a proposta do chefe do executivo está muito generosa para ser verdade. Segundo informações de assessores do prefeito, o que poderia ser negociado já foi apresentando dentro das limitações da administração municipal.

Ontem pela manhã, lideranças dos sem-teto, se reuniram no Sindipetro e foram buscar apoio na Assembleia Legislativa. Eles esperam que a bancada de deputados governista se sensibilize e sirva de intermediária junto ao Governador Albano Franco, para a construção de casas populares em uma área que não seja a lixeira. Os invasores ga-



(Foto: Lurdes Santos)

*Os sem-teto relutam em abandonar os seus casebres instalados no bairro Ponto Novo**Maria Rosane Santos*

rantiram que a resistência em não concordar com a proposta do prefeito de Aracaju, é por temer o alto grau de contaminação de lixo hospitalar uma vez que até ossada humana foi encontrada no terreno.

Os sem-teto, comentaram que o terreno não dispõe de água encanada e nem luz nas proximidades. Segundo eles falta também transportes. Muitas mulheres inseridas neste grupo, mantêm suas famílias da lavagem de roupas e como diaristas em casas de famílias. A transferência para uma área distante como está sendo oferecida, vai dificultar

mais ainda a vida destas mulheres, que criam os filhos sem ajuda masculina. Sem conter o choro, muitas delas, garantiram que se o prefeito conseguisse uma área no povoado Terra Dura, seria um presente de Deus.

Outras mulheres que pediram para não ter seus nomes revelados, para não entrarem em conflitos com os demais membros do grupo, se Almeida Lima realmente cumprir com a promessa de realizar a infra-estrutura, construir as casas, colocar água, luz e transporte, seria bem melhor que o povoado Terra Dura, ficaria até mais próximo do centro da cidade.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Nº 06/96

LOCAL : Soledade Aracaju-SE

DATA DA FISCALIZAÇÃO : 07.02.96

PARTICIPANTES : Solange Alves Nascimento  
Carlos Augusto Leão Ferreira  
Antonio Carlos Porto de Andrade  
José Alves Nunes

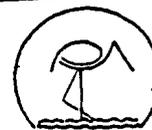
OBJETIVO : Atender solicitação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, referente aos aspectos estruturais e ambientais decorrentes da urbanização da área, onde antigamente era utilizada para disposição final do lixo de Aracaju.

COMENTÁRIOS : Após vistoria efetuada no local, foi constatado que:

1 - Trata-se de área utilizada anteriormente para disposição final do lixo domiciliar de Aracaju, encontrando-se na data da inspeção em fase de ocupação, já com várias casas erguidas em taipa. Registra-se no local algum preparo parcial constante de camada compactada de terra, e não constatou-se problemas de odores, insetos, roedores, etc.

2 - Como consequência da utilização anterior, o material orgânico depositado está em processo de decomposição, ainda não concluso, do qual resultam a formação de gases e outros componentes líquidos e sólidos, alguns que podem apresentar toxicidade. O processo de

C. de .....  
Per: José Alves Nunes  
Chefe do Gabinete Aracaju  
Aracaju, ..... de 19 96



adema

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

AV. HENRIQUE HOLLEMBERG, 4440 - DIA - TELS. (078) 217-1840/217-1920 - FAX (078) 231-2847 - C. POSTAL 088 - CEP 48030-040 - ARACAJU - SE

biodegradação é lento e de difícil previsão quanto ao seu término. Esses gases ascendem as camadas da superfície, fluindo para o ambiente, dispersando-se na atmosfera ou acumulando-se em cômodos fechados e mal ventilados, causando risco real de explosão e danos graves aos moradores e seus imóveis. A ignição dos gases em áreas fechadas pode ser deflagrada por chamas oriundas de fósforos, velas, ou pela centelha de um interruptor de luz.

- 3 - Devem ser feitos sondagens para verificação do atual estado do material depositado, e instalados tubos elevados para exaustão e dispersão atmosférica dos gases.

O sistema é constituído de tubos drenantes instalados em todo o perímetro de cada obra, desviando os gases que irão se formar e se acumular sob o piso, para a área externa.

- 4 - Afastada toda possibilidade da presença de gases e substâncias tóxicas e expressamente atendidas as normas de segurança quanto sua exaustão, sugerimos:

a) Do ponto de vista estrutural

- Devido a fraca resistência do terreno, para residências de alvenaria, é necessário a adoção de fundações do tipo radier. Para construções com mais de um pavimento, fundações profundas com estacas; é recomendado também estudo de prova de carga em ambos os casos. Casas de taipa ou similar podem ser exigidas sem grandes preocupações com pro

ORIGINAL ASSINADO

Por: José Alves Almeida

Chefe do Gabinete Almeida

Aracaju 02 de 02 do 19 96



adema

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

AV. HERÁCLITO HOLLEMBERG, 4440 - DIA - TEL. (079) 217-1040/217-1020 - FAX (079) 231-2947 - C. POSTAL 088 - CEP 49038-040 - ARACAJU - SE

blemas de recalques.

b) Do ponto de vista ambiental

- Devido ao chorume que se acumula nas áreas mais baixas, existem riscos de contaminação do corpo d'água adjacente que é utilizado para pesca e captura de crustáceos. É possível que em épocas de chuvas atinja essas áreas, devido a maior lixiviação. Um sistema de contenção é recomendado, impedindo o lançamento desse chorume nas áreas constituídas de mangue. Sugerimos ainda a utilização de placas, alertando as pessoas para não utilizarem essas áreas para pesca ou banho.

Aracaju, 09 de fevereiro de 1996



José Alceu Nunes  
Eng.º Civil

Setor de Cadastro e Fiscalização

ORIGINAL ASSINADO

Por: José Alceu Nunes

Chefe do Gabinete Almeida

Aracaju 09 de 02 de 1996



adema

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

AV. HERÁCLITO ROLLEMBERG, 4440 - DIA - TELS. (070) 217-1840/217-1820 - FAX (070) 231-2947 - C. POSTAL 080 - CEP 48030-040 - ARACAJU - SE



**Vista da localização Vila do Queijo em relação à rua Bráulio Costa**



**Vista frontal da Vila da Bagunça e sua proximidade com a casa vizinha**



**Único barraco com cobertura de palha da Vila do Queijo**



**Vendião assando queijo na praia**



**Moradores da vila**



**Crianças da vila**



**Condições sanitárias da Vila da Bagunça e distribuição espacial dos barracos**